



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Luciana de Freitas Silveira

**OS SABERES EMANCIPADORES DE MARIA DE LOURDES MINA:
APRENDENDO COM AS MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA E MILITANTE NEGRA
EM SANTA CATARINA**

Florianópolis

2022

Luciana de Freitas Silveira

**OS SABERES EMANCIPADORES DE MARIA DE LOURDES MINA:
APRENDENDO COM AS MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA E MILITANTE NEGRA
EM SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação. Orientadora: Profa. Gilka Elvira Ponzí Girardello, Dra. Co-orientadora: Profa. Roselete Fagundes de Aviz, Dra.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Luciana de Freitas Silveira
OS SABERES EMANCIPADORES DE MARIA DE LOURDES MINA: :
APRENDENDO COM AS MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA E MILITANTE
NEGRA EM SANTA CATARINA / Luciana de Freitas Silveira
Silveira ; orientador, Gilka Elvira Ponzi Girardello
Girardello, coorientador, Roselete Fagundes de Aviz de
Aviz, 2022.
126 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Educação. I. Girardello, Gilka Elvira Ponzi
Girardello. II. de Aviz, Roselete Fagundes de Aviz. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Educação. IV. Título.

**OS SABERES EMANCIPADORES DE MARIA DE LOURDES MINA:
APRENDENDO COM AS MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA E MILITANTE NEGRA
EM SANTA CATARINA**

A presente dissertação em nível de mestrado foi avaliada e aprovada por bancaexaminadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Alexandra Eliza Vieira Alencar, Dra.
(ANT/CFH/UFSC)

Profa. Raquel Mombelli, Dra.(PNCSA/UEA)

Profa. Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dra.(CEM/UFSC)

Profa. Viviane Lima Ferreira, Dra.(SMEF)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Gilka Girardello, Dra.
Orientadora

Florianópolis,

2022

Dedico este trabalho a todas as pessoas pretas que vieram antes de mim, e lutaram com toda sua força e sabedoria ancestral para que eu chegasse até aqui. Salve Dandara, Salve Zumbi, Viva os Quilombos! Mo júbà nossa raça, nossa terra e nossa gente.

AGRADECIMENTOS

Agora devolvemos ao obstinado segmento “branco” da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral que pretendia tirar a nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista. (NASCIMENTO, 2019, p.288)

Agradeço primeiramente aos ancestrais, aos milhares de africanos/as que compulsoriamente atravessaram o oceano, que foram saqueados/as, violentados/as, mortos/as, mas que nos deixaram um legado do qual o início não é a escravidão, e sim a nossa infinita capacidade de autorganização, a exemplo dos nossos reinados, nossa forma de ver e conceber o mundo a partir daquilo que é nosso, nossas africanidades, nosso começo, nosso meio e nosso começo. Sankofa!

Aos Orixás que permitiram que eu chegasse até aqui, mesmo acreditando que não conseguiria, ou que isso não era pra mim. Eu tive que experimentar para saber se era, e a resposta é: sim, era! Era para confirmar que eu necessito ler mais os/as pessoas pretas/ negras que fazem ciência, que traduzem a nossa história, que nos apresentam todas aquelas/es que já se foram mas que escreveram e registraram a nossa história.

O meu muito obrigado ao meu marido Lindomar, pela bela trajetória que vem fazendo dentro da educação, quem diria, né, marido? Mas, o que seria do nosso povo se não fôssemos nós mesmos/as? É nós por nós que diz, né? Obrigada à ancestralidade por ter dois filhos queridos, Lucas e Lenon, é muito amor, viu, meninos? Mas, é do meu jeito e vocês sabem disso. Eu como mãe só desejo uma vida digna a vocês dois, quero meus filhos vivos, sadios, fortes e felizes, e conscientes de que nosso povo é digno e não nos deixamos dominar. Enquanto eu tiver vida, estarei aqui para fazer o que eu puder por vocês dois. Aos meus netos Miguel e Rafael, neta Marcela, e a criançada linda e bagunceira que vive na minha casa, Felipe e Eloá ora pedindo coisas gostosas, ora cantando e dançando, ora se engalfinhado, coisas de crianças, que dão vida à vida da gente. Nossas sementes do baobá, não é mesmo?

Agradeço a minha irmã, pela caminhada, e que caminhada! Nos fortalecemos uma com a outra, né? Às vezes chega até ser chata: “tem uma coisinha gostosa pra comer aí?” O que seria da gente uma sem a outra? Uma parece o pai, e a outra a mãe, falando aqui dos nossos pais. Fabiana, nós temos muitas histórias para contar, pode ter certeza, logo é você que estará

escrevendo também seus agradecimentos no seu trabalho de final de curso. Larissa, minha sobrinha amada e querida, uma filha que a minha irmã me possibilitou, minha companheira de muitos trabalhos, minha orientadora de moda, aquela que assim como a tia vai ser professora, quanto orgulho tenho de ti. Ao meu irmão Miguel, que mesmo distante sabe que pode contar conosco. Ao meu irmão Bruno, que sua vida seja próspera. A minha irmã da travessia diaspórica, Lu Quilombola, estamos juntas!

Eu agradeço in memória de minha mãe, Dona Eva, nos deixou tão cedo, e nós ainda crianças/jovens, tivemos que lidar com a sua partida tão repentina. Mãe, eu mudei, e sempre pensei em você, sempre. Também meu pai Deoclécio, que nos deixou em 2016, que bom, né, Pai que deu tempo de virar a página e nos reconectarmos novamente, sou extremamente grata por você ter conhecido seus netos e seus bisnetos, espero que você tenha se encontrado com a mãe aí em cima. A minha querida sogra, Dona Djanira, que nos deixou em 2021, ainda bem que a minha consciência racial, em tempo me fez compreender que sem a senhora eu nem poderia ter criado meus filhos, a senhora faz muita falta. Eu só tenho a agradecer por ter tido muito ou pouco tempo de convivência com essas pessoas, a base da minha caminhada e do meu entendimento de pessoa nesta vida.

Agradeço ao Projeto de Educação Comunitária Integrar pelo desafio, pela possibilidade de entrar em sala de aula, de pensar a universidade para outres, aliada a isso a Gestão Estudantil Universitária Integrar, lugar em que juntas construímos a possibilidade de cada um/a de nós seguir a caminhada acadêmica, aqui em especial a Mara, Débora Freire, Michele, Ticiane, Kleicer e Mariana.

Obrigada ao Movimento Negro Unificado, nas pessoas de Vanda Pinedo e Maria de Lourdes, duas grandes mulheres incansáveis na luta do nosso povo. Vocês me abriram portas e deram possibilidade de eu compreender qual seria o meu lugar numa sociedade que mata corpos negros todos os dias, que insiste nos tratar como párias. Aprendi a guerrear, óbvio que ainda tenho muito que aprender, mas sou uma pessoa dedicada, e podem ter certeza de que levarei os princípios do MNU por onde eu estiver.

Gratidão à minha orientadora Gilka, meu muito obrigada pela acolhida, pelas horas de diálogo na quarentena, isso foi muito importante para que pudéssemos conhecer uma a outra e principalmente para entender que entre nós há muita confiança. Muito obrigada pelo cuidado nas colocações, nas palavras, e de como você salientou a importância da minha escrita. Grata pela Roselete, aquela que disse: sim, você deve fazer esse mestrado! Ter os pares por perto é sempre muito importante nessa caminhada dura das academias.

Alexandra Alencar, pelo aceite, sua escuta nesse meu percurso é necessária; Raquel Mombelli, que acompanhou minha trajetória muito de perto, agradeço sua permanência até aqui; Thainá Castro, o meu muito obrigada por estar aqui nesse momento, seu olhar é imprescindível para mim e para esse trabalho; e Viviane Lima Ferreira, sem palavras por saber que você também fará parte desse processo.

Grata ao CNPQ por ter me possibilitado essa pesquisa, neste momento tão difícil para a Educação no Brasil. Ciência se faz com investimentos, sem Educação não há futuro e tampouco Ciência.

Grata ao NICA pelo diálogo, pela experiência, grata por poder conhecer um espaço cheio de interseções educacionais. Viva os Núcleos de pesquisa!

Gratidão por estar no PPGE, aos Professores/as, aos/as Técnicas, Direção e estudantes pela compreensão de que as Cotas não são somente a possibilidade de uma pessoa negra entrar para um pós-graduação, é poder fazer com que a comunidade toda entenda que o racismo ainda é uma pecha, uma amálgama nas vidas da população negra deste país, e que quando temos equidade dentro desses espaços que entendemos que não foram criados para que nós ali estivéssemos, mesmo assim podemos apresentar o nosso conhecimento e a nossa competência. Laroiê Exu! Mo júbà Exu!

E é preciso escrever essa história do negro, esta história cotidiana. (NASCIMENTO, 2018)

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo central compreender e valorizar a contribuição da trajetória de vida de uma Professora e militante do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU) para o pensamento pedagógico emancipatório, e contribuir para o processo de fortalecimento dos quilombolas e de suas lutas pelo direito ao território por meio da educação, particularmente em Santa Catarina. Para isso, buscou-se registrar, contextualizar e interpretar a história de vida da Professora Maria de Lourdes Mina (Lurdinha), figura relevante na Educação, e especialmente na Educação Escolar Quilombola catarinense. Buscou-se além disso fazer um relato das lutas dos quilombolas pelo direito ao território em Santa Catarina, com foco na educação, entendendo que esse processo faz parte da história da professora e também exemplifica sua ação no mundo. A escolha das histórias de vida como opção teórico-metodológica (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; MAGALHÃES, 2012) possibilitou trazer as memórias da professora Lurdinha, que também são coletivas e sociais, narradas em sua própria voz (KILOMBA, 2019). Para ampliar a compreensão da narrativa da professora militante, e seus saberes pedagógicos, enraizados em práticas junto a populações negras tradicionais e comunidades periféricas, foi feito um entrelaçamento conceitual a partir da ecologia de saberes (BOAVENTURA SANTOS, 2009), da educação emancipadora (FREIRE, 1998; hooks, 2013), e dos princípios da Educação Escolar Quilombola, entre outras referências. Na análise foi possível compreender que as memórias/narrativas/vivências/ experiências da Professora são formas de conhecimento singulares e potentes, e denunciam o racismo que ainda pauta a vida da população negra na luta contra uma cultura hegemônica, em que a educação contra-hegemônica é uma das saídas.

Palavras-chave: Educação; Emancipação; História de vida; Educação Escolar Quilombola; Relações Raciais

ABSTRACT

The main objective of the research was to understand and value the contribution of the life trajectory of a teacher and activist of the Unified Black Movement of Santa Catarina (MNU) to emancipatory pedagogical thinking, and to contribute to the process of strengthening the quilombolas and their struggles for their rights of territory through education, particularly in Santa Catarina. For this, we sought to record, contextualize and interpret the life history of Teacher Maria de Lourdes Mina (Lurdinha), a relevant person in Education, particularly in Quilombola School Education in Santa Catarina. It was also made an account of the struggles of the quilombolas for the right to the territory through education, particularly in Santa Catarina, understanding that this process is part of that teacher's history and also exemplifies her action in the world. The choice of life histories as a theoretical-methodological approach (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002; MAGALHÃES, 2012) made it possible to bring the memories of Professor Lurdinha, which are also collective and social, narrated in her own voice (KILOMBA, 2019). To broaden the understanding of the militant teacher's narrative, and her pedagogical knowledge, rooted in practices of traditional black populations and peripheral communities, a conceptual intertwining was made from the ecology of knowledge (BOAVENTURA SANTOS, 2009), from emancipatory education (FREIRE, 1998; bell hooks, 2013), and the principles of Quilombola School Education, among other references. In the analysis, it was possible to understand that the memories/narratives/ t/experiences of this Teacher are unique and powerful forms of knowledge, and denounce the racism that still permeates the life of the black population in the fight against a hegemonic culture, in which counter-hegemonic education it's one of the ways out.

Keywords: Education; Emancipation; Life history; Quilombola School Education; Race Relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Histórico de Graduação Lurdinha - Frente	23
Figura 2- Histórico da Graduação Lurdinha - verso.....	24
Figura 3- Capa do documento "Política de Educação Escolar Quilombola"	36
Figura 4-Registro de Lurdinha com estudante da SATC, na Feira de Cultura (IV FECUL - Festival de Cultura)	63
Figura 5-Turma de 1979 - Eletromecânica. Encontro de 40 anos, em 2019	65
Figura 6- 1ª Conferência Nacional da Igualdade Racial - Brasília, 2005.....	78
Figura 7- Início da luta por uma Educação Quilombola, em 2004 - Formação dos professores/as do Saberes da Terra em Torres, Rio Grande do Sul.....	86
Figura 8- Cartaz de divulgação do Seminário de Licenciatura Quilombola	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADTC /CF	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias/ Constituição Federal
AFLODF	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
APAE MN	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Movimento Negro
BB EDUCAR	Programa BB Educar da Fundação Banco do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRE	Coordenadorias Regionais de Educação
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
Cr\$	Cruzeiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EEQ	Educação Escolar Quilombola
FESC	Federação Educacional do Sul de Santa Catarina
FCP	Fundação Cultural Palmares
GERED	Gerência de Educação
GESTUS	Gestão Estudantil Universitária Integrar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MNU	Movimento Negro Unificado
NEN	Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina
NEPI	Núcleo de Estudos de Populações Indígenas
NICA	Núcleo Infância Comunicação, Cultura e Arte
NUER	Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PT	Partido dos Trabalhadores
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SATC	Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SCAN	Sociedade Criciumense de Auxílio dos Necessitados
SINDPREVS	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Previdência do Serviço Público Federal
SINERGIA	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis

e Região

SINTE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
SINTRASEM	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis
TCL	Trabalho de Conclusão de Licenciatura
UDESC	Uniersidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEGRO	União de Negros e Negras pela Igualdade
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O SOPRO DA MEMÓRIA: "EU ODIAVA LIMPAR A CASA DOS OUTROS"	16
1.1 OBJETIVOS.....	20
1.1.1 Objetivo Geral	20
1.1.2 Objetivos Específicos.....	21
1.1.3 Justificativa	21
1.2 ENCRUZILHADAS E CRUZAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS	26
1.2.1 Ecologia de saberes, conhecimento e cultura	26
1.2.2 Quilombos, educação quilombola e sua construção em Santa Catarina.....	30
2 “ELA CONTAVA, E EU VIAJAVA”: HISTÓRIAS DE VIDA COMO OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	37
2.1 REFERÊNCIAS PARA A ESCUTA E O DIÁLOGO NA PESQUISA.....	43
2.2 PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE.....	46
3 ESCUTANDO A VOZ DE LURDINHA: A POTÊNCIA DESSA VOZ	51
3.1 MEU PRIMEIRO ENCONTRO DE PESQUISA COM LURDINHA (15 DE JUNHO DE 2021).....	54
3.2 MEU REENCONTRO COM LURDINHA (04 DE OUTUBRO DE 2021).....	67
3.3 UM TERCEIRO ENCONTRO: QUENTE, FEBRIL E EM CIMA DE UMA CAMA (04 DE JANEIRO DE 2022)	83
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SABERES EMANCIPADORES DE LURDINHA:	95
REFERÊNCIAS	113
REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS ORAIS:	117
REFERÊNCIAS DE LEGISLAÇÃO:	117
REFERÊNCIAS DE AUDIOVISUAIS:	117
ANEXOS	118

1 INTRODUÇÃO: O SOPRO DA MEMÓRIA: "EU ODIAVA LIMPAR A CASA DOS OUTROS"

Nós, mulheres negras, lançamos diariamente no mundo nossas memórias, vozes, realidades e ações, somos sobreviventes. Melhor, “somos sementes”, uma plantação inteira. Nos movimentamos com muita destreza, e enfrentamos esta sociedade por meio das inúmeras histórias contadas a nós, pelos exemplos de mulheres que geraram verdadeiras guerras para que estivéssemos aqui, vivas e prontas para o ataque e também para a defesa.

Os intelectuais racistas do fim do século XIX e começo do XX estimavam que em torno de 2015 o Brasil estaria livre da “mancha negra”. Sobrevivemos à escravidão, temos sobrevivido à exclusão, sobrevivemos aos períodos genocidas. Somos “uma pretalhada inextinguível” como disse, em desespero, Monteiro Lobato. Viveremos (CARNEIRO, 2011, p.85).

A pandemia adiou (re)encontros. “Viveremos”. Eu, você, todas nós estamos sentindo na pele este momento difícil pelo qual a população mundial está passando, e a COVID-19 veio deixar profundas marcas e reflexões sobre que tipo de mundo nós queremos. Rememoro um dia em família, no qual brincávamos de karaokê, e em que, ao cantarmos “O dia que a terra parou”, ficamos refletindo sobre a letra. Lidar com aquilo que não se conhece é muito ruim; agora, lidar com algo que pode tirar a sua vida, hoje, amanhã ou talvez futuramente acredito ser muito pior. E esse sentimento de não saber com o que realmente estávamos lidando deu brecha para que todos/as nós, votantes ou não neste desgoverno, fôssemos empurrados/as para a atual situação de morte e de negacionismo da ciência em nome do mercado, de uma economia que gera óbitos.

Maria de Lourdes Mina, também conhecida como Lurdinha – figura central deste trabalho –, é também figura central na construção da Educação Escolar Quilombola catarinense voltada ao fortalecimento dos territórios tradicionais, conforme o Decreto 4.887¹ de 20 de novembro de 2003. Lurdinha é uma das sábias griôs² do MNU, também responsável pelo

¹ “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” Ver mais em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> último acesso em 21 de fevereiro de 2022.

² “Essa denominação [*griot* ou *griô*] tem sido utilizada popularmente para o sábio, o ancião com quem está o conhecimento” (AVIZ, in MEDEIROS; MORAES, 2015, p.433) “Depositário da tradição oral, é o genealogista das famílias reais e difusor das gestas e epopeias de seu povo. Sua presença é mais notória na África Ocidental, no seio de povos como os mandingas, entre os quais os griôs (*djalis*, *djelis*) chegam a constituir uma categoria específica, exercendo uma atividade hereditária”. (LOPES; MACEDO, 2017, p. 139).

diálogo direto com as Comunidades Remanescentes³ de Quilombo – CRQ’s – da região, na busca pela garantia de seus direitos ao território. Seu trabalho é representativo da possibilidade de uma pedagogia própria, que está inserida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012b) e que segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2013).

Lurdinha é uma militante⁴, no sentido que Paulo Freire dá ao termo:

Os educadores libertadores não são missionários, não são técnicos, não são meros professores. Têm, de tornar-se, cada vez mais, militantes! Devem tornar-se militantes, no sentido político dessa palavra. Algo mais do que um 'ativista'. Um militante é um ativista *crítico* (FREIRE; SHOR, 1997, p.68).

As labutas da militância e da Educação que eu travava junto à Lurdinha e ao Movimento estão fazendo falta. Estávamos quase que diariamente uma em companhia da outra, às vezes em uma reunião, outras vezes tínhamos que resolver questões documentais. Ela quase sempre me pegava de surpresa, e confesso que nem sempre eu gostava disso, porque as demandas são sempre diversas, teria que descer o morro e mudar todos os meus planos para o dia. Isso também faz uma falta tremenda.

A pandemia impediu as nossas conversas ao pé do ouvido, nossas saidinhas para uma cerveja, nossas incursões para os quilombos, nossos encontros para coadunar e também para divergir. Eram momentos riquíssimos para analisarmos as lutas e as realidades das nossas vidas,

³ Sobre o termo “remanescente” é importante refletir acerca da problematização feita por Leite (2000): “São inúmeros os desafios, e o próprio termo “comunidade remanescente de quilombo” apresenta em si um conjunto de questões de ordem conceitual ainda por serem melhor discutidas e detalhadas, para que possa ser um instrumento de mediação às ações interpostas no judiciário. Um refinamento conceitual depende do conhecimento mais detalhado das várias situações existentes, e da colaboração de diferentes áreas científicas. Esta tarefa, sabemos agora, mais de uma década depois da promulgação da Constituição de 1988, não foi suficientemente cumprida, embora alguns passos tenham sido efetivamente dados em direção ao estabelecimento de diferentes projetos de pesquisa e debates entre os diferentes setores da sociedade.” (LEITE, 2000, p.351).

⁴ Provocada a responder o porquê de apresentar Lurdinha aqui como militante, a mim foram indicadas algumas fontes acerca do debate. Quero relatar que a própria Lurdinha não gosta de ser chamada de ativista, visto a caminhada dela pelos movimentos sociais na década de 70/80. Bem, sendo Lurdinha do MNU, há dentro do movimento alguns documentos balizadores para que o/a militante em questão possa seguir e cumprir com o seu papel dentro do movimento. Existem Carta de Princípios, Caderno de Ação, Estatuto, espaços para que cada pessoa entenda o formato organizativo do MNU, que pode se modificar de estado para estado, porém sempre baseando-se nesses documentos. O texto sugerido na qualificação pela professora Alexandra Alencar, “Militância e Ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre Repertórios, Estratégias e Instituições” e “Para (re)colocar um problema: a militância em questão” que encontrei na Nexo, dos mesmos autores, sugerem uma diferenciação: a militância requer uma “hierarquização, ou uma centralidade” e o ativismo uma “horizontalidade” da/na organização. Ver mais em: <<https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/02/27/Quais-as-diferen%C3%A7as-entre-os-termos-milit%C3%A2ncia-e-ativismo> , Sales, A. L. L. de F., Fontes, F. F., & Yasui, S. Militância e Ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre Repertórios, Estratégias e Instituições. Psicologia Política. vol. 19. nº 45. pp. 154-169. mai-ago. 2019> último acesso em 27 de fevereiro de 2022.

inclusive os pessoais.

Escrever este trabalho nestas circunstâncias é talvez um esforço de dar continuidade para estes momentos de aprendizado, porque cada demanda, cada nota construída, cada debate e enfrentamento, já vivenciados ao lado de Lurdinha e do movimento, foram todos momentos importantíssimos para o meu desenvolvimento intelectual e para a minha compreensão sobre como a ação política incide sobre as comunidades quilombolas e sobre como a população negra vive. Compreendi qual o projeto político de sociedade que nosso povo necessita.

O interesse na realização deste projeto nasce da minha trajetória como professora da Educação Escolar Quilombola e educadora no Projeto de Educação Comunitária Integrar nas comunidades periféricas de Florianópolis, bem como no Movimento Negro Unificado de Santa Catarina. Iniciei o meu contato junto às comunidades quilombolas do estado de Santa Catarina em 2012, como bolsista de dois projetos de extensão, um deles voltado ao acesso ao Ensino Superior, pelo Núcleo de Estudos de Populações Indígenas - NEPI⁵, e o outro denominado *Políticas patrimoniais para as comunidades quilombolas*, realizado pelo Núcleo de Identidade e Relações Interétnicas - NUER⁶, sendo os dois núcleos ligados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A partir da minha inserção nesses projetos, inúmeras questões acerca das relações raciais, dos movimentos de mulheres negras, dos feminismos negros, de identidade e práticas de socialização das pessoas negras e quilombolas indagavam-me e já impulsionavam o meu interesse por pesquisas no campo da Educação.

Entendendo o meu papel dentro dos movimentos sociais, decidi junto a estes elaborar uma dissertação que desse continuidade às histórias de construção destes espaços coletivos: sou fruto deles, logo devo, na minha compreensão, devolver todo o conhecimento adquirido escrevendo (com e) sobre eles. Foi assim no meu trabalho final de Licenciatura em Ciências Sociais (UFSC, 2018), onde trouxe a história do Projeto de Educação Comunitária Integrar e Gestão Estudantil Universitária Integrar – GESTUS, que proporcionaram a mulheres negras alcançarem o tão sonhado espaço dentro das universidades do Estado. O TCL me auxiliou e apontou a potência que é transcrever as trajetórias das mulheres negras, e foi essa potência que

⁵ O Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI/UFSC) objetiva o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades de extensão relativas aos povos indígenas e populações tradicionais, em particular sobre seus saberes tradicionais, condições de vida e seus projetos, através da articulação de professores, pesquisadores e estudantes de diferentes universidades e instituições. Vem mais em: <<https://nepi.ufsc.br/>> último acesso dia 21 de fevereiro de 2022.

⁶ O Núcleo de Estudo Identidades e Relações Interétnicas (NUER/UFSC), foi fundado em 1986, "vem desde de 1988 participando do debate acerca das políticas públicas voltadas para a regularização dos territórios quilombolas. Uma das repercussões do trabalho encontra-se na interlocução com o campo jurídico, refletindo sobre as políticas e os movimentos sociais negros." Vem mais em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36045>> último acesso em 20/01/22.

me trouxe agora, em especial, à história de vida de uma Professora militante negra no estado de Santa Catarina.

Em meu Trabalho de Conclusão de Licenciatura busquei compreender a educação como um instrumento de fortalecimento daquelas mulheres negras, nas suas mais variadas subjetividades. As histórias (in)contáveis destas mulheres produziram mecanismos de fortalecimento para que elas não desistissem dos seus sonhos e da graduação.

Essas trajetórias de vida são repletas de conteúdo, mas também de estigmas, preconceitos, situações subalternas, sobretudo com relação ao sistema escolar, e possibilitam o debate do lugar de mulher negra hoje, especialmente no Brasil. É neste contexto de mundo, no qual nós, mulheres negras, somos lançadas e sobrevivemos, que a *escrevivência* de Evaristo (2016) aponta para o mergulho nas subjetividades negras, lugar não confortável, mas que é necessário examinar; é dor; mas também amor.

A *escrevivência* traz à tona memórias e dá condição à voz, faz emergir a realidade dessas mulheres na sociedade – potencializando sua saída de lugares de subalternidades em direção a espaços de fortalecimento – e problematiza este não-lugar da população negra. Evidenciar as mulheres negras por meio das suas trajetórias de vida é acreditar que elas elaboram e praticam conhecimentos, que são transmitidos de geração em geração, como parte das práticas de socialização.

O apagamento, as invisibilidades, o emudecimento, o esquecimento e o genocídio sofridos por essas pessoas e suas trajetórias consolidam um projeto político de sociedade no qual pessoas negras não são aceitas como sujeitos/as de produção intelectual. Nas palavras de Ilka Boaventura Leite (1991): “Em Santa Catarina, os descendentes de africanos, quando comparados com outros grupos, de outras origens étnicas, têm sido, de um modo geral, considerados como grupo minoritário, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista político (LEITE, 1991, p.5). Ainda de acordo com autora:

[...] na literatura científica, o negro é invisibilizado, seja porque os textos vão se deter na ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade. Seus efeitos podem ser observados nas práticas políticas atuais: os argumentos da insignificância numérica do negro no Sul causam impacto ou imobilizam até os militantes da causa negra (LEITE, 1991, p.14).

A estrutura brasileira forjada na escravatura insiste em tombar as negras e os negros, e para contrapor isso, neste caso, vamos buscar a voz, as narrativas e saberes de uma Professora e militante que possui um histórico de luta ao lado de trabalhadores/trabalhadoras, estudantes, comunidades quilombolas, periféricas, e da população negra. Destaco principalmente sua luta por meio do Movimento Negro Unificado junto aos quilombolas, que são produtoras/es de

pensamentos e conhecimentos ancestrais, vitais para consolidar a identidade negra das comunidades quilombolas em Santa Catarina.

1.1 OBJETIVOS

Quando pensei em fazer esta pesquisa, o que me moveu foi o impulso de trazer questões que foram me auxiliando na ampliação da minha consciência crítica: os quilombos, o MNU, a educação, as mulheres que conheci durante esse processo de ressignificação da minha identidade racial, de compreensão da luta por direito e da minha existência. A vida de Lurdinha me chamou atenção, pois apontava uma espécie de invocação, aquela vontade e necessidade de depositar a palavra no papel. Surgiu, neste percurso, a certeza de que materializar, organizar e fazer circular a palavra dela era importante, pois a palavra necessita ser soprada, assim como o Padê de Exu Libertador para Abdias do Nascimento⁷:

*Invocando estas leis imploro-te
Exu plantares na minha boca teu axé verbal restituindo-me a língua que era minha
e me roubaram sobre, Exu, teu hálito
no fundo da minha gargantalá onde brota o
botão da voz para
que o botão desabrochese abrindo na flor do meu falar antigo
por tua força devolvido
monta-me no axé das palavras*

Assim, cheguei aos seguintes objetivos para o trabalho, descritos abaixo.

1.1.1 Objetivo Geral

O **objetivo geral** desta pesquisa é compreender e valorizar a contribuição da trajetória de vida de uma Professora⁸ e militante do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU) para o pensamento pedagógico emancipatório.

⁷ Trecho retirado da poesia de Abdias do Nascimento, para ler na íntegra ver em < <http://neab-cefet.blogspot.com/2015/04/poema-do-mestre-abdias-do-nascimento.html>> último acesso em 13 de fevereiro de 2022.

⁸ Usarei daqui pra frente a letra P (maiúscula) por compreender a importância da profissão, e de como Maria de Lourdes Mina representa com afinco a educação.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os **objetivos específicos** do trabalho são:

- Registrar, contextualizar e interpretar a história de vida da Professora Maria de Lourdes Mina, figura relevante na Educação, e particularmente na Educação Escolar Quilombola catarinense;
- Ampliar a compreensão da narrativa da professora militante, e sua contribuição para a educação, a partir de um entrelaçamento conceitual capaz de contextualizar seus saberes pedagógicos, enraizados em práticas junto a populações negras tradicionais e comunidades periféricas.
- Explorar o potencial da metodologia de histórias de vida para que as mulheres negras possam contar sua história com sua própria voz.
- Relatar e contribuir para o processo de fortalecimento dos quilombolas e de suas lutas pelo direito ao território por meio da educação, particularmente em Santa Catarina.

1.1.3 Justificativa

Como **justificativa** da pesquisa, podemos iniciar compreendendo a importância que o método das histórias de vida dá à oralidade, e lembrando que é principalmente na oralidade que se movem os conhecimentos tradicionais das populações negras, assim como os dos povos tradicionais como os quilombos. Buscamos abrir mais caminhos para essas vozes, colocando em evidência identidades tão fortalecidas como a da Professora e militante Maria de Lourdes Mina. Sua história dá oportunidade de pensar uma luta inteira, onde muitos testemunham os efeitos que a história desta mulher já tem. Esta não será a narrativa de uma mulher só, ela é o canal de muitas outras vozes, outras narrativas, outras histórias.

As práticas da educação emancipadora pautadas por bell hooks vão ao encontro das didáticas encorajadas pela Professora Maria de Lourdes Mina no decorrer de toda a sua caminhada pedagógica. A escola é aí entendida como um espaço de emancipação, de liberdade e de desenvolvimento do senso crítico das e dos estudantes. Em um estudo sobre as práticas educativas emancipatórias na obra de bell hooks, Tracey Nicholls diz:

Nossa emancipação de ideias e estruturas sociais que nos mantêm dependentes exige também um compromisso permanente com o empoderamento, com o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, para que eles/as possam emergir de suas condições de dependência de modo a assumir uma responsabilidade plena por eles/as mesmos/as e pelas comunidades nas quais esperam florescer (NICHOLLS, 2011, p.2).

Segundo hooks (2013. p. 10), “aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista”. A autora aponta na mesma direção da crença da Professora, a de que a educação é um mecanismo transformador e potencializador.

Maria de Lourdes Mina, nascida em 1951, é natural de Tubarão, filha de Sebastião João Mina e Apolônia da Rocha Mina, a quinta filha de dez irmãos. Tem uma filha e três netos. Trabalhou desde muito cedo, como muitas mulheres negras nesta sociedade. A Professora possui uma trajetória de luta incansável, que começa pela sobrevivência da sua família, passando pelo sindicalismo, se espalhando para a educação e para a luta do combate ao racismo.

Lurdinha, como é carinhosamente chamada aqui em Florianópolis, sempre defendeu um mundo melhor para todas e todos, e para isso aposta no debate que atravessa a questão racial, e que a levou para a luta nas comunidades quilombolas junto ao MNUSC. É uma defensora da educação, na qual atua até hoje, sendo uma das coordenadoras da Educação Escolar Quilombola no estado de Santa Catarina, no núcleo da Queimada/ Mocotó, e está nas salas-de-aula com esse projeto, na Escola Estadual Jurema Cavallazzi, em Florianópolis, localizada ao pé do morro da Queimada.

Esta escola atende as e os remanescentes da Comunidade Quilombola de Toca Santa Cruz, no município de Paulo Lopes, que iniciaram sua migração no final da década de 1940 e início de 1950, conforme laudo antropológico que integra o processo reivindicando a titulação do território (INCRA, 2016, p. 125)⁹, e se fixaram nas comunidades da Queimada e do Mocotó¹⁰. O trecho do laudo, a seguir, dá ideia das condições em que essa migração ocorreu:

Este foi o caso de Nilton, que hoje está com setenta e dois anos, mas saiu da Toca com a idade de dez anos. Primo de Glorinha e Jorge, neto de Manoel Felipe e Avelina de Jesus, foi criado pela avó na área onde Glorinha e os filhos vivem até hoje. Sua história começou quando a mãe, Rosa de Jesus, foi trabalhar como doméstica na casa de uma família em Laguna e engravidou do filho branco do patrão. Nesta condição, ela fugiu do emprego e não contou que estava grávida. Retornou para a Toca e deu à luz ao Nilton. Logo em seguida, Rosa foi trabalhar como doméstica em Florianópolis e Nilton foi criado pela avó Avelina, indo morar com a mãe na capital quando completara dez anos. Em Florianópolis, Nilton estudou um pouco, mas desde cedo começou a trabalhar como pintor e depois na área do estaleiro, arrumando barcos. Ele casou com uma mulher da cidade e teve doze filhos, vindo a consolidar sua moradia no Morro da Queimada. Nunca deixou de retornar a comunidade quilombola para visitar os parentes e, principalmente, para prestigiar os bailes que aconteciam na casa

⁹ Ressalto aqui que este documento ainda não foi publicado, tive acesso a ele por fazer parte do MNU, e consequentemente acompanho o processo, inclusive a apresentação do mesmo na comunidade.

¹⁰ Em diálogo que tive com umas das netas de Nilton que mora na Comunidade e que é Educadora da Educação Escolar Quilombola, eu soube que a mãe de seu avô chegou em Florianópolis por volta de 1947-1948, em busca de trabalho, ou seja, 3 anos depois de ter trazido ao mundo Nilton. Ele por sua vez chega à comunidade para viver com sua mãe entre 1953 e 1954.

que brilham em tempos tenebrosos, mostrando o caminho para aqueles que lutam pela emancipação social e pela democracia.” (GOMES, 2017, p.16)

As lutas históricas dos Movimentos Negros brasileiros, ao longo do tempo, auxiliam e promovem o deslocamento da mulher negra do lugar que a sociedade eurocentrada estabelece a elas, um local de utilização, de subalternização. A minha busca pela fala desta mulher tem o intuito de pensar nesse lugar que permite que ela fale e se defina. Ela não será mais “[...] a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carregava a família dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1980, p. 230).

É central, urgente e necessário o debate sobre o papel de mulheres como Lurdinha, que exercem na sociedade brasileira uma força, rompendo diariamente o etnocentrismo e o eurocentrismo que mata as possibilidades de ascensão simbólica e material da população negra e quilombola. Trazer para o centro narrativas “periféricas” apresentará para a comunidade e para a academia mecanismos que darão propulsão a outras visões de mundo e de organização social a partir da coletividade quilombola e dos homens e mulheres negras, pois “[...] somente nós mesmas podemos nos redefinir. Somos as fontes genuínas de conhecimento sobre nós” (GONÇALVES, 1988, s/p). Mulheres negras avançam para o centro do debate, como diz hooks: “Para mim, era questão de integridade pessoal e intelectual questionar esse pressuposto tendencioso. Questionando-o, eu me negava a ser cúmplice do apagamento das mulheres negras e/ou de classe trabalhadora e de todas etnias.” (hooks, 2013, p. 244).

É preciso compreender que passamos por um momento em que as epistemologias negras começam a “tomar” o palco da produção, inclusive acadêmica: é possível citar autoras da literatura, como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmino dos Reis, pensadoras/es, pesquisadora/es cientistas negra/os, como Abdias do Nascimento, Nei Lopes, Milton Santos, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez, Franz Fanon, Grada Kilomba, Beatriz Nascimento, entre muitos e muitas outras.

Porém, é importante lembrar que, antes de ocupar este lugar, a população negra traz consigo marcas da transmissão de culturas, identidades, saberes próprios das suas localidades, de seus territórios, logo, marcas da sua territorialidade negra, como “preservação da identidade individual e coletiva” (CRUZ, 2012, p. 175). Passamos da hora de dar ênfase para personagens como Lurdinha, que sustentam uma dinâmica importante de organização social, política e econômica, como as das comunidades quilombolas no Brasil, e em especial em Santa Catarina.

Ainda para complementar a justificativa da importância desta pesquisa, e do valor da história de vida de Lurdinha, trago a seguir algumas lembranças pessoais de vivências que tive com ela.

Em 2014 comecei a participar mais efetivamente do MNU, e fui convidada para ir ao quilombo Invernada dos Negros, que fica em Campos Novos/ Abdon Batista, um dos maiores quilombos em Santa Catarina. As várias viagens feitas ao lado de Lurdinha para mim foram aulas, seminários, teses intermináveis. Eu era a companhia de viagem, mas era aquela que ganhava a cada quilômetro rodado nestas travessias de um quilombo para outro. Ganhava conhecimento e a confiança do MNU e, óbvio, de Lurdinha.

Que pena não ter gravado cada “diálogo-cabeça” que tivemos, às vezes éramos somente eu e ela, em outras vezes eu, ela e uma ou mais duas pessoas, e por vezes um ônibus ou micro cheio de gente! A estrada nos dava tempo para as conversas e trocas, e de tudo falávamos, família, luta, universidade, luta, etc. Confesso que não havia um momento melhor ao lado dela, do que aqueles na estrada. As estradas nos davam o tempo da prosa, mas também davam sustos, e foi cada um! – as chuvas, as cerrações, os pneus furados, as dores nas costas que ela sentia. Mas, por incrível que pareça, nunca tive medo do lado dela, porque ela inspira uma coisa chamada confiança. Lurdinha merece ser escrita, falada, registrada e ter suas vivências como tema de reflexão teórica.

1.2 ENCRUZILHADAS E CRUZAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

Com a bênção daquele que cruza e entrecruza a nossa caminhada, aquele que limpa, autoriza, comunica e interpreta esta escrita. Conto aqui com esse Orixá que liga humanos e divindades. Aquele que sopra em nossos ouvidos, que em minha trajetória possibilitou a chegada até aqui, pois ouvi e fui ouvida. Peço a licença, Laroîê Exu!

Como apoio para refletir teoricamente sobre a experiência pedagógica e militante da Professora Lurdinha, vou usar principalmente os conceitos sintetizados brevemente a seguir. A dimensão de uma encruzilhada pode nos levar a diferentes caminhos, na busca de encontrar possíveis entrecruzamentos e atalhos que me ajudem a chegar onde preciso. É no meio do caminho que me encontro aqui, e que no decorrer as setas serão apontadas para compreender que cruzar também é chegar.

1.2.1 Ecologia de saberes, conhecimento e cultura

Um primeiro conjunto de conceitos refere-se aos saberes, ao conhecimento e à cultura. Como se trata de uma história de vida narrada oralmente, e de uma vida em que a palavra falada tem tanta importância, a oralidade perpassa também esse conjunto de conceitos. Como já disse,

entendo Lurdinha como uma sábia griô, no sentido de ser "esse tradicionalista, também chamado de “conhecedor”, [que] possui uma memória prodigiosa que o habilita a armazenar uma quantidade significativa de fatos que presencia em seu tempo de vida.” (AVIZ, in MEDEIROS; MORAES, 2015, p.433).

Embora a oralidade possa ser apresentada de muitas maneiras, minha escolha se fará pelo domínio dos saberes da tradição oral, uma vez que tradição e oralidade estão juntos desde tempos imemoriais, e foram colocadas como um conhecimento inferior ao mundo da escrita, perpetuando-se a forma de colonialidade de poder e de saber, a primazia do Ocidente simbólico sobre os demais povos e culturas. Para isso, escolho a **Ecologia dos Saberes** (SANTOS; MENESES, 2009) para situar de que lugar posso falar.

Da Ecologia dos Saberes, trago especificamente a questão da alteridade: o reconhecimento de que somos incompletos. Ou seja, em se tratando do conhecimento, cada sujeito olha o mundo da maneira com que foi construído seu olhar. O que significa que, se multiplicarmos as formas de olhar, teremos diferentes conhecimentos.

Se cada um falar do conhecimento, cada qual olhará para aquilo que lhe chama a atenção, que lhe toca, que lhe atravessa, que o constitui. Nesse sentido, o conhecimento na perspectiva de uma única fonte é sempre incompleto. Como disse Paulo Freire:

Assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador, e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior - o de conhecer, que implica re-conhecer (FREIRE, 1998, p.47).

Todo conhecimento, segundo Santos (2009, p.96), “é interconhecimento, isto é, relação estabelecida entre conhecimento, assim, fica mais amplo o conhecimento de cada um”. Essa ideia está alinhada com a advertência de Chimamanda Adichie, quanto ao “perigo da história única” (ADICHIE, 2019).

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (ADICHIE, 2019, p.12).

Isto para dizer que, no início de uma relação (pessoal, sócio-cultural, política e /ou pedagógica), os sujeitos podem ter diferentes saberes e diferentes ignorâncias. À medida que a relação evolui, se estiver sob o princípio da Ecologia dos Saberes, vamos nos tornando, cada um de nós, diferentemente mais sábios. Para a Ecologia dos Saberes cada um sabe e não sabe, porque é só na relação que se amplia o conhecimento.

Na Ecologia dos Saberes a relação com o conhecimento é horizontal. O conhecimento não pode ser destrutivo. Há a necessidade de construirmos mais amplamente o conhecimento, cada qual levando em conta a alteridade. Ao pensarmos nas comunidades quilombolas, a compreensão da proposta de Ecologia dos Saberes tem muito a contribuir. Essas relações são culturais, pois a **cultura** não é isolada da vida, e a cultura do grupo nessas comunidades se rearranja diariamente:

[...] "por meio de múltiplas relações e em diferentes espaços, permitindo construir o entendimento dos modos como os sujeitos educam e são educados no que se refere ao pertencimento étnico-racial e às formas de ocupar os espaços na vivência [...] de um momento histórico específico: a luta pela terra quilombola" (GUSMÃO; SOUZA, 2018, p.136).

É possível compreender que saberes, conhecimento e cultura estão diretamente ligados, quando o assunto é compreender as práticas educativas. Durante todos esses séculos de exploração das populações negras, foram esses saberes e práticas que permitiram que nos dias atuais pudéssemos ter acesso a vários registros acerca do modo de organização dessas populações aqui, seus costumes e formas, que estruturaram um Brasil que se apoiou na escravização para construir cultura nas suas mais variadas formas, na língua, na culinária, nas técnicas agrícolas, etc. Então, como traz Nascimento (2018, s/p) o quilombo é “sistema social”. Indo ao encontro do que traz a Ecologia dos Saberes, Hampaté Bâ aponta uma questão importantíssima para a cultura africana, que corrobora o diálogo que se abre aqui: “Ela envolve uma visão particular de mundo, ou, melhor dizendo, uma *presença* particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem” (2010, p.169)

No Brasil, podemos pensar nessas questões a partir das subalternidades produzidas pelo racismo que aqui impera. E aqui precisamos falar da dimensão das **relações raciais** neste país como consequência, em se tratando da população negra, desde a chegada desta aqui, de povos e línguas terem sido separados, culturas inteiras terem sido dizimadas, dificultando ao máximo a visibilidade e a importância dos saberes que o povo negro trouxe consigo, para ressaltar um conhecimento: o conhecimento do colonizador. Ou seja, há desde então um movimento contínuo de silenciamento e apagamento, em nome de uma história oficial forjada na aniquilação de uma população que possui experiências reais de existência e resistência fora do seu continente, fora da sua maneira própria de ver e conceber o mundo.

Diante da luta pela existência, mulheres negras no período da escravidão contribuíram para a importância dos saberes, tanto na individualidade quanto na coletividade. Mulheres negras são conscientes e sabem o poder das suas representatividades e das suas trajetórias, bem

como das suas narrativas para o povo negro. Elas auxiliam nessa organização coletiva, e produzem conhecimentos que são compartilhados entre grupos.

As mulheres negras corroboram o debate crítico sobre as práticas eurocentradas que sustentaram o racismo, e que na atualidade ainda se perpetuam; suas narrativas expõem suas vivências e as vivências do seu povo. O livro *Mulheres, Raça e Classe* (DAVIS, 2016) nos aponta a todo momento a incansável luta dessas mulheres que eram escravizadas e que no seu processo foram quebrando, ainda que lentamente, as algemas e os estratagemas da escravidão, no que foi e até hoje é um crime perfeito. Davis (2016) expõe a luta das mulheres negras para pautar a vida do povo negro. A autora aponta o quanto as mulheres negras na luta pelos direitos humanos compreendiam que não haveria igualdade enquanto homens e mulheres negras não obtivessem o direito a uma vida digna em sociedade. Em se tratando da mulher negra: quem era ela? Angela Davis, a partir da perspectiva afro-estadunidense, diz:

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento, estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam [...]. (DAVIS, 2016, p. 39)

Lembrando que após a libertação dos escravizados aqui no Brasil foram elas, as negras, que deram suporte financeiro aos seus homens negros, os trabalhos domésticos não as afastaram das casas-grandes. Elas continuavam também, com a venda de quitutes, os tabuleiros ou cestos, que eram especialidades das mulheres na época, que ofereciam peixes, frutas, doces, hortaliças, e uma infinidade de coisas: surgia nesse momento um movimento feminino de comércio ambulante.

A partir de Gonzalez (2018) é possível perceber que a questão da mulher negra, não se modifica no processo do trabalho livre, pois mulheres negras brasileiras continuam ocupando espaços de subalternidades no campo do trabalho. Sabemos quem são as mulheres negras na atualidade: elas, que em sua grande maioria sustentam seus lares, são as mais atingidas pelos índices de feminicídio, as que mais sofrem violências na hora do parto, as que menos possuem carteira de trabalho assinada e que de fato não são alcançadas pelas políticas públicas. Logo:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere muito da “*escrava do eito*” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “*mucama*” de ontem; o mesmo poderia dizer-se da vendedora ambulante, da “*joaninha*”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje, e a “*escrava de ganho*” de ontem (GONZALEZ, 2018, p.128).

É nestes pontos da história que a Ecologia dos Saberes toca, para mostrar que uma revolução nos modos de conhecer, saber e educar se faz necessária. Neste sentido, ao criar a

consciência de que para ampliar o conhecimento não podemos nos ater a uma única fonte, a Ecologia dos Saberes faz com que admitamos que qualquer conhecimento que venha de uma visão limitada será limitado, porque “[...] por meio da educação, construímos, no seio da família, da comunidade negra, *a visão de mundo* que no correr da vida ajuda a decifrar linguagens, modos de viver, situações, [...] dar rumo ao próprio destino” (SILVA, 2010, p. 48). É neste espaço de reflexão que colocamos a importância da voz da mulher negra, como bem expressou bell hooks:

Encontrar a voz dessas mulheres é teorizar as vidas negras, que pouco a pouco vão tomando formas, letras, sons. E quando abrem a boca para a palavração, já é teorização. Quando elas falam, dão por finalizado o que por dentro estava inacabado, formulam uma teoria a partir da experiência vivida. (2013, p. 103)

E é fundamental que essa voz possa contar a sua própria história:

“Ao longo do tempo, as histórias das mulheres negras ou deixaram de ser contadas, ou foram contadas pelos outros – por aqueles que não caminharam em nossos sapatos, e às vezes por aqueles que nunca se preocuparam em imaginar como se sente quem o faz” (OBAMA, 2021, XI). Assim, acredito que são todas essas formas de vida que Boaventura Santos quer considerar. Uma vez que, para ele, não existe saber absoluto, nem uma ignorância absoluta: na Ecologia dos Saberes cruzam-se conhecimentos, portanto, também, ignorâncias. E, para isso, ouvir as vozes como a de Lurdinha se faz necessário. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. “As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimento” (SANTOS, 2009, p. 54).

Nesta perspectiva, a Ecologia dos Saberes propõe que não se destrua para se construir mais, mas que se procurem formas de melhorar as coisas sem destruí-las. Propõe o respeito, mais ainda ações coerentes que promovam de fato o reconhecimento de que em todas as culturas, as ignorâncias e saberes podem ser a chave para o reconhecimento de novas possibilidades de aprendizagem. Essas parecem ser considerações importantes quando estamos falando de mulheres negras, especificamente de uma mulher que tem relação direta com as mulheres negras de periferia, mulheres quilombolas e seus saberes.

1.2.2 Quilombos, educação quilombola e sua construção em Santa Catarina

Outro conceito importante para refletir sobre a história da Professora Lurdinha é o de **quilombo**. Como vamos ver adiante, na narrativa que Lurdinha escolheu nos contar sobre sua vida, a educação quilombola não chega a ser central. Entretanto, o processo do reconhecimento dos quilombos e da educação quilombola em Santa Catarina é atravessado pela ação de

Lurdinha, então esse processo também faz parte da história de vida dela, uma história que eu venho testemunhando e acompanhando, por isso não posso deixar de relatá-lo aqui.

*A terra é meu quilombo.
Meu espaço é meu quilombo.
Onde eu estou, eu estou.
Quando eu estou, eu sou.
Beatriz Nascimento*

O termo quilombo é originário da língua africana quimbundo e significa “união, reunião de acampamentos” ou ainda “residência, acampamento de guerra e habitação” (LOPES, 1988, p. 139-140). Ainda sobre quilombos e o movimento de quilombagem, é importante referir dois outros autores. Um deles é Clovis Moura (2020, p. 23), que nos aponta que “quilombagem no Brasil [eram frutos]¹¹ das contradições estruturais do sistema escravista [...]”. O outro é Abdias do Nascimento (2019, p. 289), que nos diz que “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

No Brasil o termo quilombo foi ampliado a partir dos estudos, recebendo outros significados e ampliando as definições africanas. No processo de democratização do país, com a promulgação da Constituição de 1988, o termo quilombo foi institucionalizado, passando a ser associado às estratégias de organização social e territorial de grupos sociais diante do desumano sistema de escravidão no país, como explica Kabengele Munanga:

[...] o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não-africanos, ele teria recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural (MUNANGA, 1995/96, p.63).

Ainda sobre a formação histórica dos quilombos no Brasil e em outras regiões da América, o historiador Flávio dos Santos Gomes relata:

As sociedades escravistas conheceram diversas formas de resistência, destacando-se as fugas individuais e as comunidades de fugitivos. Nas áreas urbanas as dificuldades para capturar os cativos eram grandes, e por isso os jornais ficaram abarrotados de

¹¹ Grifo meu.

anúncios de fugas. Ainda mais difícil era capturar os fugitivos que formavam quilombos/mocambos. Desenvolveram-se, assim, comunidades de fugitivos que receberam diferentes nomes, como cumbes na Venezuela e palenques na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no Sul dos EUA, foram chamados de maroons. Na Guiana Holandesa, depois Suriname, ficaram conhecidos como bush negroes. Em São Domingos (Haiti) e outras partes do Caribe francês, o termo era marronage; já em Cuba e Porto Rico, cimarronaje. No Brasil, receberam inicialmente o nome de “mocambos”, para depois serem denominados “quilombos”. (GOMES, 2015, p.387)

O autor situa também as formas como os quilombos passaram a ser enquadrados na legislação:

Por aqui foi apenas a legislação colonial de 1740 que definiu o que seria um quilombo. O Conselho Ultramarino estabeleceu, então, que quilombo era “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. No entanto, um século antes já existiam câmaras municipais que definiam como quilombos agrupamentos com apenas “dois ou mais fugidos”, e que tivessem “ranchos e pilões”, ou seja, uma estrutura econômica mais fixa (GOMES, 2015, p. 387).

Se observa aí como o estado colonial controlava as relações sociais entre a população negra, o que está na origem de algo que reverbera nas ações sociais e políticas atuais de controle dos corpos negros que transitam pelos espaços geográficos, delimitando quem pode circular, que lugares podem ocupar e quando.

O conceito contemporâneo de quilombo está relacionado à formação de grupos sociais com fortes laços de sentimento de pertencimento a uma comunidade, laços que transcendem os de consanguinidade e de parentesco, que compartilham valores e costumes comuns e possuem uma identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. Para Ilka Boaventura Leite, atualmente, quilombo

significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas (LEITE, 2000, p. 335).

A historiadora Beatriz Nascimento, na sua perspectiva de mulher negra e quilombola, destaca como o conceito de quilombo hoje transborda e ultrapassa as concepções legalistas, permitindo uma compreensão ampla do que é ser quilombola, inclusive ligada a uma dimensão cultural ancestral:

O Quilombo hoje é uma metáfora, um verbo, um imperativo, uma tradição. Uma forma de estar no mundo, pautada na junção de saberes do corpo, do intelecto e da alma. O quilombo hoje habita em nós. Não como um território externo a ser alcançado, como no período da escravidão, mas como uma episteme negra, elaborada a partir do acúmulo de experimentações passadas que construíram um repertório de resistência, tradições, valores sociais, culturais e política (NASCIMENTO, 2018, p.37).

Para reafirmar a concepção trazida por Beatriz Nascimento, trago aqui a voz de Paulo César Malaquias, mais conhecido como PC, remanescente da Comunidade de Toca Santa Cruz (no município de Paulo Lopes), em um depoimento que ele deu em uma atividade organizada pela Educação Escolar Quilombola na Escola Estadual Jurema Cavallazzi, de Florianópolis, em 2018, um ano antes de falecer. Ao ser perguntado sobre o que é ser quilombola no seu entendimento, PC disse o seguinte:

Pra mim é uma família. Não tem como... Como é que eu vou dizer? Porque é assim, nós estamos aqui, estamos? Estamos ali. Aqui tem um espaço, ali tem outro. O espaço pra mim é o mesmo. O quilombo é um ... é a terra que a gente pisa. Não é porque eu tô lá... no centro. O quilombo é a união das pessoas. (Depoimento em vídeo registrado pelos estudantes, na Coopersolar, 2018. 9'10'').

O artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 insere o direito às terras das comunidades quilombolas no país nos seguintes termos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Interessante dizer, no entanto, que quando da publicação do Artigo 68, estimava-se que poucas seriam as situações que se incluíam nesta lei. Entretanto, à medida que o processo democrático avançou, a sociedade brasileira tomou conhecimento da existência de muitas comunidades negras rurais que existiam de fato e reivindicavam o reconhecimento da posse de suas terras.

Não obstante os quilombos se situarem tanto em áreas rurais quanto urbanas, o conhecimento sobre estas organizações sociais permaneceu, em grande parte, desconhecido e invisibilizado pela historiografia oficial e a literatura acadêmica. Em 20 de novembro de 2003, este quadro se altera em função da publicação do Decreto nº 4.887, expedido pelo Presidente da República, regulamentando os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT/CF/88. Este Decreto é importante por atribuir ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a responsabilidade pela regularização e titulação das terras quilombolas e por definir quem são os quilombolas, sujeitos deste direito, nos seguintes termos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
§ 1º Para fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos **será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.** (BRASIL, 1988)

O processo de regularização exige a produção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que conterà o estudo antropológico da comunidade quilombola que solicita a regularização de suas terras. O relatório antropológico é uma das peças fundamentais deste processo, porque fornece “explicação para o sentimento de participação social dos grupos e para o sentido que atribuem às suas reivindicações, assim como para as representações e os usos que fazem do seu território” (O’DWYER, 2002, p. 21), e para compreender os processos de organização e a memória, bem como as formas de vida destas comunidades.

Segundo dados oficiais disponíveis pela Fundação Cultural Palmares – FCP, até o presente momento, 13 comunidades quilombolas de Santa Catarina receberam a Certidão de Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo. Destas, 11 estão atualmente com abertura de procedimento administrativo para identificação, delimitação e titulação de suas terras junto ao INCRA SR/10, superintendência em Florianópolis (SC). Entretanto, registra-se a existência de 18 comunidades que estão aguardando manifestações dos órgãos competentes ou estão em fase de organização para acionarem o direito.

Em 2012, ano em que fui bolsista Pró-Reitoria de Extensão – PROEX em um projeto de extensão no Núcleo de Estudos Interétnicos (NUER/UFSC), tive meu primeiro contato com Lurdinha, e revirando meus antigos e-mails daquela época, tenho registrada muito timidamente uma fala da Professora militante, em uma reunião, que dava um panorama sobre o projeto Patrimônio Cultural e Políticas Públicas, coordenado pela Professora Doutora Raquel Mombelli, em que Lurdinha estava envolvida, e de como aconteceu, ou vinha acontecendo até então, a luta pela política educacional nos quilombos. Lurdinha vai discorrendo sobre os vários projetos e as parcerias que foram possíveis para a alfabetização das/nas comunidades.

É importante saber que a organização interna do MNU se dava da seguinte forma no ano de 2003:

- Maria de Lourdes Mina: Educação, Juventude e Projetos de Desenvolvimento das Comunidades;
- José Carlos Costa: Finanças;
- Vanda Gomes de Oliveira Pinedo: Política e Questões Sindicais;
- Juan Pinedo: Articulador - Movimentos Sociais.

O que reafirma o papel importante de Lurdinha no acompanhamento de políticas tão importantes para o povo negro e quilombola. A Professora sempre enfatiza que escolheu a educação e a militância da educação, que por isso não investiu no mestrado e doutorado,

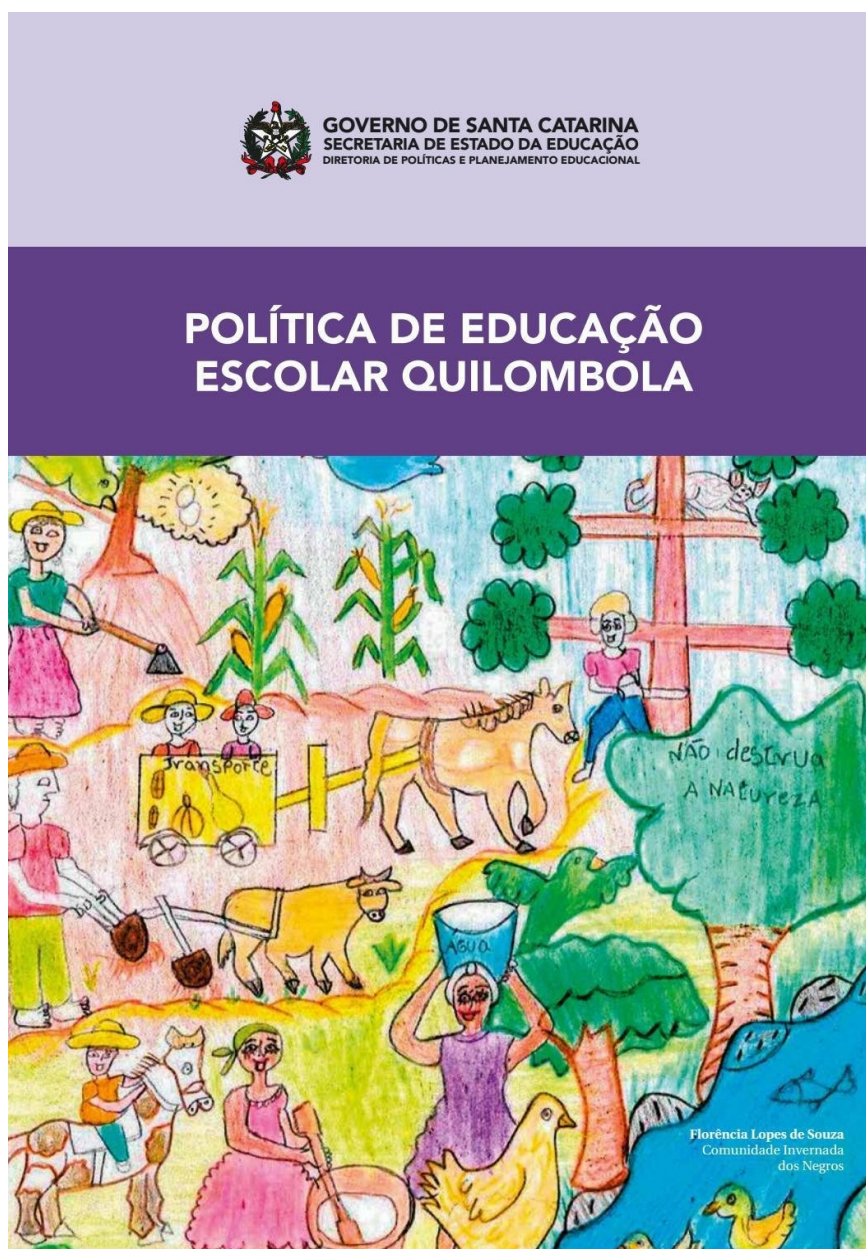
entendendo sua importância nas bases, e no trabalho corpo a corpo. Apresento abaixo uma relação das comunidades quilombolas de Santa Catarina onde há o processo da implementação da educação quilombola, lembrando mais uma vez o papel fundamental que Lurdinha teve na organização dessas comunidades para sua institucionalização:

Tabela 1- Relação das comunidades quilombolas certificadas pela FCP e em processo de regularização fundiária pelo INCRA e respectivas Gerências de Educação – GEREDs. 2021.

	Org. política social	Comunidade e Quilombola	Município	Turmas abertas	GERED/Coord.	Ano de Certificação pela FCP	Processo Aberto INCRA (SC)
1	MNU	Invernada dos Negros	Campos Novos Abdon Batista	Sim	Campos Novos	2004	Titulação Parcial Laudo pronto
2	MNU	Campo dos Poli	Monte Carlo	Sim	Videira	2007	Não titulada Laudo pronto
3	_	Morro do Boi	Balneário Camboriú	Não	Itajaí	2008	Não titulada Laudo pronto
4	_	Valongo	Porto Belo	Não	Itajaí	2004	Levantamento preliminares
5		Vidal Martins	Florianópolis	Sim	Florianópolis	2013	Laudo em andamento
6	MNU	Morro da Queimada	Florianópolis	Sim	Florianópolis *		**
7	MNU	Caldas da Imperatriz e Tabuleiro	Santo Amaro da Imperatriz	Em elaboração	Florianópolis	2010	Em processo
8	MNU	Santa Cruz (Toca)	Paulo Lopes	Sim	Florianópolis	2007	Laudo Pronto
9	MNU	Morro do Fortunato	Garopaba	Sim	Florianópolis	2006	Laudo Ponto
10	MNU	Aldeia	Garopaba	Sim	Florianópolis	2009	Laudo Pronto
11	_	Família Thomaz	Treze de Maio	Não	Tubarão	2007	Laudo pronto
12	_	Tapera	Francisco do Sul	Não	Joinville	2007	Aguardando Certificação pela FCP
13	_	Itapocu	Araquari	Sim	Joinville	2019	Aguardando ertificação pela FCP
14	_	Areais Pequenas	Araquari	Sim	Joinville	2019	Aguardando Certificação pela FCP
15	_	Beco do Buraco Curto	Joinville	Sim	Joinville	2019	Certifica da série FCP
16	MNU	Ilhotinha	Capivari de Baixo	Não	Tubarão	2012	Levantamento Preliminares
17	MNU	São Roque	Praia Grande ampituba(RS)	Sim	Araranguá	2004	Não titulada Laudo Pronto
18	MNU	Rosalina	Araranguá	Sim	Araranguá	*	**
19	-	Ribeirão do Cubatão	Joinville	Não	Joinville	2019	**

Fonte: Fundação Cultural Palmares e Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (*Comunidades aguardando análise técnica da FCP; ** Somente certificada)

Figura 3- Capa do documento "Política de Educação Escolar Quilombola"



Fonte: Governo de Santa Catarina. (2018)

2 “*ELA CONTAVA, E EU VIAJAVA*”: HISTÓRIAS DE VIDA COMO OPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Consideramos as histórias de vida muito importantes como uma metodologia de investigação histórica válida, uma vez que “Ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros, e às vezes relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos torna mais conscientes uns dos outros” (hooks, 2013, p. 247).

E, sobretudo, essa metodologia é importante porque é internalizada e reproduzida pelas mulheres que absorvem a sua consciência de si e mostram o quanto seus saberes são formas de fortalecimento. No caso de nossa pesquisa, essa opção afirma o sentido de que a mulher negra também pode falar, mesmo que a ela deem denominações abomináveis, como nos mostra Gonzalez:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é daquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falado pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala, ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1983, p. 225).

É possível compreender que a educação é uma narração entre professoras/es e educandas/o, conhecer, entender e partilhar as histórias narradas por esta sujeita, na interlocução com a educação à qual ela se propõe, juntamente com o movimento que a constrói como uma militante, e das comunidades com que tanto o movimento e a Lurdinha dialogam. Assim, a escolha deste método é uma forma de apresentar as subjetividades que permeiam toda a luta e a história desta professora militante. A autobiografia é uma destas possibilidades metodológicas capazes de compreender parte dos processos históricos das/os sujeitas/os.

[...] as histórias de vida e o método (auto) biográfico integram-se no movimento actual que procura repensar as questões da formação, acentuando a ideia que ‘ninguém forma ninguém’ e que ‘a formação é inevitavelmente um trabalho de reflexão sobre os percursos de vida’ [...]. (NÓVOA, apud SOUZA, 2006, p.26)

Esta metodologia será um mecanismo fundamental para trazer à baila os construtos da coletividade e da individualidade da professora militante. Emergirá a sua voz e a voz das pessoas que, durante estes anos de vida e caminhada de Lurdinha, oportunizaram a ela um maior conhecimento das periferias e das comunidades quilombolas, pois “a biografia educativa [é] um recurso fértil para compreender a singularidade das narrativas de formação no processo de construção da identidade docente.” (SOUZA, 2006, p.34).

Dentro das inúmeras histórias de lutas individuais e coletivas, sem dúvida a construção da Educação Escolar Quilombola é um dos pontos altos da caminhada desta professora militante. Possibilitar outras vozes, outros diálogos, desobstruindo a estrada para aquelas vozes que estão às margens, deslocando estas narrativas para o centro. Ao abordar as possibilidades, procedimentos de pesquisa, natureza e fonte da História Oral, Eliseu Clementino de Souza, a partir de diversos outros autores, afirma que este método se constitui como metodologia qualitativa de pesquisa direcionada para uma melhor compreensão do presente, bem como permite apreender a realidade presente e o passado pela experiência e vozes dos atores sociais que as viveram (SOUZA, 2006, p.28).

A pesquisa a partir da voz de Lurdinha nos possibilita entrar em um campo desconhecido para muitas/os no estado de Santa Catarina: a existência de Comunidades Quilombolas e suas práticas educacionais, seus saberes, suas tradições. Em nosso trabalho esperamos chamar atenção para a existência dessas comunidades, com as quais a Professora e o MNU vêm dialogando por aproximadamente 15 anos, o que resulta na Educação Escolar Quilombola, ainda em construção. Esta metodologia nos proporcionou o aprofundamento na pesquisa, reconhecendo que há conhecimentos individuais, mas também coletivos que constroem e que desejam consolidar a Educação Escolar Quilombola no estado de Santa Catarina. A escuta de histórias de vida, então, é um “dispositivo de grande relevância no processo de investigação, principalmente voltada para as apropriações e apreensões das práticas cotidianas no campo educacional-escola” (SOUZA e OLIVEIRA, 2016, p.189).

“Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.91), e a narrativa da Professora é recheada das experiências que perpassam o seu corpo, porém tem também muito das suas vivências. As narrativas são do indivíduo e também do coletivo, e têm um desencadeamento que nos possibilita entender tal trajetória.

Contar história implica duas dimensões: a dimensão cronológica, referente à narrativa como uma sequência de episódios, e a não cronológica, que implica a construção de um “enredo”. O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura de narrativa. É através do enredo que as unidades individuais (ou pequenas histórias dentro de uma história maior) adquirem sentido na narrativa. Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. Se nós considerarmos os conceitos isolados, eles se nos apresentam como simples proposições que descrevem acontecimentos independentes. Mas se eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permitem a operação de produção de sentido de enredo (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.92).

A escolha das histórias de vida como opção teórico-metodológica para este projeto foi de suma importância, pois possibilitou trazer as memórias como forma de construção de um saber histórico que por algum motivo ficou silenciado. E, reiterando o que foi dito anteriormente, a memória de Lurdinha, que também é coletiva e social, é recheada de fatos que implicam transformações de acessos a direitos para as Comunidades Quilombolas do Estado de Santa Catarina, como por exemplo a uma Educação específica para essa população.

A utilização do termo História de vida corresponde a uma denominação genérica em formação e em investigação, visto que se revela como pertinente para a autocompreensão do que somos, das aprendizagens que construímos ao longo da vida, das nossas experiências e de um processo de conhecimento de si e dos significados que atribuímos aos diferentes fenômenos que mobilizam e tecem a nossa vida individual/coletiva. Tal categoria integra uma diversidade de pesquisas ou de projetos de formação, a partir das vozes dos atores sobre uma vida singular, vidas plurais ou vidas profissionais, no particular e no geral, através da tomada da palavra como estatuto da singularidade, da subjetividade e dos contextos dos sujeitos. (SOUZA, 2006, p.27)

Para que o método se efetivasse, utilizei a Entrevista Narrativa (EN), compreendendo que “é uma técnica para gerar histórias; ela é aberta quanto aos procedimentos analíticos que seguem a coleta de dados” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2020, p.105):

Projetos que combinem histórias de vida e contextos sócio-históricos. Histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2020, p.104)

Apresentar a narrativa de Lurdinha é de certa forma me colocar no front em defesa de uma educação democrática e igualitária, é um momento de escrita de resistência. Neste momento de desestabilização que o país atravessa, principalmente nas políticas voltadas à educação, nada melhor que o registro para apresentar para a sociedade brasileira a luta pessoal e coletiva de uma professora militante. É possível compreender que sua luta é por uma educação quilombola com infraestrutura e implementação de um currículo próprio no Estado, com um corpo docente composto prioritariamente de remanescentes quilombolas, e para isso é necessário investimento nas políticas no que tange aos quilombos em Santa Catarina.

Logo, fui em busca de ouvir as experiências da Professora, para compreender qual foi a sua caminhada até os dias atuais, entendendo que suas narrativas poderiam contribuir para desencadear uma linha histórica do envolvimento dela nas lutas das comunidades quilombolas, logo:

Narrativas são uma sucessão de eventos ou episódios que abrangem atores, ações, contextos e espaços temporais. A narração de eventos e episódios apresenta uma ordem cronológica e permite uma interpretação de como o tempo é usado pelos contadores de história. Os aspectos não cronológicos de uma narrativa correspondem a explicações e razões encontradas por de trás dos acontecimentos, aos critérios implícitos nas seleções feitas durante a narrativa, aos valores e juízos ligados à narração e a todas as operações do enredo. Compreender uma história é captar não apenas como o desenrolar dos acontecimentos é descrito, mas também a rede de relações e sentidos que dá à narrativa sua estrutura como um todo. É função do enredo organizar os episódios em uma história coerente e significativa. É vital, por isso, identificar o enredo na análise de narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002 p.108)

E percorrer esta caminhada é ir em busca da voz, da fala, como aponta Grada Kilomba, dizendo que falar é apontar para as várias “máscaras” que amarram as bocas das pessoas negras (KILOMBA, 2019, p.41) E aqui justifico minha escrita, trazendo para o centro as memórias desta mulher negra, Professora e militante, que como muitas mulheres negras passou por muitos traumas por conta do racismo, mas que mesmo assim se faz presente, tentando mudar o mundo à sua volta.

Esse movimento de desmascarar é mexer na maneira como o colonialismo opera até os dias atuais, “manter à distância”, “em um método que protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento da/o *Outro/a*” (KILOMBA, 2019, p.42). Neste sentido nos deslocamos aqui para que sejamos negras/os “ouvidas/os”, para combater um cenário em que

Falar torna-se, assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo (KILOMBA, 2019, p. 42)

É pensando na luta pela educação, e compreendendo que o espaço acadêmico é um local importante de produção, sigo aqui na persistência de escrever as nossas narrativas, no intuito de mobilizar algo que está presente na ausência acadêmica, as subjetividades negras. O movimento tem sido feito para que minimamente se desloque a estrutura para um campo onde a ausência é real, sendo muito difícil “falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo” (KILOMBA, 2019, p.47).

Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes (Collins, *apud* KILOMBA, 2019, p.52)

Assim, a presente investigação tem como base metodológica as histórias de vida, com o objetivo de escutar e dar conhecimento à voz de uma mulher, e produzir, por meio do seu

discurso, conhecimento científico. Adentrar a análise da subjetividade e da singularidade da participante principal desta investigação só seria possível compreendendo os paradigmas onde se situam o método biográfico e as histórias de vida.

Para reforçar a necessidade de ouvir as vozes minoritárias, fomos buscar a contribuição de Maria José Magalhães, especificamente de um artigo seu publicado no livro “Pelo fio se vai à meada: percurso de investigação a partir de história de vida” (CRUZ; MAGALHÃES; NUNES 2012, 45). Para Magalhães (2012), as histórias de vidas concentram-se na produção de conhecimento, através do modo como cada pessoa partilha com os outros sua forma de ver o mundo, suas opiniões e suas perspectivas a partir do lugar em que ela está, a partir da sua posição social. A história de vida, para ela, “emerge como uma metodologia que por vezes desafia os enquadramentos conceptuais existentes (ou conhecidos), não se deixando amordaçar.” (MAGALHÃES, 2012, p.47).

Na perspectiva feminista colocada pela autora em questão, ao fazer a recolha da história de vida, é preciso ser fiel às opiniões, à linguagem, a forma de expressar das pessoas biografadas, uma vez que “História *de vida* é uma metodologia que exige uma profunda relação com a narradora da história, relação essa que supõe o interconhecimento, num processo em que já se sabe, de antemão, que as pessoas só se dão a conhecer se nós mesmas nos dermos a conhecer também.” (MAGALHÃES, 2012, p.40). Trata-se de “[...] não transcrever, mas traduzir para a linguagem escrita as vozes das narradoras.” (MAGALHÃES, 2012, p.40).

A caminhada aqui tem o intuito de ouvir e olhar as especificidades das mulheres enquanto agentes das suas histórias, das suas construções políticas e sociais, e, aqui queremos frisar, principalmente no campo da educação. O objetivo é construir conhecimento que possa fazer diferença na realidade social, na linha da perspectiva de Magalhães, que;

[...] se situa no terreno epistemológico da articulação entre conhecimento acadêmico e transformação social e foi por este motivo que se pretendeu ligar investigação e intervenção, que alguns/mas autores/as designam por pesquisa-participação. Também outras investigadoras têm salientado esta perspectiva de aliar a investigação com intervenção em ordem à transformação social (MAGALHÃES, 2012, p.31).

Aqui a autora demonstra a importância de transcrever histórias de vida, como a que estamos produzindo aqui. A escrita que desejamos fazer demarca a passagem e atuação da Professora no campo da militância negra por uma educação para a diversidade. Isso reafirma a escolha da Lurdinha como alguém que necessito (des)escrever, pois para além do campo acadêmico, que é de fundamental importância, sou carregada pelas vivências que tive ao lado

dela durante todos esses quase sete anos dentro do MNU, dentro das comunidades quilombolas e da sala de aula da Educação Escolar Quilombola. “Se é verdade que o saber só tem existência própria enquanto experiência individual (LEWIS, 1993), também a transformação social só existe enquanto dialética entre experiência individual e coletiva” (MAGALHÃES, 2012, p.25).

Como afirma Magalhães, “a história de vida é tomada como metodologia fundamental, onde o enfoque coloca-se no papel do sujeito e nas subjetividades e experiências pessoais” (p.27). Isso será apresentado ao longo do trabalho, pois Lurdinha possui muita experiência, dados os anos de vida que possui e o quanto se dedicou e ainda se dedica à construção e ao fortalecimento da Educação, e mais especificamente, nos últimos anos, à Educação Escolar Quilombola no estado de Santa Catarina. Fazendo conexões com os demais autores e autoras aqui apresentados/as, Magalhães defende solidamente a possibilidade de quebrar com a ideia de um “sujeito universal” (MAGALHÃES, 2012, p.29), rompendo com a hegemonia das produções acadêmicas, apontando mulheres como aquelas que são também produtoras, pensadoras, pesquisadoras.

E permitam-me aqui lembrar algumas, entre muitas outras: Carolina Maria de Jesus, mulher negra, favelada e que sempre teve em suas veias as escritas, Beatriz Nascimento, historiadora que fundamenta a discussão sobre as questões quilombolas, Lélia Gonzalez, ativista, militante das causas raciais e das mulheres negras, uma mulher politizada. Magalhães engrossa a fileira, nos dizendo que podemos contar e ser contadas: “mulheres contam é a ‘realidade’ e se não ‘realidade’ de fatos objetivos das suas vidas, pelo menos realidades das suas subjetividades” (MAGALHÃES, 2012, p.30).

O que se destaca na perspectiva feminista apresentada por Magalhães é principalmente que, na construção de histórias de vida, o/a investigador/a coloca às pessoas a oportunidade de elas contarem a sua história por sua própria voz, isto é, contarem suas histórias a partir daquilo que elas consideram importante. Esta postura exige do/a pesquisador/a uma abertura, um desejo de conhecer que tira a investigação de um ponto de vista só da investigadora, evitando que se vá com ideias prévias e prontas, proporcionando uma abertura para estar receptivo àquilo que a pessoa investigada tem a dizer: às suas experiências, subjetividades, perspectivas.

Isso não significa que para um trabalho como este, na perspectiva de histórias de vida, não seja preciso realizar um planejamento prévio: a estruturação dos principais pontos a serem discutidos nos encontros com a pessoa cuja história de vida será contada. Desta forma, minha

primeira ação neste planejamento foi elaborar um roteiro para que, nos momentos em que eu necessitasse entrar na conversa, fosse possível estar com alguma ideia estruturada.

2.1 REFERÊNCIAS PARA A ESCUTA E O DIÁLOGO NA PESQUISA

Na investigação baseada em histórias de vidas existem várias técnicas que podem ser utilizadas: entrevistas semiestruturadas, entrevistas abertas, entrevistas em profundidade, diálogos abertos, entre outras. Em algumas podemos pedir que a própria pessoa escreva a sua história.

Trabalhei com diversas entrevistas semiestruturadas/entrevistas narrativas/diálogos, no movimento de uma abertura ampliada de possibilidades no campo das narrativas, que a Professora iria compartilhar, uma mulher que tem uma história de vida farta de acontecimentos que vão ao encontro da construção de uma educação libertadora.

Isto é o que a Educação Escolar Quilombola defende, tendo como um dos seus princípios o direito à igualdade, à liberdade, à diversidade e à pluralidade. Lurdinha, coordenadora do MNU, é uma militante ferrenha das Políticas de Reparação como previstas na Lei 10.639 e na 11.645, pois um povo sem história é um povo dominado. Como vou detalhar mais adiante, as entrevistas-diálogos com Lurdinha foram gravadas em alguns momentos e posteriormente transcritas e lidas atentamente. A intenção inicial era também estar aberta a buscar informações complementares no acervo pessoal da professora.

Para que a construção de uma narrativa seja possível pela própria voz da pessoa que queremos ouvir, as entrevistas aprofundadas se inserem numa relação dialógica entre a investigadora e a participante. O caráter dialógico destas entrevistas procede do fato de que não é tanto uma relação em que alguém pergunta e a outra responde, mas um diálogo entre duas pessoas à volta do tema, das experiências vividas por uma delas (MAGALHÃES, 2012, p.31). Logo após a qualificação do trabalho, e considerando as apreciações da banca, o escrito resultante foi enviado para o Comitê de Ética na Pesquisa da UFSC, tendo sido aprovado em 24 de junho de 2021 (Parecer CEP 4.805.227).

A partir daí, dei início às entrevistas com a Professora Lurdinha. Como explicitarei no projeto enviado ao comitê:

As entrevistas serão marcadas com antecedência e com todas as medidas de precaução. Caso a mesma não possa ou não aceite que a recolha das narrativas seja feita de modo presencial, sugirirei que os encontros sejam de forma virtual pelo

Google Meet, tendo como previsão quatro encontros, a serem realizados ao longo de dois meses. Nesses encontros, como recursos técnicos para as entrevistas, serão utilizados gravador de voz, bloco de anotações e celular para registrar documentos que a Professora queira disponibilizar para complementar a escrita (Projeto Enviado ao Comitê de Ética, UFSC, 2021).

O processo de realização da etapa das entrevistas é um momento importante da pesquisa, pois busca o registro da experiência diretamente via narrativa, e essa é, inclusive, temática central desta dissertação, embasada na transmissão de conhecimentos e na aprendizagem que pode advir das memórias narradas.

Afinal, “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91). A partir do entendimento do que compreende a narrativa e a situação de pesquisa utilizando entrevistas, levamos em conta algumas referências e orientações, como esta, que situa os passos de uma entrevista narrativa:

1. Preparação.
2. Início: começar gravando e apresentar o tópico inicial.
3. A narração central: não fazer perguntas, apenas encorajamento não-verbal.
4. Fase de questionamento: apenas questões iminentes.
5. Fala conclusiva: parar de gravar e continuar a conversação informal.
6. Construir um protocolo de memórias da fala conclusiva. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 111)

Ao mesmo tempo, precisei levar em conta e explicitar a relação pessoal que já tinha com Lurdinha, e as considerações de Magalhães me ajudaram a lidar com isto, enfatizando o “processo interativo entre investigadora e narradora”: “História de vida é uma metodologia que exige uma profunda relação com a narradora da história, relação essa que supõe o interconhecimento, num processo em que já se sabe, de antemão, que as pessoas só se dão a conhecer se nós mesmas nos dermos a conhecer também.” (MAGALHÃES, 2012, 32).

Narrar experiências a alguém que escuta é apostar na possibilidade de transmissão. “O ato de contar histórias é relativamente simples. Conforme Ricoeur (1980), alguém coloca um número de ações e experiências em uma sequência” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 92). Sobre a escuta narrativa, conforme explicam os autores, “a narração em uma entrevista narrativa é uma função da situação como todo, e deve ser interpretada à luz da situação em estudo, da estratégia presumida do narrador e das expectativas que o informante atribui ao entrevistador” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 101).

Importante salientar que o conteúdo narrado é tratado colocando também em perspectiva a situação na qual ele surgiu. Ou seja:

Falando de maneira geral, a análise de narrativas implica sempre a análise de aspectos cronológicos e não cronológicos da história. Narrativas são uma sucessão de eventos ou episódios que abrangem atores, ações, contextos e espaços temporais. A narração de eventos e episódios apresenta uma ordem cronológica e permite uma interpretação de como o tempo é usado pelos contadores de história. Os aspectos não cronológicos de uma narrativa correspondem a explicações e razões encontradas por detrás dos acontecimentos, aos critérios implícitos nas seleções feitas durante a narrativa, aos valores e juízos ligados à narração e a todas as operações do enredo. Compreender uma história é captar não apenas como o desenrolar dos acontecimentos é descrito, mas também a rede de relações e sentidos que dá à narrativa sua estrutura como um todo. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 108)

Sobre este ponto, procurei um trabalho minucioso, no sentido de embasar teoricamente o contexto das falas e da escuta, apontando que as experiências da Professora são um dispositivo importante para o indivíduo, mas impreterivelmente para o coletivo. Esta foi a minha tentativa, a de ativar um olhar cuidadoso diante das questões que viriam a aparecer nas narrativas, para tentar “através de *uma* história de vida, darmos conta do social” (MAGALHÃES, 2012, p.27).

As entrevistas foram gravadas e transcritas. O material transcrito foi a base para que as análises pudessem ser construídas na pesquisa. Este trabalho se deu em etapas.

No primeiro momento, a tarefa do pesquisador social é escutar a narrativa de um modo desinteressado e reproduzi-la com todos os detalhes e considerações possíveis. Na verdade, extrema fidelidade em reproduzir as narrativas é um dos indicadores de qualidade da entrevista de narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 109-110).

É importante estabelecer que “as narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 110). Isto porque “as narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio histórico. Uma voz específica em uma narrativa somente pode ser compreendida em relação a um contexto mais amplo (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 110).

Utilizar recursos que guardem as memórias narradas possibilita o registro para a posteridade. A presente pesquisa sobre o aprender a partir das memórias e saberes emancipadores de Maria de Lourdes Mina visa a registrar, no âmbito acadêmico, algo da abundância de experiências que rodeiam os convívios com esta mulher negra, militante e que é referência na história de Santa Catarina.

2.2 PERSPECTIVAS PARA A ANÁLISE

Pretendi trazer a narrativa da Professora Lurdinha seguindo a orientação de autores e autoras que dialogam com histórias de vida, narrativas e história oral, bem como com a questão racial, como os já referidos neste texto. O material transcrito foi a base para que as análises pudessem ser construídas na pesquisa. Entre as pistas para o processo de análise, integrado à organização do texto da narrativa final, Magalhães sugere que:

O trabalho consiste, essencialmente, em agregar pedaços de relatos sobre assuntos, fatos, experiências que, por vezes, surgem em diferentes diálogos e até em diferentes entrevistas, por critérios que permitam devolver à narrativa final a lógica interna da subjetividade da narradora. Articula-se assim, em cada caso, o critério de organização temática e/ou cronológica, permitindo à investigadora, e a eventuais leitoras/es, um acesso mais facilitado às suas experiências e subjetividades. Este processo é também, em maior ou menor grau, realizado com a narradora. Quando voltava a encontrar-me com cada uma delas, levei o(s) diálogos(s) realizados para, a partir deste(s), se avançar no processo de contar (MAGALHÃES, 2012, p. 38).

A partir das pistas para análise sugeridas acima por Magalhães, tentei seguir basicamente o critério cronológico. Nesta escrita de uma narrativa busco compreender particularidades de uma mulher negra na sua individualidade, no seu espaço privado e como ela desloca para o espaço público da militância. O desejo é entender este processo, e a riqueza que a experiência relatada dessa Professora neste trabalho, acredito que dará conta de responder algumas lacunas não preenchidas, mesmo para mim que sou companheira de movimento de Lurdinha. Ainda a partir de Magalhães, é possível compreender que:

Assim, as narrativas auto/biográficas que construí são o que as mulheres me contaram e o que eu ouvi, produto da intersubjetividade estabelecida e da própria/construção textual das narrativas, em que as histórias de vida se constituem como “relatos descontinuamente contados que expressam o nosso sentido do *self*: quem somos e como chegamos aqui”(idem:92), em que a opção epistemológica se situou na “exploração das complexidades dos seus significados variados (...) significados pessoais e coletivos dos silêncios que dizem respeito a certos assuntos, da defensiva e negação de outros, e da repetida ênfase sobre alguns aspectos do passado às custas do outro (idem: idem) (MAGALHÃES, 2012, p. 38).

É importante entender a importância da voz Lurdinha, e entender que essa voz tem presença e precisa de uma escuta atenta. Outra referência importante aqui é a reflexão de Roselete Aviz, em diálogo com a compreensão de escuta em Roland Barthes:

Nessa perspectiva, a escuta assume uma relação de desejo e um pensar, isso é, um encontro: com outra ideia, com outro conceito, outro acontecimento do pensamento. Nenhum compromisso a reconhecer, nada a adequar, simplesmente o

acontecimento entre ideia, conceitos e acontecimentos. Um pensar que não está dado, mas que se gera e se produz a partir do encontro contingente com aquilo que nos força a pensar."(SOUZA, 2012, p. 103)

Por isso esse trabalho procura mostrar, deixar ouvir as ideias e pensamentos de Lurdinha, por aquilo que eles são capazes de gerar, produzir e movimentar no campo da educação, no esforço de compreender o quanto pessoas são capazes de colocar toda a sua caminhada em um propósito. A narrativa de Lurdinha aponta que motivação leva uma pessoa a despende tanto empenho em busca de uma educação que tem como horizonte a emancipação. Será possível perceber na sua narrativa as revelações daquela que vai se modificando quando as realidades que o mundo lhe apresenta lhe pedem uma posição, e que essa posição só é possível porque Lurdinha vai tendo a concepção do seu papel nesta sociedade.

Antes de entrar na transcrição das entrevistas, é preciso explicitar os critérios básicos dessa transposição da oralidade dos áudios gravados para o texto escrito: buscar ser fiel à integridade e à expressividade do discurso das duas interlocutoras; excluir certas repetições ou expressões características da oralidade em casos em que pudessem truncar a leitura; incluir pontuação para facilitar a compreensão; inserir, entre colchetes, termos que pudessem auxiliar a compreensão do sentido; ajustar à norma gramatical, em casos pontuais, certas formas comuns na oralidade, para maior fluência na leitura do texto escrito; indicar, entre colchetes, a supressão de alguns trechos. Além disso, sublinhei, nas transcrições, os trechos que me pareceram mais significativos para compreendermos como os saberes emancipatórios de Lurdinha estão entranhados na história que ela conta de sua vida. Compreendendo-se então que a história de vida é uma pesquisa qualitativa,

[...]compromete-se com os participantes usando as palavras que eles próprios usam para dar sentido às suas vidas. Ela dá grande importância ao contexto e ao processo. Ela apoia-se em uma dialética entre raciocínio indutivo e indutivo, e usa estratégias iterativas para compreender a relação entre a vida social e as subjetividades individuais. (LUTTRELL, 2010, p. 01).

A partir das entrevistas e das informações do acervo pessoal da Professora, trouxe como propostas iniciais construir categorias importantes na vida dela, mas acreditava que haveria possibilidades de aparecerem outras, que poderiam ressaltar a importância dessa Professora na luta para o povo negro e dos saberes emancipadores que fundamentam sua prática. Mas cabe aqui salientar que a história de vida da Professora nos proporciona a escuta, e, como traz Girardello, se para Walter Benjamin, estaria sendo perdida a faculdade de trocar experiências, por outro lado, "como ele sugeria também, novas narratividades poderiam surgir":

A comunidade que fala de si ou para si está viva, pois o laço narrativo fertiliza o presente com o passado, e através da centelha que une quem conta a quem ouve faz com que eles partilhem por instantes de uma mesma "clareira imaginária" onde podem construir perspectivas comuns. (GIRARDELLO, 2014, pp. 17-18).

Uma das definições¹² da palavra perspectiva é "panorama", e outra é "esperança", o que conjuga muito bem com a narradora, com suas questões cotidianas na militância e na luta por uma educação para os quilombos, ela não perdeu a fé nas metas sonhadas para as comunidades, elas ainda estão acesas, e neste momento Lurdinha vem partilhando com mais ênfase tais desejos de lutas. Mas, caminhando no campo da pesquisa, foi possível compreender a importância de experienciar esse lugar, que antes do mergulho me parecia perto, me parecia dado.

No desejo de quem pesquisa, me parecia que a história de vida de Lurdinha seria uma encruzilhada fácil de ser atravessada. Nessa perspectiva de um trabalho que utiliza a história de vida como metodologia é necessário trazer:

[...] a importância de reequacionar as bio/autografias como seu contexto social, isto é de "...religar a biografia individual às características estruturais globais da situação histórica datada e vivida" (Ferrarotti 1983.41), para seus pontos de vista, das formas como foram construindo a sua agência. (MAGALHÃES, 2012, p.32).

Conforme os passos foram tocando nessa estrada, o campo se mostrou outro, cheio de desafios. A ideia imatura de que haveria uma centralidade foi se diluindo conforme o tempo passava e os encontros aconteciam. Pois era Lurdinha que me apresentava sua agência, e não o contrário, o campo foi um espaço de aprendizagem. No imaginário dessa pesquisadora, por exemplo, as perguntas dariam conta de muitas questões que eu gostaria de ouvir respondidas. Porém, quando liguei o gravador no primeiro dia, ao final daquele primeiro trabalho, comecei a perceber que o nosso tempo, ou melhor aquele meu tempo com ela seria precioso, então eu precisava organizar a pergunta, mas ao mesmo tempo deixar Lurdinha falar. Eu só pensava se eu daria conta de tanta história, se aquilo que eu escutava era de fato o que eu esperava das narrativas de Lurdinha. Enquanto eu a escutava, minha cabeça era atravessada pelo medo de não "dar conta da pesquisa".

Mas ao ouvi-la pela segunda, terceira, quarta... vez, e enquanto fazia as transcrições, me dei conta de que em cada história apresentada por ela apresentava-se também a construção do cruzamento entre fala e palavra e depois disso a encruzilhada: a Professora, a sindicalista, a

¹² Sobre o conceito da palavra ver em;< <https://dicionario.priberam.org/>> último acesso dia 23 de fevereiro de 2022.

militante e pôr fim a griô. Lurdinha trouxe as suas história da forma que ela queria, e não exatamente aquilo que eu imaginava.

As questões do fazer pedagógico como um instrumento de libertação, a compreensão do mundo capitalista, da luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do combate ao racismo, prospectam o caminhar, o fazer desta mulher preta, Professora e militante, aquela que orienta. A dissertação daqui para a frente busca apresentar os diálogos que tivemos, como uma estrada que se inicia no campo familiar e deságua no grande coletivo.

A voz de Lurdinha apontou evidências de uma trajetória dura, mas cheia de aprendizagens e gozo. Mesmo nas horas mais amargas do fazer pedagógico a Professora munuiu-se de forças para dar mais um passo na sua reformulação do fazer da luta; nessas estradas e nas suas encruzilhadas, ela foi do luto à luta. Tendo como esteio a educação emancipadora, esse trabalho começa apresentando a Professora e as trilhas, trilhos e cruzamentos feitos e construídos por ela.

O aporte teórico utilizado neste trabalho deu sustentação para a compreensão de que trajetórias e vivências como as de Lurdinha são importantes e precisam ser registradas para pensar uma educação transgressora (hooks, 2013), uma pedagogia para todes, como nos apresenta Paulo Freire em suas inúmeras obras. Lurdinha, como Freire (1986), utiliza-se da “educação criativa” para manter firmes seus propósitos de educação não hegemônica, aquela educação que é não somente a ponte, mas a estrada, enquanto saída e entrada postas pelas encruzilhadas. Como traz Freire:

É por isso que, do ponto de vista dos interesses das classes dominantes, quanto menos as dominadas sonharem o sonho de que falo e da forma confiante como falo, quanto menos exercitem a aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia, quanto mais se tornarem abertas aos discursos "pragmáticos", tanto melhor dormirão as classes dominantes. (FREIRE, 1992, pág. 47).

Assim, tudo que Lurdinha estudou durante seu percurso acadêmico, e que vai ao encontro de sua ideologia libertadora, aponta uma educação não determinista, mas que possibilita sonhos. E escutá-la é possibilitar uma perspectiva de mundo que aponta para o diálogo e para a presença maior de um aquilombamento.

Uma última observação, antes de entrarmos nas narrativas de Lurdinha: é importante destacar que antes da conclusão do trabalho comprei uma pasta, imprimi à parte a transcrição das entrevistas, coloquei junto uma caneta marca-texto de cor amarela e entreguei o material para ela, ressaltando que seria muito importante o retorno para a finalização da pesquisa, e para que a própria apontasse, caso houvesse alguma coisa que não devesse aparecer no trabalho final.

Ela me deu esse retorno nos dias 1 e 2 de março de 2022, dizendo por telefone que

ficou emocionada, que tinha lido com seu neto. Pediu que eu suprimisse alguns trechos e palavras pontuais, para evitar mal-entendidos, porque coisas ditas na nossa intimidade poderiam depois gerar alguma adversidade. Então usei colchetes para sinalizar tais supressões. Uma questão importante para ela, e que enfatizou, foi acerca do modo como as pessoas a chamavam: ressaltou que lá em Criciúma era chamada de Lu, e só quando chegou a Florianópolis é que passou a ser chamada de Lurdinha.

Quando Lurdinha me entregou em mãos a transcrição, disse-me que teria muito mais coisas para contar, e aí rimos, pois eu retruquei: "agora nem dá mais tempo!" Então ela sorriu, como quem quisesse me dizer: "mas faltou muita coisa aí".

3 ESCUTANDO A VOZ DE LURDINHA: A POTÊNCIA DESSA VOZ

A voz de Lurdinha representa uma potência como narradora de sua experiência, e acredito que ela deve e pode fazer este movimento, em que contar sua vida, como aponta Grada Kilomba sobre o processo de se tornar sujeito. Para dar uma ideia da potência dessa voz, trouxe, desde o projeto da qualificação, a transcrição de uma história que ela me contou, anos atrás, a partir de sua vida.

A Professora Lurdinha é essa mulher que vem durante anos, junto ao movimento e as comunidades, enfatizando e trabalhando a importância dos espaços coletivos como um potencializador. Na história narrada por ela e transcrita por mim, em um dia lindo de sol, acho que em 2019, em que pudemos passar um final de semana juntas na praia, fiz o convite para que ela pudesse me contar, agora que eu tinha um gravador na mão, a história do funeral que ela teve que organizar no começo da sua caminhada. Essa e outras histórias, que pude escutar durante as nossas viagens para comunidades quilombolas, me faziam pensar no quanto seria maravilhoso registrá-las.

Ela contava e eu viajava nas histórias, e se uma história te faz viajar e ver as personagens, então ela precisa, sim, ser registrada. Em uma das passagens, a professora fala da sua condição no início da sua caminhada na educação:

- Lurdinha: *“Como eu sempre fui muito disponível para as pessoas, eu consegui mudar um pouco as relações, e até o desenvolvimento da comunidade, do local, e foi muito forte e muito sofrimento, mas também foi um aprendizado e amadurecimento por meio da dor”*.

É possível perceber, em primeiro momento nesta sua narração de vida, seu empenho em estudar para dar uma vida melhor para sua família, e tenho certeza de que todo o seu caminhar pedagógico sempre foi para ampliar a luta da população negra, pobre e periférica que segue num sentido de construção de espaços de vida.

Esta narrativa que transcrevo a seguir foi registrada em 20 de janeiro de 2019, quando pedi à Professora para contar a história de quando foi chamada para coordenar um velório. A partir de agora a voz de Lurdinha será transcrita em itálico, e as partes que quero destacar estarão sem itálico.

- Lurdinha: *Eu sou filha de Sebastião João Mina e Apolônia Rocha Brasil, neta de Maria Custódia mãe do meu pai, uma família matriarca, ela era a mulher mais forte. Tomava todas*

as decisões, não só com os filhos, mas com os netos. Meu pai era pedreiro, não tinha condições de dar o estudo, então o entendimento dele era que as filhas mulheres, nós somos em 4 e homens são 6, nós não precisávamos estudar porque nós iríamos casar. Então a gente precisava aprender a costurar e as prendas domésticas. Mas eu fui babá aos 12 anos de idade, na casa de uma professora que me instigou muito a estudar. Ela dizia muito: “se você não quer continuar a limpar a sujeira dos outros, você tem que estudar”, a partir disto eu entendi que a minha única salvação era estudar.

Eu odiava limpar a casa dos outros e cuidar de crianças. Com muito sacrifício eu estudei. Minha mãe tinha problemas de saúde, e meu irmão mais velho foi pro exército, então o melhor salário da família era o dele, e nesse período que eu estava estudando, era ele que ajudava. Como meu pai trabalhava na construção civil, meu irmão também. Então minha mãe tinha muita calça de brim, como eles chamavam naquela época, cheia de cal e sujeira da construção civil para lavar.

E aí minha mãe ficou doente, aí meu irmão disse: “vou mandar 50 cruzeiros”, que era pra mãe pagar uma senhora pra lavar, porque ela não tinha mais condições. Aí eu fiz um negócio com ele: “João Vitor, se eu lavar as roupas, eu posso continuar estudando e pegar estes 50 cruzeiros e comprar as coisas que eu preciso?” Porque quando chovia eu não podia ir pra escola. Aí ele topou. Então eu fazia isso, lavava as roupas de todos eles, minha mãe ia me ensinando... assim eu fiz o Curso Médio, o Curso Normal, que dava direito a dar aula, depois fiz o primeiro ano da Pedagogia, tranquei a matrícula e fiz concurso para o Estado. Passei e fiz para o oeste catarinense, onde tinha o maior número de vagas, e fui pra lá. A cidade de Alto Alegre, uma cidade antes de Xanxerê.

Meu pai não me deixou ir pra lá sozinha, ele me levou. Quando a gente chegou e ele olhou a cidade, não tinha hotel, só tinha a madeireira, todos eram trabalhadores da madeireira, e tinha uma colônia de alemães e uma comunidade indígena. E tinha uma venda, e tudo ali era propriedade do seu Orestes, que era dono da madeireira. Meu pai olhou a situação e disse: “minha filha, vamos embora, vamos embora, a gente continua lá, a gente se vira!” Eu disse: “não, não, meu pai, eu vou ficar”. Mas também extremamente assustada com aquela situação, mas “eu vou ficar”. Ele foi embora, eu lembro, com lágrimas nos olhos, e eu fiquei lá.

Na primeira semana que eu estava lá, fui me apresentar na escola, coisa e tal, vim pra casa à noite, e bateram na porta da casa onde eu pagava pensão. “A professora está?” E a Dona Messe disse: “Está, está”. “Porque ela tem que ir lá, porque seu Antoninho morreu!” Acordei muito assustada e perguntei pra moça: “por que eu tenho que ir?” “Você é a

professora, e aqui como tudo é muito distante, não tem médico, não tem padre, então quem encomenda os corpos são as professoras”. Minhas pernas tremeram, eu disse: “Dona Messe, nunca fiz isso!” “Não, você vai lá na igrejinha, tem uma bíblia e lá tá tudo explicadinho o que você tem que fazer. E aí você vai e reza por ali, orienta a reza e as pessoas respondem”. E perguntei: “mas eu sou obrigada a ir?” “É obrigada, a senhora é professora, você não pode se negar”. Aí eu fui, vi aquela igreja assim com duas ou três velas só, uma família chorando e alguns amigos e todo mundo me olhando e esperando que eu encomendasse aquele corpo.

Foi uma experiência muito ruim! Eu tinha de 16 para 17 anos, meu pai fez antecipação para a maioridade. Era assustador. Eu comecei a ler a bíblia, quando parava eles respondiam, e aquele homem morto parecia que estava olhando pra mim. Eu fiquei a noite inteira no velório, quando eu cheguei em casa, no quarto, eu chorei muito, muito, muito! Escrevi uma carta pro meu pai, e pedi: “Pai, pelo amor de deus vem me buscar, manda dinheiro”. Porque quando a gente ingressava no estado a gente levava 3 meses para receber, eu não tinha dinheiro pra nada, eu dependia daquela família pra comer, porque eles sabiam que eu só iria pagar quando recebesse. Terminei a carta, coloquei embaixo do travesseiro, dormi, quando acordei rasguei a carta, eu sabia que não podia voltar. Não tinha o que fazer, meu pai dependia de mim para ajudar meus irmãos, eu não podia voltar. E continuei.

Tiveram situações muito difíceis. Eles me chamavam de Maria Preta, porque tinha uma outra professora que era branca: ela era a Maria, eu a Maria Preta. E assim, situações em que principalmente Seu Messe, marido da mulher da pensão, era extremamente racista. Lembro muito bem, em um dia que ele matou um bicho lá, e serviram a comida e eu achei que era frango, quando eu comi ele disse: “isso é gambá”. Eu me horrorizei, embrulhou meu estômago, aí ele disse: “vem pra cá, vem lá da serra baixa que come só pirão com água, que nem carne tem, agora vem pra cá fazer frescura pra comer os bichos que é limpinho”. Várias situações que eu tive de enfrentar que eram de racismo e discriminação, enfim... Acho que fiz um bom trabalho, porque final do ano eles não queriam que eu viesse embora.

Esse tal de Seu Orestes me mandou, me chamou e quando ele mandava chamar era como se o Rei estivesse chamando. Imagina o que é o Seu Orestes chamar a professora negra

pra conversar, todo o lugarejo ficou em expectativa pra saber o que era. Quando eu cheguei lá, ele me fez uma proposta, que ele me dava uma casa e me ajudava comprar os móveis e tudo pra mim ficar lá, porque eu fui a professora que eles chamavam de “professora letrada”, que ajudou muito a escrever ofícios. Porque a filha dele era minha aluna, aí quando ele precisava, mandava um bilhetinho dizendo: “Professora, faça um recado pra tal e tal”. Na verdade, ele queria falar “ofício”. [...]: como um homem daquele tinha tanto dinheiro? Se ele não sabia ler!

Como eu sempre fui muito disponível para as pessoas, eu consegui mudar um pouco as relações, e até o desenvolvimento da comunidade, do local. E foi muito forte e muito sofrimento, mas também foi um aprendizado e um amadurecimento por meio da dor. As professoras não passavam de um ano na cidade, tinham força política e se transferiam antes do que era regra no estado. Eu não, não tinha a força política, tive que ficar, e fiquei mais de um ano porque não consegui de imediato, fiquei quase dois anos.

Eu tinha que fazer por meio do que a legislação me permitia, que era pedir o ato de disposição para estudar. Ele queria me manter como servidora dele! Ele mandava no lugar e eu tinha que fazer, mas eu expliquei pra ele que não poderia ficar, pois tinha que continuar meus estudos. Pra sair do constrangimento, eu prometi que concluiria meus estudos e voltaria pra lá... Só que não!

Registrar narrativas como esta é apresentar outros modos de vida e dar a verdadeira importância aos conhecimentos construídos pelos povos tradicionais deste país. Desde as primeiras etapas desta pesquisa, acreditei que este trabalho poderia ser muito importante para a luta pessoal e coletiva de quem está chegando, especialmente considerando a história deste Estado, que é arraigado no etnocentrismo e no eurocentrismo.

3.1 MEU PRIMEIRO ENCONTRO DE PESQUISA COM LURDINHA (15 DE JUNHO DE 2021)

Começo dizendo que eu tinha uma ideia totalmente errônea de como seria entrevistar Lurdinha. Na minha ingenuidade, ou crença na minha relação com ela, pensava que as nossas conversas, ou melhor, os encontros para construir esse trabalho, seriam a parte “mais fácil” do processo. Mas não foi bem assim. Primeiro, porque efetivar datas futuras para que o trabalho começasse foi um grande dilema. Naquele período, ela teve COVID-19, ficou psicologicamente

afetada - mas quem nesses últimos dois anos não se sentiu afetado/a, não é mesmo? Ela mudou de casa, reorganizou sua vida, e notei, ou notamos, que Lurdinha pedia e inspirava mais cuidados, e com isso ela foi desacelerando.

Confesso que para mim foi difícil ver essa outra Lurdinha, ao mesmo tempo que compreendo o quanto uma pessoa como ela, que sempre foi, e é incansável na luta, pedia um pouco de espaço, para o bem da saúde dela e da sua família. Eu compreendia, mas sentia falta daquela Lurdinha que nunca parava, em momento algum, nem dormindo. Temos até algumas histórias dela dormindo e acordando com o celular ou computador na mão (risos).

Pois bem, finalmente conseguimos marcar um dia, 15 de junho de 2021, no período da manhã. No apartamento dela, lá seria mais silencioso. Nosso combinado era responder a primeira pergunta, sobre como se construiu sua identidade profissional. Peguei um Uber até Campinas, bairro do município de São José, vizinho de Florianópolis, onde agora ela mora. Subi ao apartamento, e naquele dia eu estava com uma crise de rinite danada, então tudo conspirou para que a minha ansiedade aumentasse.

Sentamos à mesa, tomamos um café, e assim que acabamos, eu comecei a gravar. Mas por algum motivo, lá no meio da conversa, gravando no meu celular, eu apertei o *delete!* Pensem? Deletei exatamente o áudio em que ela falava das mulheres que a influenciaram, como Clotildes Lalau¹³.

Fiquei muito nervosa com aquilo, meu coração acelerou, e Lurdinha perguntava: “e agora, Lu? E agora? “Bem, tivemos que começar tudo de novo, e nessa segunda vez liguei o gravador do computador também. O começo é sempre mais difícil: eu não sabia como me portar, não sabia se deixava a conversa rolar como fazíamos lá na praia, se interferia, se fazia perguntas, se anotava as dúvidas para depois pedir explicações. Eu fiquei nervosa, mesmo tendo

¹³ Quero aqui fazer um pequeno registro de uma fala de Lurdinha em nosso áudio perdido: ela falou com muita ênfase sobre Clotildes Lalau, uma mulher negra que teve um papel importante no seu processo de entendimento da questão racial. Lembro que Lurdinha discorreu sobre uma ocasião em que Dona Clotildes a colocou "contra a parede". A cidade de Criciúma tinha todos os anos a Festa das Nações. Sendo Lurdinha a Professora/ Orientadora da SATC, foi incumbida de participar de uma reunião na Prefeitura, no momento em que se discutia qual nação cada entidade iria representar. Lurdinha disse que a SATC, ou seja, ela, representaria a etnia polonesa. Naquele momento, Dona Clotildes, que segundo Lurdinha, sempre se vestia muito bem, com roupas africanas e turbante, disse a Lurdinha que ela voltasse à escola e falasse que não representaria tal etnia. Lurdinha, que estava no processo de ganhar maior compreensão acerca da questão racial, fez o que Dona Lalau pediu. Segundo ela, essa questão gerou conflito, mas para Lurdinha foi muito importante. Esse assunto não retornou no novo áudio, mas perto de finalizar uma das últimas entrevistas, ela lembrou novamente Dona Clotildes como uma representação feminina e negra que a auxiliou na luta de combate ao racismo. Para saber mais sobre Clotildes Lalau vem em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/juliana_de_souza_krauss.pdf>último acesso em 10 de fevereiro de 2022.

uma relação de amizade com ela. Para finalizar essa primeira indagação, foram preciso dois encontros, porque nos primeiros fomos interrompidas pelo celular da Lurdinha duas vezes, as demandas mesmo em tempos pandêmicos não dão sossego. Então, fiz duas gravações e deixamos o restante para outro encontro, porque naquele dia tínhamos uma outra reunião.

Quero aqui ressaltar o que já foi citado neste trabalho por Souza e Oliveira (2016), quando apontam que a escuta da história de vida é um dispositivo que faz emergir e compreender as práticas do dia a dia no campo educacional e especialmente na escola, porque foi isso que pude perceber ao longo do enredo que ela mesmo construiu. A seguir, apresento o trecho transcrito sobre a motivação e identidade como professora e logo sua relação com a educação:

- Eu: *Querida saber se você pode contar um pouco mais da sua motivação para além daquilo que eu tenho pesquisado no campo da educação. E como você foi construindo essa identidade professoral? Então, fazer um pouco desse resgate histórico teu, enquanto professora. Eu já escrevi algumas coisas, [tenho] registrado um pouco do teu currículo. Mas ele não faz uma linha cronológica, né, então se você pudesse dizer para a gente: qual foi a sua motivação pro campo da Educação? E como você construiu sua identidade enquanto professora?*

- Lurdinha: *Quando eu fui fazer, na realidade a minha vida ela foi muito, muito, próxima de algumas pessoas, [...] algumas mulheres professoras que foram me referenciando. Eu tive uma madrinha que era professora, é a minha tia e professora, Leonor do Brasil, diretora em várias escolas em Tubarão, né? E ela, a professora, ela tinha na época, eu a considerava extremamente [...], porque eu estudava num colégio em que ela era diretora, me exigia muito, mas me dava muito pouca atenção, mas me exigia muito. Sempre que passava por [ela], sempre dizia: “você sabe que é minha afilhada, minha sobrinha, você tem que ser melhor aqui!” Então sempre considerava ela muito [...], né? [...] Era uma mulher negra, hoje eu consigo entender, né? que era defesa dela, né? Para se manter como uma autoridade na educação nesse mundo branco, né? Hoje eu consigo entender, mas na minha época, na minha infância, na minha adolescência, eu não consegui. O que eu mais queria era que meu pai me tirasse dessa escola onde ela estava, eu dizia que era muito ruim estudar numa escola em que ela estava.*

Eu fui babá de três crianças, e essa mulher [a mãe das crianças] era professora, ela tinha três crianças, uma delas com deficiência, e um marido alcoólatra. E ela sempre chegava em casa, sempre muito alegre, muito pra cima, assim. Eu dizia: “Dona Dalva, com tudo que a Senhora faz” - porque ela tinha que limpar a filha, arrumar as coisas da menina, preparar a janta e almoço pra eu no outro dia só esquentar e tal. E eu perguntava pra ela por que ela era tão alegre assim, né? E ela me dizia muito: “se você não quer limpar a sujeira dos outros, você tem que estudar, você tem que estudar!” Então ela foi assim... Uma mulher branca, mas que tinha essa coisa da Educação enquanto libertadora, porque era libertação. Porque minhas irmãs todas, nenhuma delas estudou. Meus irmãos, naquela época, a maioria fazia as séries iniciais, que era o primário, e iam trabalhar na construção civil com meu pai. Então, ela, eu acho que ela me apontou esse mundo, né? Você, se você quer a transformação... E ela me disse uma coisa que depois eu comprovei na minha trajetória, né? Quando um rompe, esse um traz toda a família. Então você vai conseguir mudar toda a família.

Foi por pouco tempo que eu fiquei com ela, porque depois ela mudou, ela era da Serra e tal. Mas, no curto espaço de tempo que estive com ela, me deu essa... sabe? E depois, assim, a minha mãe tinha essa consciência, sabia que tinha que estudar, o meu pai, coitado, achava que mulher não precisava estudar, que a gente precisava ser costureira, se a gente fizesse um bom corte-e-costura nós iríamos dar conta dessa vida e cuidar da casa. Meu pai tinha, como todos os homens daquela época...E aí assim eu botei para mim, né, que eu tinha que estudar, que tinha que estudar. Assim, foi muito forte aquelas coisas que dona Dalva disse para mim. Eu passei muito sacrifício para estudar, muito, muito mesmo, mas assim, eu nunca pensei em desistir. Eu lembro que meu irmão mais velho era do exército, e como a minha mãe tinha problemas nas pernas, depois com as varizes e tal, ele mandava para mãe Cr\$ 50 para a mãe pagar uma lavadeira. E aí falei pra ele: “João Vitor, se eu lavar a roupa toda na casa - eu era adolescente - tu me dá os Cr\$ 50 para mim quando chover poder ir de ônibus?” E aí ele disse: “Dou”. E aí eu passei a lavar as roupas da casa toda, ele me dava Cr\$ 50, e assim eu fui... estudando, aí fiz o primeiro ano do ensino fundamental, né? [...]Na minha época era o ginásio magistério, quando saía da oitava série, já saía com uma noção do magistério, equivalente ao curso profissionalizante. E aí fui e fiz o Curso Normal, porque esse conhecimento que eu tive no ginásio já me direcionou para o magistério, né?

Assim tive duas amigas que foram fundamentais, também, na minha vida, a mãe delas

era professora. Célia Catania e Cássia Catania, a mãe delas era professora e era da CRE¹⁴ na época. Então elas sabiam de toda a minha dificuldade né. Nós íamos a pé, andávamos cinco quilômetros a pé, saíamos de Oficinas até o centro da cidade. Elas podiam ir de ônibus, mas não iam para me acompanhar, né. E elas fizeram, assim, toda diferença, porque elas, quando a mãe delas trazia todo o material escolar pra elas, elas diziam: “Mãe, tem que trazer pra Mina também”. Então a mãe [delas] trazia o material básico, sempre trouxe pra mim, e os livros que a gente tinha que comprar, também sempre quando possível dividiam comigo, né, a mãe comprava sempre dois, um pra cada, e elas dividiam comigo.

E a gente fez outras coisas muito engraçadas: quando faltava uma blusa de uniforme, né, [...] aí elas pegavam e faziam uma rifa, uma rifa pra comprar material pra mim. Uma rifa de um litro de uísque, só que a rifa era sempre fria (risadas), e vendiam pra eles (mais risadas). Nunca souberam quem ganhou (risadas). E tinha os amigos delas, também brancos e tal, que elas faziam isso: “vamos vender para eles pra comprar o uniforme pra Mina”, e aí elas vendiam as rifas e nunca ninguém ganhava (risadas). A gente fez o magistério, fez o vestibular junto, tudo. Tudo isso no final da década de 60, e o ginásio e o magistério na década de 70. Eu fiz dois vestibulares, eu fiz um vestibular pra matemática aqui na UFSC, eu e a Cássia.

A Célia tinha muito na cabeça dela que ela queria, na época, né, ela queria é pedagogia, licenciatura, porque ela queria dar aula. E eu e a Cássia tínhamos dúvida, eu queria matemática, né e a Cássia também. Mas, pra não deixar a Célia sozinha, eu fiz aqui, [porque] a minha irmã morava aqui em Florianópolis, e fiz [também] lá com a Célia, tá? Eu passei nos dois. Aí eu fui pro meu pai e disse: “Pai, eu passei lá em Matemática e eu queria fazer lá, porque a Cássia vai morar em Florianópolis, vou morar com ela. Fiz toda aquela coisa que adolescente faz, né? Na cabeça, independência (colocou a energia na fala, como se estivesse vivendo aquele momento)! Meu pai: “não, não, não, não pode, minha filha, como você vai pra lá?” Me convenceu que não dava. Eu me conformei e fui fazer Pedagogia com a Célia, era Unisul em Tubarão, a Unisul era FESSC¹⁵, e depois logo em seguida mudou para Unisul.

Já lá com o Curso Normal, eu comecei a lembrar muito da minha vida, e perceber o quanto que a educação tinha modificado minha vida e meu jeito de pensar. Eu tinha uma queda muito forte pela Psicologia, [pelas] cadeiras de desenvolvimento humano, mas também tinha muita essa coisa da política. Eu não conseguia ainda entender como funcionava essa sociedade, mas eu entendi que tinha algo errado. Então as maiores referências foram os professores de

¹⁴ Coordenadorias Regionais De Educação.

¹⁵ Para saber mais sobre a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, disponível em: <<http://50anos.unisul.br/timeline/>> último acesso 17/01/2021.

Sociologia, o Professor Manfred, isso já na faculdade. Mas lá no Magistério eutambém tive professores de História excelentes, entende? Que me mostravam que existia todauma luta para a transformação dessa sociedade. Foi dessa forma que fui me construindo enquanto professora, entende? *Passei no vestibular, e aí assim foi a maior glória, de eu ter passado no vestibular: eu, Célia e Cássia nos jogamos dentro do chafariz que tinha no meio da praça! (rsrsrs).* E aí, meu pai sofria muito, assim, por não conseguir poder me dar aquilo que era necessário, muitas vezes pedia pra mim sair [da faculdade].

Teve um momento das coisas mais tristes, [mas] na realidade mais compensadoras pra mim hoje, foi um momento em que precisava levar um caderno para a escola. Tinha professores terríveis no curso Normal, eu acho que aquela mulher deve estar queimando no fogo do inferno até hoje (risos). Ela tinha um óculo bem garrafa, elaficava na porta, e nós em fila com o trabalho de, de...ela dava duas disciplinas, uma era Preparação para o Lar¹⁶, e outra era, como é ...ai meu deus, como era... que tinha uma sigla...OSP¹⁷ [Organização Social e Política Brasileira], ela dava essas duas disciplinas. Aí ela ficava na fila, botava nós na fila e ela ia com caderno na mão, anotando “quem trouxe trabalhos manuais” e “quem não trouxe”.

Aí, uma semana ela pediu os trabalhos manuais e o caderno. Aí a Cássia disse assim: “Célia, eu fico na frente, tu fica atrás e a Mina fica atrás de ti, na fila”. Aí a Cássia entrava primeiro, aí a Cássia pegava o trabalho dela, que era sempre esses tapetes de etamine, chegava lá e ela desmanchava, desmanchava, enquanto ela chamava os alunos. A Célia ia bem abaixadinha na janela, passava o trabalho pra mim e eu me apresentava pra ela com o trabalho (rsrsrs) nunca terminei nenhum tapete! E aí nesse dia ela pediu junto um caderno.

O pai não tinha, imagina, não tinha pra me dar. Aí eu disse: “Pai, eu não tenho caderno”, aí ele disse: “Minha filha, o pai não tem!” Eu disse: “tá!” Fui assim mesmo sem o caderno, eu era teimosa. Cheguei e disse: “Célia, e agora?” Ela disse: “Mina, eu vou lá e vou cochichar com todo mundo antes de entrar, porque eu quero uma folha de caderno do meio!” A Célia era assim, pegou umas folhas do caderno de todo mundo, amontoou assim, pegou uma capa do outro caderno dela, botou e disse, “Mina, agora vai lá agora e grampeia na Secretaria” (risos). Eufui lá, grampeei na Secretaria, e cheguei bem bela e formosa com o

¹⁶Para mais informações sobre a disciplina Preparação para o Lar, disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2017/arquivos/63.pdf> último acesso 17/01/2021.

¹⁷Para mais informações sobre a Organização Social e Política Brasileira – OSPB, disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/201901/1548206571_218043c0b14eae4d02e74865872c6a8f.pdf último acesso 19/01/2021.

cara... aí eu cheguei em casa e falei pro pai: “Pai, eu consegui”. Falei para ele, e pela primeira vez eu vi meu pai chorar (emoção), eu vi ele chorar: “Minha filha, muita humilhação, sai da escola, sai”. Nunca esqueço, eu disse: “não, Pai, mas eu consegui, eu consegui”. Eu toda alegre, mas para ele não, meu pai era muito orgulhoso, era um negro muito orgulhoso, sabe? Logo Seu Sebastião João Mina, imagina, ele era uma pessoa extremamente respeitada, ele era muito respeitadortambém, aquilo era uma forma de me manter.

Então assim, essa trajetória toda hoje, eu olho e vejo quanto que essa minha trajetória me tornou uma pessoa que eu sou. Porque a educação para mim, eu só sei fazer educação, eu só soube fazer educação, não sei fazer outra coisa, não me vejo fazendo outra coisa. *Eu até tentei outras coisas, mas não deu certo. Já tentei trabalhar com vendas, e eu vendas... meu Deus, né? Eu sei doar, pedir eu sei - vendas eu sou um fracasso (risos). Vendi roupas, e vendinada! Tudo que eu vendia as pessoas ficavam... eu sou um fracasso para vender, gente (muitos risos), porque se a pessoa dizia: “eu tô com dificuldade”, eu: “tá, tá, leva, leva, quando tu puder, tu me paga” (mais risos). Trabalhei e me dei bem com a capacitação de trabalhadores. Eu e a Iara, uma psicóloga de Criciúma, a gente colocou uma empresa de seleção e recrutamento.*

- Eu: *Como você foi parar em Criciúma? De Tubarão tu foi pra Criciúma?*

- Lurdinha: *Eu vou voltar lá para a década de 70 quando eu fiz vestibular, só que era particular, então eu não tinha como pagar a mensalidade. Meu pai era uma pessoa que, por ser pedreiro, por trabalhar com aquela burguesia toda, ele tinha muito uma relação com o prefeito da cidade, aí meu pai trabalhava na casa dele, como pedreiro, [o prefeito estava] fazendo meu pai construir a casa dele. O pai foi falar pra ele: “Olha, minha filha foi fazer vestibular, passou e não tenho como pagar a mensalidade pra ela”, e ele disse “Ah, Seu Sebastião, eu posso fazer o seguinte, eu posso arrumar um emprego de merendeira para ela”.*

Aí imagina eu de merendeira, né? Aí o pai: “Não, ela é muito nova, não”, aí o pai disse: “maseu tenho uma ideia, eu tenho uma outra filha que pode trabalhar, e essa minha filha paga metade pra ela, não dá? Então vamos botar a Maria Laurentina”. A Laurentina foi trabalhar no município como merendeira e pagava a minha faculdade, porque meu pai era sempre assim, um tinha que servir o outro, nem perguntava, ele não foi perguntar pra Laurentina se ela queria, ele chegou lá e disse que a Maria Laurentina ia trabalhar como merendeira na escola. E ela foi merendeira bastante tempo na escola.

E aí nisso, logo em seguida, eu fiz concurso para o estado e passei, em 73 ou 74, por aí. Passei e naquela época não tinha professores no Oeste, então os professores vinham todos

daqui. Eles diziam que queriam os professores da Serra Baixa, [a gente] ia de ônibus, cheio, lotado, dois ônibus saíam daqui lotados de professores pra assumir as vagas no Oeste. Fui para Xanxerê e Faxinal dos Guedes. De Faxinal dos Guedes, eu tinha que andar mais não sei quanto tempo lá, de Kombi, para chegar em Alto Alegre, que é onde eu ia trabalhar.

E aí assim o meu maior encontro com meu pai foi naquela viagem, sabia? Porque ele disse: “Não, eu não vou deixar tu ir sozinha, não, minha filha não vai. Pai vai contigo, eu vou saber onde é que você ficou e como ficou”. Ele foi, era o único homem dentro daquele ônibus e a mulherada que foi no ônibus [tavam] soltas né? Então cada vez que, porque naquela época o ônibus parava muito, cada vez que parava era aquela bagunçada, iam comprar as cachacaada, iam tomando e já iam namorando...

E eu com meu pai, e ele começou a fazer comparação, talvez não só na viagem, todo meu comportamento, todo nosso comportamento, como é que nós éramos. Ele chegou muito satisfeito, quando paramos em Faxinal dos Guedes era mais ou menos mais 7 horas da noite, tinha um barzinho que tem a porta de baixo e a de cima, aí nós entramos ali, porque dali nós iríamos no outro dia de manhã para Alto Alegre de Kombi.

Ele chegou lá e [...] nós estávamos loucos de fome, ele queria saber onde é que tinha um hotelzinho, aí a moça disse: “Mas não tem hotel aqui, é aqui mesmo”, e era aquelas pousadas de peão de trecho não tem? Homarada, homarada, homarada que estavam fazendo asfalto, ele disse: “Meu deus, minha filha, como é que a gente vai fazer?” “Pai, vamos ficar aqui mesmo, o que fazer a gente vai fazer?” E aí a gente jantou. Jantamos, fomos pro quarto, e chegou lá não tinha chave, aquele corredor todo era aquela homarada de cueca; ele não me deixou no quarto, eu tive que ir lá embaixo falar com a mulher, para saber da mulher como é que nós íamos ficar, se não tinha chave. Ela disse: “Aqui é assim mesmo, esses homens são tudo assim, mas são tudo homem de bem que trabalham”.

O pai disse: “Isso não tem cabimento, a senhora deveria ter me falado antes, que eu dormia ali fora com minha filha”. Aí viemos pro quarto, ele encostou a cama e o guarda-roupa na porta, primeiro o guarda-roupa e depois botou a cama, e ele dormiu ali. Meu pai era muito assim... muito conservador nessa coisa, e aí deu vontade nele de fazer xixi, e ele não ia descer e me deixar sozinha, e ele fez xixi na garrafa, mandou que olhasse para lá, botou toda uma coisa para mim não ver, e fez xixi na garrafa. Eu imagino quanto que aquilo foi difícil para ele, porque ele era extremamente conservador. E no outro dia de manhã, para tomar banho, ele pegou e disse: “Tu vai e eu vou ficar na porta, porque tu é mulher, não sei quê, precisa de tomar banho, e o pai não vai tomar banho”. Eu tomei banho lá embaixo, ele deixou a homarada, aí eu tomei e ele ficou na porta.

Logo em seguida a Kombi veio, e nós fomos para Alto Alegre, aí cheguei lá, né: “Chegou, chegou a professora da Serra Baixa”! Ele foi lá, falou com a pessoa [com quem] eu iria ficar, lá tinha um dono da madeireira que era um tudo né? Ele foi lá falar, me apresentou pro Seu, pro Seu... E ele: “Não, professora aqui com nós tem tudo”, aquela coisa de interior. Fiquei lá um ano e meio, voltei, terminei minha faculdade, fui trabalhar no estado, peguei minha transferência e continuei a trabalhar, então o último ano de faculdade meu, os últimos anos eu acho, eu já fiz como professora: então trabalhava durante o dia, e à noite fazia a faculdade.

Aí quando eu terminei a faculdade, é... em 78 a 79, eu fiz um concurso, me disseram para mim: “Ó tem concurso da SATC¹⁸ em Criciúma”, que é uma escola técnica. “Vai fazer, Mina, vai fazer”, eu acho até que foi a Célia que falou. Eu peguei e fui, eu tinha minhas tias que moravam em Criciúma tudo, sempre tivemos parentes em Criciúma. Eu fui e fiz o concurso, passei em primeiro lugar, e aí foi assim que eu fui para Criciúma.[...] Eu vou iniciar um relato do período em que eu iniciei a luta pelos direitos dos trabalhadores. Eu sempre fui filiada aos sindicatos, na primeira atividade de carteira assinada, mesmo em escolas particulares, sempre fui dos sindicatos da luta pelos direitos dos trabalhadores.

[...] Antes de eu ir pra SATC, eu pedi uma licença sem vencimento, e quando cheguei lá me envolvi com a greve dos mineiros, [...] nós íamos para as assembleias dos mineiros, eu ia para as assembleias das escolas particulares, eu estava vinculada ao sindicato das escolas particulares.[...] Eu era a única pessoa que conseguia fazer o enfrentamento com [o diretor de uma mineradora], Voimer Maievski, já morto.

Fiquei trabalhando na escola técnica, trabalhei 14 anos lá. Essa escola técnica é uma escola de filhos de mineiros, que era mantida pelos mineradores. Diziam que eram eles que mantinham a SATC, depois eu descobri que era mentira, fizemos uma greve de não sei quanto tempo. Fui para lá, trabalhei, fiquei, enfim. Primeiramente morei em pensão, depois aluguei junto com mais duas profissionais da SATC, alugamos um apartamento pra morar juntas. Eu era extremamente dedicada àquela escola, meu Deus, às vezes eu entrava às 8:00 da manhã e saía às 22:00, na hora que acabava tudo.

E porque ela era uma escola, quando eu entrei era uma escola extremamente, não vou dizer humana, ela era assistencial, sabe? O estudante entrava só com o corpo, ele recebia tênis, recebia um uniforme, ele recebia todo o material que precisava, os pais não tinham despesa nenhuma. Tinha aqueles que ficavam semi-internos e os que ficavam internos, os filhos de

¹⁸ SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina.

mineradores, por exemplo, de outros municípios, eles vinham ficavam ali. A SATC tinha um convênio com os Irmãos Maristas, então os Irmãos Maristas... era muita briga minha, meu Deus do céu, aquela língua do Irmão Valmir quase atorava, ele tinha aquele hábito (imita o homem mordendo a língua) de quando ficava nervoso morder a língua. E a Graça era uma supervisora, a gente tinha uma amizade muito, muito profunda mesmo, ela dizia: “Lurdinha, qualquer dia desses eu vou ver a língua do Irmão Valmir correr escada abaixo (risos) tu deixas ele nervoso, Lurdinha”. Porque eles tinham aquela disciplina rígida, né, dura: “Ai, vamos expulsar!” “Não vai expulsar, irmão Valmir, não vai expulsar!” – eu falei – “vou primeiro conversar com eles para saber o que é”.

Figura 4- Registro de Lurdinha com estudante da SATC, na Feira de Cultura (IV FECUL - Festival de Cultura)



Fonte: Facebook - página Amigos da SATC - Criciúma, SC. (s/d)

E o diretor executivo era o seu Voimer, todo mundo morria de medo daquele homem, morriam de medo, e eu o enfrentava. Mas eu enfrentava porque eu tinha argumentos, todo mundo que queria alguma coisa com ele dizia: “Manda a Lu”, “a Lu fala com Seu Voimer” qualquer coisa, depois, né? Com o passar do tempo, porque eu chegava e falava assim: “Seu Voimer, assim, assim ó”, “Não, para aí, o senhor primeiro me escuta”, e ele: “mas eu vou escutar, eu já sei o que...”, e eu: “Mas Seu Voimer, deixa eu falar”. Aí eu falava, argumentava

e convencia ele, entende? Convencia. Ele passou a gostar muito de mim, muito, ele não gostava de ninguém, era um polonês, não gostava de ninguém, ele queria as coisas como ele era e tal. Ele passou assim a me respeitar, muito por conta disso, então quando eu tinha uma coisa atravessada com o irmão Marista [...] eu ia pra ele, e pra todo mundo ele não falava duas vezes, falava uma vez só e era aquilo, e todos baixavam a cabeça e faziam aquilo que ele queria. Eu fiquei lá 14 anos.

- Eu: Foi morando em Criciúma e trabalhando na escola técnica que você fez a empresa com a sua amiga?

- Lurdinha: Foi! Eu tô igual à minha mãe (risos), a minha mãe era assim, ela começava uma história, ela contava três histórias, depois não sabia qual era a primeira. Abri a empresa com a Iara, uma empresa de seleção e recrutamento de profissionais para as minerações e cerâmicas. Por quê? Porque como eu era orientadora educacional, e a SATC era uma escola que encaminhava os estudantes, eles terminavam tudo técnico [e tinham que] fazer um estágio, então assim eu viajava pra Paraná, eu viajava pra São Paulo, lá nas minerações de São Paulo, eu viajava para Camaquã no Rio Grande do Sul.

Eu tinha que fazer o encaminhamento dos estudantes para essas empresas, a Eliane, [pra] todas as empresas os técnicos era eu que encaminhava. Então quando chegava no final do ano, eu começava a mandar documentos, cartas pras empresas, dizendo que nós teríamos tantos estagiários de tais áreas, eletromecânica, técnico de mineração, técnico de desenho, desenho técnico, desenho mecânico. Eu começava a mandar, e eles começavam a pedir: “nós queremos tanto técnicos disso” e tal.

No início o Seu Voimer dizia: “Não, não, tu tens que ir, tem que conhecer a empresa, tem que saber como é que está...” Eu tinha um cadastro de todos [os estudantes] com as empresas, e tudo o que eles que precisavam era para mim [que pediam], porque na realidade as famílias não tinham um telefone, as famílias não tinham celular, aí era muito trabalho mesmo, muito trabalho. Mas também era uma coisa que me dava muito prazer, eu adorava fazer isso. Por quê? Porque eram todos os filhos de mineiros, que são, sabe, extremamente empobrecidos e tal, sem estrutura, e eu tinha um prazer em saber que eu tinha encaminhado eles.

A minha questão, a minha luta também da questão racial, também inicia ali dentro da SATC, porque os filhos de mineiros negros entravam, mas não se formavam. Eu comecei a

fazer esse levantamento: mas por que eles não se formam? E era toda uma questão de pressão mesmo, [...] e quem eles expulsavam na realidade, quem saía na maioria das vezes eram negros. E eu comecei a dizer pro Seu Voimer isso: “o Senhor observa, pede a relação de quem foi expulso esse mês”. Ali também eu comecei a minha militância, eu não tinha consciência que era isso, me incomodava aquilo.

Figura 5-Turma de 1979 - Eletromecânica. Encontro de 40 anos, em 2019



Fonte: *Facebook* - página Amigos da SATC - Criciúma, SC. 2019.

- Eu: *Mas a sua empresa, Lu, tem a ver com a escola?*

Lurdinha: *Tem, porque começaram a me pedir profissionais que nós não formávamos, que eram profissionais de universidades, profissionais de ponta. Aí a Iara começou a dizer, que [ela] era psicóloga e muito amiga, o marido dela era engenheiro de minas, e às vezes ele também trazia: “pô, nós estamos precisando de um profissional”. Profissionais que tinham determinada especificidade. A Iara disse: “Lu, vamos o seguinte, vamos criar uma empresa”,*

e eu fazia muitos cursos, dava muitos cursos dentro da escola. Aí a empresa ligava e pedia uma formação de solda, eu pegava um professor de solda pra fazer os cursos. [...]

Alugamos uma sala, montamos sala de aula e uma outra sala de reuniões e começamos a trabalhar para as empresas. A maior parte do tempo quem ficava no local era a Iara, mas quem fazia os contatos e recebia as demandas era eu. A gente se reunia, discutia e fazia um calendário desses cursos. A gente deu curso de eletrônica - na época a eletrônica estava chegando -, cursos de recursos humanos, de muita coisa.

A empresa rendeu tanto que no final do ano eu comprei um carro, estava indo muito, muito bem. Nisso a Iara e o Benjamim tiveram problemas, ela teve que sair da sociedade, do trabalho, mas ela continuava, né, como sócia. E aí foi quando eu fiz o concurso para o SENAI, que me convidou para fazer, participar do concurso, e eu sempre dizia para a Graça: “eu trabalhei 14 anos, mas olha, Graça, eu não vou me aposentar, quero conhecer o mundo, quando tiver outra oportunidade eu vou sair, chega da SATC”. E foi o que aconteceu, fiz concurso para o SENAI e fui para Chapecó, acho que já era 89.

Mas antes disso sempre tive uma trajetória de luta, e de greve, porque sempre fui dos sindicatos. Quando fui para a SATC eu conheci o Zé Argente, que ia sempre lá, apresentar as demandas dos trabalhadores e tal, mas ele não tinha muita entrada na SATC, até porque os professores da SATC sempre ganharam muito bem, éramos muito bem pagos, eu ganhava na faixa de 13 a 14 salários mínimos.

O Zé era do sindicato dos trabalhadores das escolas particulares, a SATC estava como uma escola particular, depois que a gente ficou sabendo que não e aí o conheci e comecei a dizer: “Não, gente, nós somos trabalhadores, nós temos que ouvir o Zé Argente”. Quando ele [Zé Argente] chegava, era aquele [professores/as] que mais podia sair, o coitado ficava lá sozinho, eu dizia: “Pois, mas como assim? Nós somos trabalhadores, nós podemos ganhar melhor do que os outros trabalhadores, mas até quando nós vamos ganhar isso?”

Nós temos que ficar e escutar, ele está trazendo toda a luta de todos os trabalhadores, nós temos que ficar e escutar”. Tinha dois estudantes nossos que fizeram a diferença, e se formaram para fazer estágio na SATC, um deles é o Carola¹⁹ que até escreveu um livro da luta dos trabalhadores da mineração de Criciúma, que é do PT²⁰ e tal; e tinha o Rogério, que eu nunca mais vi o Rogério que fez a minha cabeça, porque ele ia na Kombi.

¹⁹ Para saber mais sobre Carlos Renato Carola, disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/3814360/carlos-renato-carola>> último acesso em 17/01/2022

²⁰ Partido dos Trabalhadores.

3.2 MEU REENCONTRO COM LURDINHA (04 DE OUTUBRO DE 2021)

Diante das inúmeras demandas do Movimento, da Educação Quilombola, dos Quilombos e da própria dinâmica da vida, Lurdinha continuava se organizando empenhadamente para ter pelo menos mais finais de semana de descanso para o bem da sua saúde física e mental. Eu sentia que em cada oportunidade que tinha de falar sobre isso, o descanso dela, Lurdinha sublinhava esse desejo de poder desfrutar. Por conta disso, senti a necessidade de tentar fechar o mais brevemente as nossas entrevistas, porque já era outubro e naquele momento a Educação Escolar Quilombola estava se preparando para voltar ao presencial. Isso estava tomando muito o tempo de Lurdinha, pois cada plano de aula²¹ das turmas passava pelo crivo dela, a Coordenadora.

Sem contar todo o rearranjo para estimular a volta dos/as estudantes para a sala de aula, ou seja, toda a organização daquele núcleo dependia dela. Novamente peguei um Uber e fui até o apartamento dela naquele dia. Começamos a entrevista aproximadamente às 14h30 da tarde, porém estava lá o neto, que pediu alimentação para a Lurdinha, então tivemos que parar em um momento para fazer o café da tarde para nós. Gravamos três áudios neste dia.

- Eu: *Dia 4 do 10 de 2021, esperando que não dê nada errado! Tá, Lu, você parou na SATC, quando vocês estavam dialogando de uma possível greve, e uma possível fala do sindicato com os professores, né?*

- Lurdinha: *Tá, então aí essa é a partir disso, né, que é da discussão que eu iniciei, sei lá, [com os] professores, que nós éramos trabalhadores, discutindo a questão de [...] que nós trabalhávamos numa escola de filhos de mineiros, onde os mineradores se sentiam os donos, mas que nós éramos trabalhadores. Aí que comecei a discutir com os professores no recreio o que que era, como funcionava essa sociedade dividida em classes, e que nós professores tínhamos que entender isso, que nós estávamos num grupo na classe trabalhadora, e tendo consciência de onde nós estávamos então nós deveríamos é... lutar é por todos os trabalhadores. A luta de trabalhadores não era de A, B ou C, era de trabalhadores, de todos aqueles que estão na classe trabalhadora, e aí a partir disso ... os professores começaram a observar a opressão que viviam, ganhavam bem, mas tinha uma opressão determinada pelo diretor executivo, que era escolhido pelos mineradores, né. Começamos então uma discussão e a observar o que fazer diante daquela opressão, porque muitos trabalhadores eram*

²¹ Ver planejamento orientado por Lurdinha em anexo.

humilhados no pátio né ... diante de todos os professores, alunos, tudo o mais, e aí as pessoas começaram a se reunir para discutir isso, primeiramente fora da escola e depois dentro da escola. Até que a situação dessa opressão... que tinha dois diretores que eram indicados pelos mineradores, o diretor executivo, e o executivo escolhia o diretor pedagógico e o diretor administrativo.

- Eu: *Mas quando se fala dos “mineradores”, são os trabalhadores?*

- Lurdinha: *Não os mineradores [são] os donos das minas, tá. Porque os Freitas, todos esses nomes poderosos de Criciúma, que eram donos das minerações, tinham vários, o Barata, sobrenome Barata, é... Freitas, né. Eles eram donos de tudo, além das minerações, tem várias famílias lá, além de serem donos das minerações eram também [donos] do grande complexo de cerâmica ...eram poderosos, assim, né?*

E aí é naquele momento em que os trabalhadores não aguentaram mais a pressão. Teve um dia em que eles se reuniram na sala dos professores e aí disseram que eles não aceitavam mais esse tipo de situação, que não queriam mais, não era uma rejeição, não era uma reivindicação de salários nem nada, era uma reivindicação de dignidade. E aí isso foi muito forte, pegou muito forte em Criciúma, e aí aquele ano paralisou, e a reivindicação principal era tirar o diretor executivo, que isso era uma coisa assim... né? Imagina o que que é alguém dizer para os poderosos que “não queremos mais a tua representação aqui”. Foi assim um momento de muita tensão, muita tensão, mas também de muita determinação dos trabalhadores, muita. Todos, na realidade todos os trabalhadores viviam essa pressão, né essa humilhação, as funcionárias da limpeza, os jardineiros, quando eles iam ao banheiro, esse Donatelli que era um, né, diretor, ele ia espiar dentro do banheiro pela janela para saber se realmente eles estavam no banheiro ou conversando ou matando trabalho. E aí assim.

Mas os professores nunca tinham tido uma oportunidade onde professores e funcionários pudessem dialogar, e nesse dia, quando uma trabalhadora entra dentro da sala dos professores na hora do recreio, e diz o que aconteceu com ela, a humilhação que ela teve que passar, os professores, cada um, foi uma coisa espontânea, todos disseram: “Não, chegou!” Aí foi instaurada a greve[SATIC], né, e eu, como eu tinha feito concurso e tudo mais, eles meconsideravam alguém que era da direção da escola, então no outro dia de manhã, quando o portão estava fechado, e os trabalhadores todos lá fora, estava só a direção dentro, aí eu cheguei na frente da escola e os professores com microfone diziam: “Daí, Lurdinha, como é?” É Lu que eles me chamavam, não era por Lurdinha: “Como é que é, Lu? Você sempre diz

paranós que somos trabalhadores, da classe trabalhadora!” Aí o Seu Voimer, com os diretores na frente, dizia: “Só o que falta você ir para lá, né, Lurdinha? Né, Lu? Você é representante da direção!” Eu disse: “Mas eu sou trabalhadora, eu ganho salário, eu não sou indicada por minerador nenhum, eu vim para cá e fiz o concurso, passei e, portanto, eu sou trabalhadora!” E fui andando de lá, aí quando abriu o portão e que eu saí, meu Deus, foi uma loucura, até hoje eu me arrepio, assim sabe? Uma gritaria dos estudantes dos professores e tal meu Deus!

E aí naquele período eu passei a ser a... do comando de greve né? Eu organizava, né, e foi uma greve que durou 45 dias, nós implorando para os mineradores se reunirem, né, porque nós também não tínhamos mais alternativa, não podíamos mais voltar naquela situação. E os alunos como iam pensar, né? Então levamos mais ou menos uns 30 dias até que os mineradores... e com todas as denúncias, a imprensa e tal, todas as denúncias, que eram absurdas assim... e aí os mineradores resolveram nos ouvir, e aí ... pediram afastamento dos três [diretor executivo, o administrativo e o pedagógico] né? E aí fizeram [os mineradores] uma [assembleia] porque só poderiam tirar a partir de uma assembleia, mas eles fizeram essa assembleia, decidiram, não nos comunicaram, e nós tínhamos voltado, mas... saímos em greve de novo. Corajosos que só nós, o que que é a vida num momento assim, né?

A gente saiu de novo em greve, aí ficamos mais uns 15, 20 dias, até que eles resolveram então tirar realmente o diretor executivo, o administrativo e o pedagógico, e colocar alguém temporariamente. E aí a partir daquele dia o seu Voimer, que era uma pessoa de extrema confiança deles, nunca mais assumiu o papel de diretor executivo, no retorno ele ficou como diretor na SATC, mas dividiram, né: o que era administração do sindicato e o que era administração da SATC.

E assim, muita coisa aconteceu, mas foi um momento de vitória total dos trabalhadores, né, e aí era um momento também da luta dos mineiros, dos trabalhadores das minas. E aí como a gente estava naquela coisa, já entrou também na luta dos trabalhadores. Tem várias situações assim, onde a gente, por exemplo, participou da greve dos mineiros da Próspera, que era uma mina que era mista, era estatal, e foi também uma greve muito dolorida para os trabalhadores e tal, mas também com avanços e vitórias. A categoria de mineiros de Criciúma foi a categoria que mais avançou em relação aos salários, em condições de trabalho.

Isso foi assim, eu sempre participei de greves e da educação e tal, mas esse foi um marco na minha vida. Fiquei muito tempo ainda na SATC, a partir disso eu tive uma...um crescimento muito grande na questão da credibilidade diante dos pais, diante dos estudantes, e diante toda a cidade, até dos próprios mineradores. A outra família eram os Zannetti, os Baratas, os Freitas, era aquela corriola que ...(risos), mas que eram os poderosos, porque

imagina, quem tinha uma mineração daquelas naquela época? Era na época interessante que teve várias questões que aconteceram, porque a toda a produção de carvão da mineração de Criciúma e de todas as regiões ali, que é Siderópolis, toda aquela a região, todo o carvão produzido em Santa Catarina ele era comprado pela CSN²² (Companhia Siderúrgica Nacional), mesmo que ela não tivesse necessidade. Era um grupo de empresários na realidade do governo, do governo federal, que era responsável pelo desenvolvimento das minerações, como a Eletrosul²³, sabe, das minerações que produziam para as indústrias termelétricas. Eles tinham um prédio lá no Rio de Janeiro, um prédio de 12 andares que era só a CSN, que era assim um cabide imenso de empregos, e de poder ali dentro. Porque aí imagina o dinheiro que escorria ali.

E neste momento começa, eu acho que foi no governo... não sei se foi... não sei qual foi o governo... eles começam a dizer que não, que o Brasil não ia mais comprar carvão que não fosse preciso, porque ficava aquela quantidade de carvão, entendeu, e eles iam começar a importar, porque o carvão brasileiro era mais caro do que o carvão de fora, então eles começavam a querer importar. Aí teve um desacordo muito grande, que era destruir um Império, e aí nessas de destruição do Império, então a direita se dividiu. [...] Porque aí tinha uma estrutura aqui em Santa Catarina que era poderosa e determinava isso, então destruir o Império de Santa Catarina também contribuiu com esses... com a questão dos interesses. Esse era um momento de pujança, sabe, de conflitos da direita, do poder, da disputa de poder, de quem queria importar porque também ia ter seus privilégios, e de quem lutava para permanecer com o carvão brasileiro, né?

A SATC era a menina dos olhos deles, para dizer: “olha nós não somos tão ruins, olha como nós temos aqui”, né, e era sempre assim, [quando] vinham empresários de fora e tal, eles tinham aquele prazer de apresentar a SATC. E para os filhos de mineiros era uma escola fantástica, porque eles só entravam com o corpo, recebiam o tênis, roupas, recebiam o material, tudo né, tudo! A alimentação era muito boa, mas era porque eles [os mineradores] ganhavam muito com isso né!

E aí nessa greve nós descobrimos que não saía do valor do carvão a manutenção da SATC. Por exemplo: o preço do carvão era R\$7,00, desse valor era 00,1% para a manutenção da SATC, e isso pensando no montante de carvão que era, era muito dinheiro, entendeu? Nesse

²² “Em 1940, essa cota foi aumentada para 20%. Nos anos 1940 e 1950 várias companhias mineradoras operavam na região, pertencentes a pequenos proprietários locais e grandes empreendedores cariocas. (MOTTA, 2011). Nesse meio tempo, em 1941, Getúlio Vargas criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Agora o carvão ia para a indústria e passava a ser beneficiado em Capivari de Baixo.” (JESUS, 2013).

²³ A Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul).

momento é que as coisas vieram à tona, porque até esse momento a gente pedia a benção pros mineradores porque eles eram realmente, né? Imagina? E aí isso a gente botou no mundo quando a gente descobriu isso! A gente botou no mundo, e mudamos essa relação de poder, sabe?

Então foi um marco na minha vida a questão da SATC, mas eu trabalhava na SATC e eu tinha uma relação com o bairro da Juventude. O bairro da Juventude, é lá que era a SCAN²⁴ (Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados), que até hoje existe, era um projeto de alguns empresários que não da mineração, de outros setores, que mantinham aqui aquele projeto pra atender crianças em vulnerabilidade, crianças carentes, mas que também recebia muito recurso. Então eles tinham ônibus para trazer as crianças de manhã, ônibus para levar as crianças à tarde, eles recebiam recursos de vários locais, mas a instituição não era pública, ela recebia dinheiro de conveniadas, assim, né? E aí, eu também fazia uma ligação deles com a SATC, comecei a propor para a direção da SCAN que os meninos que fossem atendidos por eles, que viessem para a SATC.

Aí comecei a discutir, eu e mais alguns professores, que a SATC estava ali com aquele império todo, e que alternativas eles tinham na SCAN? E quando eles fizessem 14 anos, eles tinham que sair do atendimento, aí muitos dos nossos começamos a atender, começamos a construir isso e muitos jovens dali foram estudantes da SATC. E tinha o Jorge, ele era órfão, era atendido ali e tal, foi pra SATC, fez o curso de eletromecânica. E ele sempre dizia pra mim, era negro e sempre dizia para mim: “Lurdinha, eu vou chegar a ser presidente do Brasil!” Hoje eu não sei onde Jorge está, mas são na realidade jovens que passaram pela minha vida, e que acho que pude fazer a diferença pra eles.

- Eu: *Mas você não contou ainda a questão da confusão de umas das greves em que você foi presa...*

- Lurdinha: *Nesse momento de conflito intenso, de tensão da greve, nós tínhamos um auditório da igreja, que a igreja emprestava não sei como, e nós enchíamos aquele auditório, de alunos, de pais e tals, e aí a luta desses diretores contra nós, né? Só que assim, eles estavam em desvantagem, porque todo mundo tinha muito a reclamar deles, então eles estavam em desvantagem. Mas de qualquer jeito, eles, por um determinado tempo, eles tiveram apoio de*

²⁴ Sociedade Criciumense de Auxílio dos Necessitados.

alguns dos mineradores. Então, teve um dia que estávamos na frente da escola, e nós entramos antes deles, porque nos dias da greve quando nós chegávamos na frente da escola tava tudo cadeado já, cadeavam a escola.

Aí, estrategicamente a gente falou: “nós vamos entrar lá por trás”. Tinha um ...alojamento, a gente chamava de internato, e lá tinha uma abertura, tinha duas aberturas na frente. Então o que nós fizemos: marcamos todo mundo às 3h da manhã, às 3h os padres estavam dormindo ainda, entramos por lá, e quando eles chegaram, nós já tínhamos ocupado toda a escola. E aí eles chamaram a polícia, entraram com um processo de desapropriação, aquela coisa toda. E aí eu estou lá discutindo e encaminhando as coisas, de repente vem alguém e diz: “Lu, te esconde”. Eu disse: “por quê?”. “Não, te esconde, a polícia tá aí”. Aí o Zé Argente vai e me bota no meio do povo, tinha mais de 600 pessoas, era uma escola que tinha 2.000 estudantes. Nisso o oficial começa a ler, e diz, né: “A Senhora Maria de Lourdes Mina, vulgo Lu, está aí?” E eu fiquei indignada com o “vulgo Lu”, porque na época o “vulgo” era de bandidos, e eu falei: “Vulgo é sua mãe, filho da puta!” (risos).

*O Zé tapou a minha boca, e me puxaram pro meio do povo, todo mundo fez um corredor abafado e me levaram pra uma sala. Aí o Milton, que era advogado - o Milton Mendes que era do PT - disse: “tu podia ir presa ali, Lurdinha, por desacato a autoridade”. “Mas ele me chamou de ‘vulgo!’”. “Mas não, o “vulgo” não significa isso na linguagem policial”. Mas foi uma coisa que marcou muito, eu achei que ele estava me considerando como bandida. Aí o Milton foi e disse” “Não, Lurdinha, agora nós precisamos ir, nós temos um mandato”. “Mas Milton, minha mãe vai morrer”. [E ele:] “Não, mas nós vamos lá e ninguém vai saber, tua mãe não precisa saber, mas nós vamos”. Fui! Aí cheguei lá, e como eu era professora, não me colocaram numa cela, fiquei numa sala, num lugar privilegiado, sentada. Mas até ele entrar com habeas corpus, passei aquele dia inteiro, a noite inteira, fui sair era meio dia do outro dia. E aí a greve passou para frente da delegacia (rsrsrs), Zé Argente levou todo mundo para frente da delegacia: “Solta a Lu! Solta a Lu!” Me dava uma emoção tão forte lá dentro [**Eu interferi: “só tu e o Lula (risos)”**]. É isso que eu digo pra ti, a minha história está muito próxima à história do Lula.*

E eu chorava lá de emoção, aí de vez em quando o Zé ia ali e falava com o delgado: “Onde ela tá?”. “Ela tá numa sala, assim, assim, assim...” Até que eu saí no outro dia, os jornais em cima de mim, meu deus, uma loucura. Mas, eu acho que foi um momento assim, eu acho que ainda tenho os jornais, mas foi um momento fantástico. E um outro momento em consequência dessa greve, foi quando passa no Jornal da Globo, dia 31 de dezembro, quando

passa a retrospectiva, eu passei na retrospectiva (rsrsrs). A minha mãe: “Meu deus, que vergonha”. Eu achei que iriam esquecer.

E assim, eu sempre fui muito dedicada na questão pedagógica, sempre estudava muito, e então nas quartas feiras, me reunia na sala do grêmio com os estudantes, nós tínhamos o grêmio, e aí eu debatia política com eles. E acho que marquei muito a vida de alguns, que são lutadores. E outros utilizaram aquele conhecimento para ir para a direita e arrumar as vidinhas deles, fazer o quê, né? A vida é assim.

- Eu: *você falou da empresa que você teve com sua colega de recrutamento? E sua vinda para Floripa?*

- Lurdinha: *Eu estava na SATC, mas eu sempre dizia: “Gente, eu não quero morrer aqui, eu não quero me aposentar aqui. Porque eu estou aqui preparando os estudantes pra ir servir a burguesia, produzir riquezas para a burguesia, e eu quero ao contrário, quero estar num local em que eu possa formar um pensamento crítico daqueles que são oprimidos”, porque quem estava ali já tinha um caminho a seguir, já estavam com um caminho pronto, dali saiam formados, já com um emprego pra Weg, pras cerâmicas, pras minerações, já saiam empregados e ganhando muito próximo do que ganhava um engenheiro. Então, os estudantes da SATC, como técnicos - tinha uma carência muito grande na década de 90 de técnicos -, então quem se formava ali estava muito bem seguro. E eu queria trabalhar como eu trabalhava antes de ir pra lá, que era nas escolas de periferias, eu queria voltar.*

Aí teve um concurso no SENAI²⁵, que a SATC tinha um convênio com o SENAI de formação profissionalizante, que quem fazia lá o 7º ou 8º ano saía de lá como torneiro mecânico, fresador. E aí eu fiz o concurso pra uma vaga que ia sair lá ... Esqueci, e aí fiz o concurso, mas na realidade tinha várias vagas, tirei em primeiro lugar no SENAI, porque o SENAI atendia os estudantes mais empobrecidos, que [lá] era mais chão de fábrica. E não me chamavam, não me chamavam, aí chamaram quem estava no segundo lugar, eu fui saber: “Pera aí, porque... eu tirei em primeiro lugar... “Ah Lu, a gente te colocou em segundo lugar” porque lá em... (tô com o nome pra dizer e não digo), “é só alemão, e lá eles não querem negro”. “Mas como assim? Vocês nem me perguntaram se eu queria enfrentar essa?”. [E eles:] “A gente gosta muito de ti” - era um pessoal que já me conhecia do SENAI -, “a gente sabe que você vai sofrer muito lá”. “Tá”, eu disse: “onde vocês vão me colocar?” “Tem uma

²⁵ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

vaga lá em Chapecó, uma vaga numa escola nova que tá surgindo agora, é melhor você ir pra lá.”.

Fui pra lá, pra Chapecó. Cheguei em Chapecó e sofri, porque até então antes de tudo isso eu tinha aquela consciência que eu te falei, muito pela minha relação com a Dona Clotilde Lalau, coisa e tal, mas eu não conseguia ainda perceber o racismo, né, eu tinha consciência, mas não conseguia ainda perceber. Até porque nos espaços em que eu trabalhava eu era a única Negra, que era na SATC, que era... essa relação de muito, muito, disfarçada né, eu era a negra inteligente que conhecia tudo sobre a questão da educação, que inclusive podia servir para ensiná-los, né?! Porque assim, na SATC eu chegava na reunião de professores, diretores, em que a avaliação era extremamente seletiva, e era extremamente tecnicista. Quem não atingiu isso... Então a avaliação não tinha nada de processo, era qualificativa, tens qualidade, tu conseguiu ou não conseguiu.

E eu cheguei lá e comecei a discutir isso: “Quem disse para você que esse estudante não tem conhecimento? Naquele momento da prova você analisou e perguntou para ele em que situação ele estava? Você deu oportunidade pra que ele discutisse em outro momento?” Aqueles engenheiros ficavam loucos comigo! Mas o diretor me dava apoio, era uma contradição. E aí eu começava a discutir: “como vocês podem, numa turma, um professor reprovar 100%?” Tinha um diretor de mineração, ele me odiava; eu dizia: “Aonde está o erro, você viu? Você deu, preparou esse conteúdo, nenhum aluno aprendeu, e os estudantes é que são todos burros, e só você é inteligente, professor?” E aí colocava eles na parede, isto dava uma... Mas ao mesmo tempo eu dizia: “Eu tô aqui para discutir, para a gente buscar estratégias, para garantir o aprendizado deles”. Eu tinha conhecimento que favorecia eles, então isso para eles, é ...eu sempre fui Orientadora Educacional, Diretora Pedagógica. Mas isso não mexe na hierarquia, assim depois [que] eu fui para lá, era só eu de negra também.

As escolas técnicas tradicionalmente são masculinas, então tinha eu, uma professora de química e outra de física, mulheres; e os outros tudo homens. Aí quem não era de origem italiana, era alemã. Então, lá pra eles eu fui como Orientadora Educacional, mas com um cargo de Diretora Pedagógica, aí pra eles foi insuportável, eles não suportavam esse poder que eu tinha. Porque o diretor era um [...]. Então como ele não conhecia nada de educação, ele passou a deixar tudo na minha mão, e isso provocava um ciúme violento. E aí eu recebia na minha sala bilhetinhos assim, na porta da sala, por baixo da porta: “nós não queremos ser comandados por uma negra”, “aqui não é lugar de mulher”, “quem tem que tá na direção é um homem”, coisas assim absurdas!

Até que eu comecei a descobrir coisas, [...]. Porque lá tem um complexo de indústria alimentícia, [...], então comecei a descobrir coisas, e eu não sou de calar, né? Eu chamava o diretor e dizia: “isso aqui ó, aqui ó”; só que ele calava, era conivente, [...] Porque o Senai de lá comprava as máquinas. Aí pronto, acho que passou um mês ou dois meses, eles mandaram um convite para eu ir a Florianópolis, aí quando eu cheguei aqui, eles vieram me aconselhar pra mim pegar a saída de lá, e ir pra Caçador. Eu disse: “não, minha vida tá tudo lá, não vou”. E eles: “Nós estamos te pedindo, nós estamos determinando, você vai, ou nós vamos te demitir”. Eu disse: “Mas eu fui concursada”, e eles: “É, mas o SENAI é da indústria”.

*Assim, eu fui para lá [pra Caçador], chorei muito e fiquei muito...E quando cheguei lá, a primeira coisa que eu fiquei sabendo é que a diretora de lá disse, em uma reunião de pais e professores: “vai vir uma orientadora educacional pra cá, mas ela vai ter uma estadia curta aqui. Por dois motivos, primeiro porque ela andou dizendo coisas que não agradaram a direção [...], e também porque que eu quero que a [...] pegue como coordenadora, porque **eu não gosto de trabalhar com negros, eu tenho esse direito**”. Ela falou isso! E uma mãe, que o filho estudava lá, e que o marido era gerente do BESC²⁶, ela ficou indignada! Ela deixou passar um tempo até que eu a conhecesse, coisa e tal, e dito e feito, ela disse: “eles vão te demitir”. Ela que foi à minha sala, pediu para falar comigo, contou. Eu acho que fiquei um ano e meio lá, mas [a diretora] sempre me pressionando. Até que aí eu recebi um comunicado de que estavam me demitindo.*

Eu fiquei durante, acho que uns 15 dias sentada no sofá sem coragem pra nada, pra nada. Assim, eu não chorava, era assim, uma inanição, sabe? Que me doía no coração, que apertava meu peito, né, eu não conseguia reagir. As mães fizeram um abaixo-assinado, foram tudo na frente da escola, mas eu não fui, eu fiquei ali amontoada. Aí resolvi: “Olha, não dá, não dá, não vou lutar pra voltar, até porque isso não tá nos meus planos, realmente, ficar aqui, então eu vou sair.” Então tinha três opções: ou eu voltava para Criciúma, ou eu voltava para Tubarão, ou eu voltava para cá [Florianópolis]. Porque o Celso queria muito de vir para cá, né, porque sempre foi daqui, era do Rio, mas morava muitos anos aqui, essa coisa do carnaval. Mas eu tinha uma relação, no meu imaginário em relação a Florianópolis muito ruim, porque meu pai fez ... a minha sobrinha, que morreu de câncer, fez tratamento aqui, e eu acompanhei, eu perdi a sétima série porque a minha irmã não podia ficar sozinha, eu fiquei aqui durante um ano inteiro, até que ela faleceu. Meu pai também teve câncer, e o tratamento foi aqui, então tinha recordações muito ruins de Florianópolis, eu não queria vir pra cá, mas acabei voltando.

²⁶ Banco do Estado de Santa Catarina.

*Fiz concurso pro estado, passei - eu já fiz três vezes concurso pro estado, entro e saio (rsrsrs). Entrei no estado e fui trabalhar nas escolas no ensino fundamental e ensino médio. E lá, quando eu trabalhava na SATC, eu não trabalhava somente lá, trabalhava durante o dia na SATC e à noite trabalhava na escola, eu era arrimo de família, toda a minha família dependia de mim, então eu trabalhava manhã, tarde e noite. Porque aí eu trabalhava no Colégio, um colégio imenso que tem lá, trabalhei no serviço de administração, tudo no ensino médio a noite*²⁷.

Eu vim pra cá, eu fui procurar, estava inconformada por ele ter me demitido, sem motivo nenhum, apesar de que eu sabia que era a questão do racismo que impulsionou a minha demissão. Que era aquela fala daquela diretora que dizia que “tinha direito de não trabalhar com uma negra”. Eu tinha as testemunhas, a mãe que disse: “eu vou até o inferno com você” - pra provar que isso foi racismo. Então eu vim procurar o Milton advogado, e ele disse: “Lurdinha, não tenho know-how nessa situação. Então, eu disse: “Bem, eu vou procurar o Movimento Negro”. E aí fui procurar uma entidade do Movimento Negro, mas aí a resposta que o [...] me deu foi que eu teria que me filiar, fazer as capacitações, formações com eles, e eu não tinha tempo pra isso, né? Era uma questão, até pra acalmar a dor que eu estava sentindo, eu não queria fazer formação naquela hora, eu queria um advogado que entrasse com processo. E já lembrando de quando eles [no SENAI] disseram que não iam me colocar em Mafra - esse era o local -, porque lá só tinha alemães e italianos e que eu não seria bem-vinda, isso o diretor do SENAI que falou. Eu queria achar uma entidade que primeiro me acolhesse e depois desse sustentação com ação. O [...] até me acolheu, conversou, mas eles achavam que tinha que fazer esse processo. E em função disso, de eu não ter encontrado alguém que... eu desisti da minha ação, mas me engajei na luta de combate ao racismo, como eu era do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis - SINTRASEM²⁸. Nós criamos uma Comissão de Combate ao Racismo no SINTRASEM, me engajei muito, fui para os congressos da Central Única dos Trabalhadores- CUT²⁹, entrei na Comissão de Combate ao Racismo da CUT, até que na candidatura da Vanda³⁰, o Juan³¹ me chamou... teve um conflito muito grande nessa questão, porque teve um momento em que o NEN- Núcleo de Estudo Negros, a União de negros e negras pela igualdade - UNEGRO³², [...],

²⁷ Aqui, depois de ler a transcrição da entrevista, Lurdinha disse: “Trabalhava duas aulas a mais para pagar a mensalidade de uma irmã e do irmão mais novo, que estudavam no ensino médio nesta escola em que eu trabalhava.

²⁸ Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis.

²⁹ Central Única dos Trabalhadores.

³⁰ Vanda de Oliveira Gomes Pinedo.

³¹ Juan Carlos Pinedo Zelaya.

³² União de Negros e Negras pela Igualdade.

por conta de toda a repercussão e das ações da comissão de combate do SINTRASEM, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região-SINERGIA³³, que nós fizemos um grupo grande, os movimentos vieram dar de dedo na nossa cara, dizer que nós não éramos movimento, as comissões de combate ao racismo dos sindicatos, que não eram movimento social. E foi um embate bem interessante, porque aí nós questionamos: “O que é um movimento social? O que é movimento negro? É uma questão à parte da luta dos trabalhadores? Eu gostaria de saber, queria que vocês me dissessem”. E foi bem interessante essa luta, a Professora Neli³⁴ da UDESC³⁵, também muito envolvida...³⁶

E aí foi quando o Juan, que foi sempre um grande articulador, mediador dos conflitos, ele chega numa reunião, que - nossa! Só faltava nos tapear, assim, né? E aí eu, Lalau³⁷, Vera³⁸ do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina- SINDPREVS³⁹, a Fátima⁴⁰, foi um... Porque o movimento social bebia na fonte da comissão: quem dava o recurso vital, e quem defendia dentro dos sindicatos os recursos para o movimento social, movimentos negros, era a comissão. E aí depois vinham lá dizer que nós não podemos falar do movimento... Que hoje até entendo, né? É outro espaço, né? E aí foi nesse momento que terminou a reunião e que Juan disse “Você tem ir, Lurdinha! Você tem que ir pro movimento, tem que ir para o MNU, Lurdinha!” (**Aqui ela imita Juan, ele era argentino**) Acho que foi em 2002... acho que foi antes, porque ele queria que eu entrasse na campanha da Vanda. Eu entrei na campanha, mas não como militante do MNU, e sim como militante do movimento sindical negro, da luta do combate ao racismo, fui em algumas reuniões e tal, fiz campanha mais próxima onde estava.

³³ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região.

³⁴ Neli Góes Ribeiro.

³⁵ Universidade Estadual de Santa Catarina.

³⁶ Aqui, no retorno que Lurdinha deu sobre a transcrição, escreveu ao lado da folha: “Neste processo entendi que existem várias vertentes da luta do movimento negro. São matrizes, teorias diferentes, uns lutam no campo intelectual, acadêmico, outros ligados a partidos políticos e outros constroem a luta nas bases.

³⁷ Wilson Marins Lalau.

³⁸ Vera Lúcia da Silva Santos.

³⁹ Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina.

⁴⁰ Fátima Regina da Silva.

Figura 6- 1ª Conferência Nacional da Igualdade Racial - Brasília, 2005.



Fonte: Arquivo pessoal da Profa. Maria de Lourdes Mina.
(À direita Jussara Pereira de Lima, hoje coordenadora Unegro)

E aí depois disso eu entrei no MNU, minha entrada foi assim. E o Juan tinha medo, porque eu tinha uma proximidade muito grande com os jovens que eram do tráfico, e naquele momento o Juan tinha essa coisa: “vamos separar quem é do tráfico e quem não é”. Eu dizia: “não, antes de eles serem do tráfico ele são meninos que têm sonhos” depois disso até o Juan também mudou o posicionamento. Porque na ação eu nunca separei: “tu é do tráfico...”, nunca, eles sempre sabiam, e até hoje sabem [como] eu ajo, quais são os objetivos meus, eles sabem, que é oferecer oportunidade para que os jovens, que tenham outras alternativas além do tráfico. Sempre houve o respeito, mas no início o Juan não entendia muito bem, mas depois ele entendeu. E essa minha caminhada na questão crítica da Educação é que me deu possibilidade de me aprofundar, de ler, de estudar que proposta é essa... eu participei muito da formação de Gadotti, meus livros do Paulo Freire eu engolia, conferências, seminários, participava muito dessa educação, que era uma educação libertadora, mas o pensador que mais me aproximou foi o Paulo Freire. Mas eu lia muito também as teorias da Educação, Demerval [Saviani], que estudei, inclusive fiz um trabalho sobre Piaget e Vygotsky, estudei muito, com muita profundidade, muito, porque eles me levavam por um caminho que eu queria

entender, que era esse caminho da negação da escola tradicional, de repetição, dessa escola que leva à cópia, a reprodução do que está, então embora eles não fossem... eles eram pensadores mais... que nos levavam a pensar que era possível uma outra educação, eu estudei muito Vygotsky e apliquei muito na escola, criei grupos de trabalho nas escolas [onde] trabalhei, as que eu trabalhei aqui foram todas de periferia. Eu trabalhei lá na Celso Ramos, trabalhei na escola na Ponta do Morro lá nos Ingleses, que atendia aquela comunidade que foi expulsa pela Angela Amin aqui da Via Expressa, e foi colocada lá nos Ingleses, antes de chegar nos Ingleses, na Ponta do Morro, aquela comunidade todinha eu participei daqueles conflitos. Porque os açorianos não queriam aquela comunidade lá, então a escola não era deles, era dos açorianos. Depois de lá eu fui para o Morro do Horácio, e trabalhava no colégio Celso Ramos. Teve uma passagem também, quando o Grando foi prefeito, eu tive uma passagem pela AFLOV⁴¹ [Associação Florianopolitana de Voluntários], e trabalhei com as comunidades periféricas na construção das creches domiciliares⁴².

Porque era o momento onde tinha uma demanda muito grande para as creches, e a prefeitura não dava conta, e as mães querendo trabalhar, a gente criou as creches domiciliares. Era uma proposta alternativa, não era uma proposta ideal, mas era o que tinha no momento. Então, a gente chegava numa localidade na comunidade, olhava quais as casas que tinham melhores condições, e cada mãe ficava com seis crianças. Essa mãe, essa casa, recebia toda a alimentação, pra família e pra as crianças, de leite, de arroz, tudo. E também umas melhorias, se não tivesse geladeira, recebia... E aí aquelas mães ficavam com aquelas crianças.

Eu coordenava uma equipe...nem lembro de quantos professores, eu acho que nós tínhamos umas trinta e poucas creches assim, e a prefeitura dava pra AFLOV professoras, e as professoras passavam nessas casas orientando as mães. Não era na perspectiva de que essas mães fossem professoras, era na perspectiva de que essas professoras acompanhassem, e orientassem a mãe que ficava com aquelas crianças. Eu na época fui muito criticada pela

⁴¹ “A Aflov é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1980. O objetivo é desenvolver projetos, programas e ações voltados à área de assistência social do município. Para mantê-los, usava recursos arrecadados em sete áreas públicas cedidas, nas quais funcionavam estacionamentos. Além disso, eram mantidos diversos convênios com a Prefeitura, por meio dos quais a instituição contratava mão de obra e o município fazia o ressarcimento. Trabalhando desta forma, a Aflov chegou a ter 1,3 mil empregados, principalmente do Samu. No final de 2012, e da então administração municipal, muitos convênios foram encerrados e as áreas cedidas foram reduzidas a duas – que também já foram solicitadas de volta. Hoje, a instituição tem 150 funcionários e a receita mensal sequer quita os salários. Segundo o administrador judicial, não pode dispensar nenhum por falta de dinheiro para pagar as verbas rescisórias.” Para saber mais sobre Associação Florianopolitana de Voluntárias, ver em: <<https://portal.trt12.jus.br/noticias/administrador-da-aflov-demonstra-interesse-na-formalizacao-de-acordo>> último acesso 19/01/22.

⁴² Para saber mais sobre as creches domiciliares, ver em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76168/144110.pdf?sequence=1&isAllowed=y> último acesso em 27 de fevereiro de 2021.

educação, mas eu acho que... ao invés de crianças ficarem sem atendimento nenhum, elas tinham aquele atendimento, e aquela mãe cuidava daquelas seis. As crianças não eram muitas, se ela tivesse criança pequena eram incluídas no total, muito legal. Eu coordenei, e vi o quanto isso fez bem pras mães que trabalhavam, porque o município não garantia, depois é que foram construindo as creches, naquele momento era isso.

- Eu: O MNU tem um histórico aqui em Santa Catarina na luta das Comunidades Quilombolas e com a Educação nesses territórios. Quais foram as motivações tanto do movimento quanto dos e das militantes, para se comprometer com a pauta?

- Lurdinha: Então, pra nós aqui em Santa Catarina, o MNU já tinha tido uma ação, em 94, com a comunidade lá de Goiás, né? O MNU Nacional, mas em Santa Catarina nós começamos, nós tínhamos a questão da luta de combate ao racismo com a juventude, que era muito forte do MNU antes de eu entrar nós entramos na luta dos quilombos, a nossa pauta era muito forte da juventude, das mulheres e da educação, sempre foi. E aí nós trazíamos muito o debate pras escolas, né, da [Lei] 10.639 e abrir a 4400... [tentando lembrar], que era a do Márcio de Souza⁴³ que era do município de Florianópolis, à 10.639⁴⁴, então essas eram nossas pautas e as pautas dos trabalhadores também, nós tínhamos uma relação muito forte com os sindicatos. Em 2003, quando o Lula assina o Decreto 4887/03, fomos chamados pela UFSC⁴⁵ praparticipar de um curso que foi proposto pelo Juan. A Ilka⁴⁶ chama o Juan, dizendo que existe uma demanda, e que estava precisando de ajuda, porque o Decreto 4887 definia que pra ser para ser certificado como comunidade quilombola, elas tinham que se autodefinir. E como no processo do Brasil, a negação de ser negro, ela atinge a todos, a toda população, né? Inclusive os quilombos. O Juan falou: “Bem, é uma pauta que a gente não domina, então é

⁴³ Márcio José Pereira de Souza, professor de ensino médio da disciplina de Química, também é conhecido como Vereador Márcio de Souza, exerceu o cargo na Câmara de Vereadores/as de Florianópolis durante 20 anos, pelo Partido dos Trabalhadores – PT- e durante esse período foi responsável pela Lei 4.446, de 1994 que institui a inclusão de histórias africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos das escolas municipais de Florianópolis e dá outras providências. Ver mais em:<

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1994/444/4446/lei-ordinaria-n-4446-1994-institui-a-inclusao-do-conteudo-historia-afro-brasileira-nos-curriculos-das-escolas-municipais-de-florianopolis-e-da-outras-providencias>> último acesso em: 19/01/2022.

⁴⁴ Para saber mais ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> último acesso em 19/01/2022.

⁴⁵ Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁶ A Professora Doutora Ilka Boaventura Leite é titular aposentada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Santa Catarina e Fundadora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Ver mais em < <http://lattes.cnpq.br/9768700219492749>> último acesso em 20/01/2022.

preciso fazer uma formação”, e aí Ilka com o Juan constroem uma formação durante seis meses, onde foram convidadas todas as organizações do movimento negro de Santa Catarina. Nessa formação agente tinha a visita nas comunidades.

A primeira comunidade que visitamos foi a Invernada dos Negros, e quando nós chegamos lá uma das coisas que mais me chocou foi a precariedade da situação, o abandono em que as comunidades estavam. Aquelas mulheres muito castigadas pelo sol, e com um empobrecimento muito grande, as casas numa situação muito precária, e logo em seguida organizamos as comunidades para que elas pudessem se autodefinir. Encaminhamos a documentação, e logo veio a [comunidade] São Roque, também por [meio de] uma antropóloga pedindo para que nós encaminhássemos e organizássemos, também a São Roque. E a gente foi meio que junto, assim, né.

Eu acho que a luta dos Quilombos, não fomos nós que procuramos, foram eles que foram nos procurando, e nós colocando as demandas deles, e nós ficamos assim... não tem o que fazer, ou nós entramos de cabeça nessa luta... porque a gente via as comunidades sendo atacadas pelos seus territórios, os interesses dos latifundiários, dos madeireiros. E aí botamos na nossa vida, na nossa luta, a questão pela luta dos territórios, em favor dessas comunidades, pelos direitos dessas comunidades. A gente foi levada por essa consciência política que nós - e assim, tanto eu, quanto Vanda, quanto Juan - tínhamos... para nós era isso. Os outros que foram, foram pontualmente, quando a gente chamava eles iam, mas não se comprometiam com uma militância, eles iam pontualmente e participavam daquela atividade.

E assim, depois que você se envolver, não tem mais como retroceder, porque a luta por território é uma luta que você vai fazer um enfrentamento com todos os poderosos, e aquilo te envolve de uma tal forma, que tu não tem como sair. E as comunidades também te elegem, muitos te escolhem pelo teu nível de envolvimento, elas escolhem. Chega um momento que tu não tem mais o direito de dizer: “eu vou parar”, porque você criou uma expectativa para essas comunidades, essas pessoas que não tinham nada. E conforme as comunidades vão conseguindo avançar nos direitos e vão conseguindo mudar as realidades, os conflitos internos vão aparecendo, mas é... muito mais porque percebem que é essa luta que dá para eles a cidadania, o direito às políticas, né? E dá direito ao território. Então eu acho que foi isso assim, sabe, não foi uma questão que eu, ou nós do MNU Santa Catarina, que a gente escolheu a luta de... eu acho que a gente foi muito, primeiramente escolhido por eles né? E depois então, não teve mais como retroceder, e isso realmente pra nós é a militância. Eles sabem hoje, as comunidades, que nós podemos estar a quilômetros de distância, eles sabem exatamente o que nós vamos defender, exatamente o que vamos defender. Hoje de manhã ainda tive conversa

com a Mercedes⁴⁷, teve um edital de um filme, é Soul Filmes, pra criar um filme sobre as mulheres negras de Santa Catarina. [...] a Mercedes⁴⁷ mandou pra mim, [...] ela falou: “não, Lurdinha, eu não falei para ela que nós íamos [aceitar] fazer o filme, porque eu tinha certeza, eu só não pude dizer pra ela o quê, mas eu tinha certeza que vocês não seriam favoráveis”. Isso nos dá certeza que o tempo de luta, eles sabem quais são os nossos princípios, é justamente isso que nos une cada vez mais. Então, a luta se faz dessa maneira, você faz a luta por aquilo que você acredita e pelos princípios que você tem, né?

- Eu: E a educação, Lurdinha? A pauta de educação, como que ela se... talvez não se inicia, você vai falar mais um pouco depois. Mas você já falou como que começou a questão quilombola, né? No movimento, e a pauta de educação?

- Lurdinha: Então, a pauta Educação, na realidade, como eu falei anteriormente, ela sempre esteve comigo, eu sempre fui junto com tantos outros professores e educadores, eu sempre fui da ala progressista, então assim, sempre tive choques nas escolas onde trabalhei. A educação que estava dentro das escolas não era a educação que eu entendi que tinha que ser para os filhos dos trabalhadores. Não só eu, mas todos os professores que são progressistas, e que entendem que a educação é determinante para a vida dos filhos dos trabalhadores pra sair dessa relação de domínio. Aí eu sempre digo, né, libertar alguém que está fisicamente preso é bem mais fácil do que tu libertar alguém que está ideologicamente preso. Então tem que começar lá dentro da escola, na infância, e é a única forma, não tem outra forma de libertar... então educação é fundamental, sempre pensei assim.

Então determinados projetos que eram criados pela burguesia, como a questão da telessala, que era um projeto simplesmente para dar certificados, e pra doutrinar os filhos dos trabalhadores, para serem trabalhadores nessa relação de exploração. A telessala era isso, e aí eu tinha diante de mim aquela demanda, aquela quantidade de jovens fora da escola... porque eles faziam todos os anos, eles faziam uma matrícula todos anos ali no [colégio] Celso Ramos, mas eles reprovaram todos os anos, ou desistiram antes do segundo semestre. E aquilo me incomodava muito, e aí eu comecei me apropriar dessa política dos empregadores, e ver como eu podia transformar aquilo numa política libertadora, uma educação libertadora. E acho que fiz, sabe por quê? Porque eu pegava os discursos, né, quem conhece a telessala sabe que ela é construída por discursos, então tinha a fala do trabalhador e a fala do patrão, e a fala do trabalhador era sempre no mesmo sentido: “esse é o melhor empregado” [...].

⁴⁷ Mercedes Machado.

3.3 UM TERCEIRO ENCONTRO: QUENTE, FEBRIL E EM CIMA DE UMA CAMA (04 DE JANEIRO DE 2022)

Tentei finalizar com Lurdinha a entrevista no mês de dezembro, mas foi humanamente impossível. Mais uma vez, me enganei, ao achar que, por sermos tão próximas, as coisas aconteceriam no meu tempo. No dia 04 de janeiro marcamos a nossa última conversa. Mais uma vez peguei um Uber. Me senti satisfeita por estar chegando ao final dessa etapa, mas também estava me sentindo um pouquinho estranha, porque no dia anterior tinha ido tomar a terceira dose da vacina. Ao chegar na casa de Lurdinha por volta das 10h, estavam na casa dela a irmã, o irmão e o neto, não demoramos a nos organizar, porém sentamos na sacada, e percebemos que lá não seria possível o diálogo, a rua estava agitada e há um prédio em construção bem em frente. Lurdinha sugeriu um dos quartos, e acabamos indo para o dela. Ela ligou o ventilador, o calor estava de matar, e encostadas na sua cama começamos nossa conversa.

Fizemos quatro gravações, e no intervalo de uma delas, Lurdinha me interpelou, dizendo que gostaria de falar algo e que poderia estar fora do contexto da minha pesquisa, mas era algo que ela queria contar. Óbvio que eu disse que ela poderia falar, e que com certeza caberia em algum lugar. Gatilho de alerta: as histórias que vocês vão ler abaixo são dignas de serem apresentadas em espaços de formação pedagógicas, para que possamos compreender qual é o papel da professora que possibilita um outro final para as histórias, diferente do que aquele dado pela sociedade opressora que opera inclusive dentro das paredes de uma escola.

- Eu: *Na continuidade da terceira pergunta você já tava falando sobre a questão da educação, essa questão das telessalas... eu acho que você pode explicar um pouquinho mais a educação dos territórios. Por onde que o movimento e você começaram? [...] Talvez você possa explicar um pouquinho mais.*

- Lurdinha: *Voltando um pouquinho na questão das telessalas [...] Onde aconteceu essa telessala? Ela aconteceu na Escola Básica Celso Ramos, que fica no pé do Morro do Mocotó, Morro da Queimada e Morro do Bode, né, e adjacentes, ali dos Morros da Prainha. Por que ela já foi extremamente importante? Porque eu, como Orientadora Educacional nos conselhos de classe, eu levava sempre para dentro do Conselho a discussão de quais os motivos que faziam com que os estudantes negros dessas comunidades fossem os estudantes que estavam ali, na lista da evasão.*

*Então eu questionava muito: por que só os estudantes negros daquela comunidade não conseguiam avançar na sua escolaridade? E os professores me diziam muito que era questão da droga, eles não me diziam, não argumentavam que era questão racial, explicitamente não, mas implicitamente eles estavam... dizendo isso, né? E classificando muito por família: “Ah, mas é irmão do fulano, de ciclano, filho de ciclano”, e aí isso era determinante para eles. Eu achava que eu tinha que ter uma forma de provar, talvez para eles e também pra mim mesma, que a questão que estava errada era a estratégia, a estratégia pedagógica utilizada, era a metodologia que os professores utilizavam, os conteúdos, o currículo, né? Esse currículo que não dialogava com a vida deles, e também não dialogava com a questão de quem eles eram, que eram estudantes negros, e que não considerava que esses corpos negros têm uma outra forma de estar no mundo, e portanto eles não ficavam mesmo durante 80 minutos sentados [...] na carteira, e ouvindo Professor falar nessa **Pedagogia do Silêncio**. É uma questão genética, mesmo, não tem como... então o que acontecia? Essa rebeldia nada mais era do que essa questão do ser, né? De quem é? De quem eusou? Por que eu não consigo? A culpa era muito grande, cada vez que [os estudantes] iam pro diálogo comigo, eles mostravam essa culpa, eram eles que eram os culpados. E os professores também diziam, mas aí eles se rebelavam contra esses professores. E aí tinha uma questão, e tem até hoje, uma questão de droga muito forte naquela região, naquela comunidade, e o que acontecia quando eles iam para escola eles já pulavam o muro e iam direto pra quadra, então nem chegavam em sala de aula. Eu queria provar que eles tinham o conhecimento que estava ali com eles, então esse dia veio pro colégio Celso Ramos e eu comecei a propor para eles: “vamos fazer de uma forma diferente? dialogar, vamos fazer diferente essa aula.*

Nós podemos fazer isso, e vocês podem avançar na escolaridade, sem ter que passar ficar esse tempo todo dentro de uma sala de aula”. Eles queriam isso, porque eles foram, todos, a minha turma, essa turma da telessala, nós chegamos a ter 38 estudantes dentro da sala de aula. Eram aqueles realmente das quadras, então eles faziam alguns acordos comigo. Um dos acordos era: eu tinha que negociar com o diretor da escola que eles iam chegar mais cedo, eles iam jogar a bola deles e quando chegasse às 7 horas eles iam tomar água, e iam para a telessala. Outro acordo que a gente fez era: aqueles que eram usuários da maconha eles não podiam fumar maconha antes de entrar em sala, mas que eles quando sentissem que não dava mais para permanecer na sala, eles iam fazer um sinal para mim, e eles iam sair, só que ao sair eles iam usar droga, mas eles não voltavam mais. Eles não precisavam esconder de mim que eles

usavam droga, e não precisavamesconder de mim que viviam do tráfico, né?

Então foi uma relação que se construiu... para mim foi extremamente... um aprendizado fantástico, muito grande, que eu fui aprendendo no decorrer do curso com eles, e eles foram incorporando conceitos, os princípios que a gente foi discutindo. Foi uma das experiências mais marcantes para mim, enquanto educadora, enquanto professora, desses 38, foram 17 que se formaram, tive nesse percurso dois estudantes que foram presos, uma foi assassinada, [...]dois que foram assassinados, mas os outros todos se salvaram, e constituíram as suas vidas depois, como pais, como trabalhadoras, mas com essa consciência. Isso pra mim foi fantástico, provou para mim quanto que a metodologia, quanto que o currículo faz a diferença.

- Eu: Esse da Educação de Jovens e Adultos da telessala, isso foi antes da Educação com as Comunidades Quilombolas? A Educação Quilombola vem antes né? Vem em 2003...

- Lurdinha: Na verdade não em 2003, ela vem em 2006, porque quando nós chegamos, como eu já relatei lá em cima, quando nós chegamos a precariedade era muito grande, que nós estávamos no momento que era o governo de esquerda, onde os recursos, os projetos vieram, não vou dizer que com facilidade, porque tinha algumas dificuldades, mais do que a gente esperava, mas vieram alguns projetos. E aí, o que nós conversávamos no MNU é que nós tínhamos que garantir... porque a gente tinha consciência de que não poderíamos ficar eternamente nas comunidades. Então o que nós tínhamos que garantir era a autonomia deles, era que eles [gerissem]esses projetos, não éramos nós, ou alguém que viesse de fora, e para isso a gente tinha que dar formação.

Quando a gente foi dar a formação, o que foi que surpreendeu? A escolaridade não existiu, o nível de analfabetismo era muito grande. Como é que nós vamos formar quilombolas pra ser gestores, pra coordenar projetos, para fazer contato com relatórios, planilhas, fazer contato com os órgãos, se eles eram não tinha escolaridade? Tinham um conhecimento muito, muito grande, que foi esse conhecimento trocado entre nós, foi esse conhecimento tradicional, a forma de fazer, a forma de estar no mundo, de fazer a agricultura, de criação de artesanatos fantásticos, eles tenham esse conhecimento da história do município, a história da comunidade, mas não tinha escolaridade[...] Percebemos que, a educação, como ela sempre foi um dos eixos, mas para nós naquele momento era desenvolvimento, sustentável, então a gente tinha que se apegar nos projetos que existiam, e tinha uma discrepância entre os projetos que vinham

e as necessidades da comunidade, e aí era a questão da educação.

E ali nós começamos a discutir: “nós vamos ter que implementar a educação aqui”. Nos voltamos para educação dos município, não tinha possibilidade. Aí[...] percebemos que se a gente fizesse diretamente com os municípios nós teríamos que ir trabalhando, discutindo e construindo em cada município, e não teria uma unidade de princípio, de proposta. Foi onde a gente pensou: “não, tem que ser Estadual” porque não é para o município tal, é para as comunidades quilombolas do estado. E fomos pras discussões no estado, no enfrentamento, porque o estado desconhecia totalmente essa demanda e essa população, ele não considerava, achava que não existia comunidade quilombola em Santa Catarina. E aí, no curso que a gente fez com o NUER na UFSC, a gente já tinha levantado a estimativa de que existiam mais de 200 Comunidades Quilombolas em Santa Catarina. Com o passar do tempo isso foi se confirmando, porque a cada dia para nós aparecem mais comunidades.

Figura 7- Início da luta por uma Educação Quilombola, em 2004 - Formação dos professores/as do Saberes da Terra em Torres, Rio Grande do Sul. Lurdinha está com lenço azul na cabeça.



Fonte: Arquivo pessoal da Profa. Maria de Lourdes Mina.

Então a educação pra gente foi o grande mestre, o grande condutor aliás, da consciência do direito ao território. Porque as comunidades tinham esquecido dos seus princípios, até tinha nas suas ações...eles estavam lá, os princípios da Cosmvisão africana,

mas [elas] não tinham consciência que isso era da origem. Eles, até o pai, avô ou bisavô, dali não conseguiu passar, então todo esse trabalho a gente fez da ancestralidade, de “que território é esse? Por que esse território existe? Porque vocês estão aqui nesse território? O que é ancestralidade?” Foi através da Educação, e levamos muito tempo até que o Estado assumisse. Na verdade não assumiu até hoje, né, porque ainda não temos uma política de Educação Quilombola no estado, nós temos uma ação judicial que condenou o Estado, enquanto réu, e determinou que ele que ele cumprisse a educação quilombola. Mas ainda não temos uma política, esse estado ainda não assumiu a educação quilombola como uma tarefa do Estado [...] Porque a partir do momento que a gente tiver, a gente vai ter uma política de Estado. Ainda tem muita luta por fazer, mas avançamos bastante, né? Então, as comunidades que têm educação quilombola, a gente percebe a diferença na questão da unidade, da compreensão da sua identidade, no direito ao território, da luta pelo território, a gente percebe a diferença.

Se me perguntassem hoje quais os momentos que eu vivi onde eu senti a educação como transformadora - e aí é individual isso, de um estudante, em que momento eu me senti mais é ... o significado mesmo da minha ação enquanto educadora, foi em dois momentos, em que eu considero que eu salvei duas vidas.

Quando eu cheguei em Chapecó no SENAI, enfrentei muitos preconceitos, racismo, uma situação de muito enfrentamento com escola, que foi construída para formar técnicos para a indústria alimentícia daquela área, mas é uma situação. Encontrei um estudante - lá não tinha estudante negro, todos eram brancos -, que chamava a atenção de todos, mas ninguém fazia nada. Era um menino que tinha uma cor roxa, os lábios roxos, as unhas roxas, e ele entrava em sala de aula, na hora do recreio ele saía até a porta da sala de aula, e ficava encostado [...] naquela porta, e depois entrava bem devagar na sala, não falava com ninguém.

Eu comecei a me incomodar e disse: “mas esse aqui, esse menino tem alguma coisa”. Era adolescente, tem alguma coisa, né? E chamei ele para conversar para saber. Ele me conta que ele tinha problema na válvula mitral, que ele poderia morrer a qualquer momento porque o sangue venoso entrava e não havia a circulação do sangue, e que ele poderia morrer a qualquer momento. E eu perguntei “tem possibilidade de cura, por que você não fez a o tratamento?”. E ele: “eu faço, mas o meu pai não deixa eu fazer a cirurgia”. Aí eu disse: “por que?” Ele disse que quando ele nasceu a mãe morreu, e o pai acha que se ele for fazer a cirurgia ele ia perder o filho também, e ele preferia ficar o máximo possível da vida do filho junto dele. Assim, foram muitas conversas com esse pai, um chamamento dos professores pra que pudessem falar

com o pai, de um médico que me ajudou muito, que era lá de Curitiba.

E aí num dado momento esse médico, que era cardiologista, que fazia cirurgia de alto risco, esteve em Chapecó e eu peguei esse pai e fui lá conversar com ele. Ele levou os exames e o médico explicou para ele. Era uma conferência, não esqueço que eu fiquei na frente da porta, porque era só para médicos, fiquei quase 12 horas sentada na frente esperando com esse pai. Saía, comia, tomava um cafezinho e voltava, E aí, o médico explicou tudo como que seria essa cirurgia, no dia marcamos a cirurgia, ele foi internado pelo SUS, o diretor da escola liberou um professor para acompanhar, porque eu não podia ir, e ele ficava me ligando de lá o tempo todo dizendo como que foi. O menino fez a cirurgia e deu certo, a vida dele acredito, nunca mais eu vi ele, nunca mais falei, mas ele deve estar bem, porque o médico disse “vida longa, você só vai morrer de outra coisa, disse você não morre não”. Foi fantástico!

Um outro momento, muito significativo pra mim, que eu lembro muito bem, me dá uma sensação... sabe essa lembrança de quanto a educação pode salvar vidas, efetivamente, não somente na transformação, mas efetiva mesmo. Quando fui trabalhar na ponta do Morro, queria registrar isso, numa escola aqui na Vargem do Bom Jesus, nós recebemos ali uma demanda que veio aqui de uma favela que se formava ao longo da Via Expressa. Quando Ângela Amin assumiu, ela deslocou aquelas famílias e colocou lá na Vargem do Bom Jesus, onde sofreram um grande preconceito dos nativos. E aí chegando lá enfrentei novamente o enfrentamento com os professores e tal, com a direção da escola, com aqueles professores que eram extremamente conservadores, racistas e preconceituosos, comecei todo um trabalho.

Tinha um menino que o pai dele era artesão e morava num lugar onde era cercado de mato, já tinha a casinha deles lá. Fui chamada pela direção: "Lurdinha, assim ó, isso aí é trabalho para ti, diz que tem um menino aí da escola, na comunidade, que ele come cabelo, não fala com ninguém, e ele não é bem certinho". Eu disse: "tá e daí?" "Não, é que a gente queria que tu fosse lá ver". E aí eu fui, cheguei lá, o pai era uma pessoa simples, a mãe também uma pessoa simples, mas tinham um entendimento, só que eles não sabiam que fazer com o filho, ele arrancava os cabelos e comia. Juliano o nome do menino. Eu disse: "essa criança precisa ir para a APAE⁴⁸, precisa ir para a escola". "Ah não! pra APAE a gente não quer" - porque eles vieram não sei de onde, do interior, "ele sofreu muito lá". Mas eu disse: "aqui vocês estão numa outra situação, que nós vamos acompanhar". E eles: "ele não vai parar, ele não vai para escola". Eu: "deixar falar com ele". Ele disse: "eu ligo a televisão, ele pula a

⁴⁸ Para saber mais sobre Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, ver em: < <https://www.apae.com.br/> > último acesso em 20/01/2022.

janela e vai pro mato”. Eu disse: “mas alguma coisa [ele] tem que ter! E ele conversa com vocês?” “Conversa muito pouco, mais a gente brigando pelas coisas que ele faz”

Comecei a conversar com o menino, propus ele ir para sala, os primeiros dias foram extremamente difíceis, porque ele realmente não parava na sala de aula, ele queria tá lá na minha sala. Aí eu não sei o que acontecia dentro da sala [de aula], 15 minutos depois ele tava na minha sala. Comecei a botar ele lá, dei coisas pra ele desenhar, ele adorava os carimbos, e pintar os carrinhos. Um dia teve uma campanha, agora não vou lembrar, mas era... “Enxergue Bem”, era um teste de visão, e aí todos estavam fazendo, eu levei o Juliano também para fazer, e só no primeiro teste ali, percebi que, ou ele não enxergava, ou ele negava o que estava lá.

Fomos levar no final para uma consulta oftalmológica, descobri que o Juliano não chegava a ter 10% de visão, quase cego. Então, como ele ia ficar na frente da televisão, se ele não tinha visão? Como ele ia ficar na sala de aula se ele não enxergava? E o pai e a mãe nunca tinham se dado conta disso. Fizemos todo o acompanhamento, médico fantástico, não adiantava cirurgia, o que a gente ia colocar era um óculos pra ele, que ia aumentar a visão dele. Todo mundo na escola ria, quando eu cheguei contando, todo mundo ria: “ohoho, a Lurdinha vai querer botar óculos no Juliano, imagina que ele vai ficar?” Até a família também não acreditou, mas eu disse: “nós vamos tentar”.

E no dia que chegaram os óculos, eu sentei com ele e: “Juliano vai ter que ficar com os óculos porque os óculos vão melhorar a tua vida. Você vai conseguir ver as coisas, vai melhorar, tá?” A diretora da escola acompanhou tudo aquilo e rindo, descrente totalmente, ela fala até hoje disso quando a gente se encontra. Ele botou os óculos, e foi para o centro do pátio da escola e ele gritava para mim: “Lurdinha, como o mundo é bonito de óculos!

Lurdinha, como o mundo é bonito de óculos!” Aquilo foi pra mim uma emoção tão forte, tão forte. Porque assim, como que uma criança com 12 anos viveu a vida dele todinha sem ter oportunidade de um médico, de um tratamento médico? E as escolas que ele passava, ele foi pra APAE onde morava, e nunca perceberam que essa criança não enxergava, e assim ele nunca tirou os óculos. Não foi totalmente alfabetizado, porque os pais mudaram, tenho até hojeum quadro feito de madeira, um pierrô, que o pai me deu de presente em agradecimento por eu ter descoberto isso. Faz um tempo já, né, mas depois que eles saíram, escreviam, mandavam carta para mim, dizendo que não tinham ainda celular, mas mandavam agradecendo, que ele tava bem. Então são momentos da minha vida enquanto Pedagoga, enquanto Educadora, que me deram muita compensação, esse retorno, de dizer: “olha eu fiz diferença na vida daquele estudante”.

Nessas duas situações que estou falando, como é que estas crianças vivem nessas escolas, e os professores aceitavam aquelas condições? É como se fosse assim mesmo, um determinante, que não é isso, que nós enquanto educadores temos que ter esse olhar. Eu escrevi isso num artigo que eu fiz pra revista da Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, fiz um artigo sobre as ditas salas de... progressão [aceleração], eu escrevi um artigo sobre isso, porque todo mundo negava as salas, mas as salas dariam o que para nós? A possibilidade de enxergar os estudantes e quais as dificuldade deles, então não é só um amontoado de estudante, classificação do estudante, seria assim, se os professores assim encarecem, mas se professores percebessem que era uma oportunidade de dialogar com os estudantes, e com uma outra metodologia, isso faria toda a diferença. Nós enquanto educadores, nós temos que enxergar os estudantes na coletividade, mas [também] a sua individualidade, e isso os professores não fazem, e com essa sensibilidade de entender que aquele estudante que está ali ele tem um universo que determina os comportamentos, a possibilidade de aprender ou de não aprender.

As assistentes sociais me perguntavam: “Lurdinha, porque você enxerga os estudantes de uma forma diferente dos professores?” Elas perguntaram dos programas que trazia pra dentro da escola, como o SOS criança, elas sempre me perguntavam, e eu sempre dizia “é porque eu consigo olhar esse estudante não apenas como aluno, que está ali para ser aberta a mente porque eles não têm conhecimento e eu vou levar a luz para eles. Eu entendo esse estudante como alguém que tem um cabedal de conhecimento, de histórias, que vem para escola e que nós temos que transformar em estudantes. Mas, eles têm um conhecimento, ele tem uma história, então quando se olha para aquele estudante tem que saber o que que determina que ele vai aprender ou não vai aprender, e nós enquanto professores temos que ter essa sensibilidade.

Eu acho que aprendi muito na minha trajetória dos movimentos sociais, entendeu? Enquanto minha trajetória estudantil, eu sempre estive nos movimentos sociais, e junto com isso o conhecimento, porque sempre fui uma estudiosa do Desenvolvimento Infantil, da Psicologia do Desenvolvimento Infantil, eu sempre fui uma estudiosa das teorias de aprendizagem. De olhar para essas comunidades, mesmo antes de trabalhar com a questão quilombola, eu trabalhei para a questão indígena lá em Chapecó, mas trabalhava também na comunidade alemã, então essas diferenças... sempre tive essa sensibilidade de olhar para essas diferenças e perceber que cada comunidade dessa, cada povo desse, tem seus princípios, sua forma de ver o mundo, e de respeitar isso, aprender com eles e também levar meus

conhecimentos. Acho que isso fez diferença e faz a diferença.

- Eu: Nilma Lino Gomes (2017) nos diz no livro dela “O Movimento Negro Educador” que na contemporaneidade os Movimentos Negros, sendo movimentos sociais, são “um novo sujeito coletivo e político que juntamente com outros movimentos sociais, emergiu de forma mais orgânica na década de 70” no Brasil. Diante desse pequeno trecho, você pode me falar sobre a atuação do MNU/SC enquanto esse movimento social aqui no estado? E qual a concepção de militância deste movimento? Essa concepção é sua também?

- Lurdinha: Primeiro dizer, assim, que mesmo dentro do MNU existem princípios fundantes, e aí estou falando do MNU Nacional, mas existem formas de atuação e de compreensão desses princípios que se diferenciam. E aí existe realmente toda uma multiplicidade de ações. Eu vou dizer “de ações”, porque o princípio para mim é um só, de ações com base nesse princípio. Aqui em Santa Catarina a gente tem o MNU pequeno, mas muito grande nas ações, e sempre foi assim. Não existe uma unidade da Matriz que fundou o MNU⁴⁹ a matriz teórica que se expressa na carta de princípios, que se expressa no caderno de ações. Pra nós aqueles princípios, aquelas diretrizes que estão lá, são bases. E isso nos dá uma unidade de pensamento, uma compreensão, uma definição do que é militância.

Quando eu entrei no MNU, tinha uma relação muito forte com os sindicatos, chamavam o MNU para discutir a questão racial, e a Vanda era SINTRASEM e depois passou a ser do SINTE também, e eu era do SINTRASEM, então, essa questão da compreensão do que é a militância... Quando eu cheguei no SINTRASEM e depois na CUT, na comissão de combate ao racismo da CUT eu era da comissão de combate ao racismo do SINTRASEM [representava], e eu [também] era do MNU, existia um enfrentamento, uma discordância do que era militância. Então [entre] o NEN, a UNEGRO, o MNU, começou um debate, querendo diferenciar o que era Movimento Negro e o que era Movimento Negro Sindical.

Porque a sustentação desses movimentos, do movimento negro de Santa Catarina, sempre foram os sindicatos, e quando houve discussões muito fortes[...], com os representantes que eu não vou citar nomes agora, que foram para dentro de sindicatos dizendo que... Porque nós assinávamos pelo sindicato, quando nós estávamos no sindicato a gente assinava movimento negro sindical. E eles foram para dentro dizer que a luta do movimento sindical não era movimento negro, que os negros dos sindicatos deveriam estar dentro dos movimentos, mas não

⁴⁹ Para saber mais da Carta de Princípios do MNU, ver em: <<https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>> Último acesso em 27 de fevereiro de 2022.

se identificando enquanto sindicato. Então eles impunham uma duplicidade de militância: “aqui eu sou militante do movimento negro e lá eu sou só sindicalista”. Mas quem sustentava esse movimento aqui era aquele lá.

Então houve uma discussão muito forte num determinado momento, inclusive as “Antonietas” com a Professora Neli Góes, também [entraram] numa discussão junto, pra entendimento disso. Então eles [os movimentos] não podiam fazer o enfrentamento e o rompimento, mas eles queriam definir isso, o que era militante. E aí nós do MNU nos reunimos, Juan, Vanda, Marcelo... e aí a gente pega pela carta de princípio do MNU, onde diz que os militantes do MN, “devem organizar os negros onde eles estivessem, pra luta de combate ao racismo”. Então se temos que fazer isso, eu sou militante quando eu estou no sindicato, quando estou no meu trabalho, quando estou em qualquer lugar.

Uma das questões que saiu desse debate nosso, foi o que o Juan dizia muito, [...], e ficou pra nós, sobre ser militante: não tem como ser militante sem ter um projeto de militância. E aí o projeto de militância é um projeto que tem de vir do teu projeto pessoal, então não tem como tu dizer assim: “eu vou ali e naquele momento, eu sou militante, aqui eu não sou mais, lá eu não sou mais”. Tem duas questões que ele trazia muito: a militância é projeto de vida, não é: um momento você é militante, daqui a pouco você não é! Você vai defender esses princípios e essa luta em qualquer lugar.

Pros meninos do Rap o Juan falava muito, pelo menos nos nossos encontros, ele falava muito isso: “você tem que discutir e entender que não é um momento que você vai ser militante, agora eu vou ali vou ser militante, daqui a pouco eu vou lá, tô tomando minha cerveja... Quem passar pelo MNU vai se definir, e eu concordo plenamente com ele, você pode passar e ir embora, ou você pode passar e se transformar num militante, a militância vai estar no tempo de vida.

- Eu: E sobre você deitar nos trilhos do trem, foi na greve também?

- Lurdinha: Esse momento da gente ir pro trilho, como é que aconteceu? Nós estávamos em greve justamente por essas situações todas, a gente acabou deflagrando a greve não por salários, e sim pelas condições dignas de trabalho. Essa pauta chamou a atenção da Criciúma inteira, aliás de Santa Catarina inteira, porque se você for pesquisar a época, você vai ver muitas coisas nos registros da imprensa ⁵⁰. Naquela época, de maneira extremamente

⁵⁰Para saber mais sobre a greve que Lurdinha aponta, ver em <<http://www.engeplus.com.br/noticia/memoria/2017/v-deo-marco-comecou-tumultuado-em-1988>> último acesso 21/01/22.

audaciosa, nós pedíamos que os mineradores demitissem o seu Voimer, o Honorato e o Donatelli, que eram os homens fortes deles, de confiança, e pra decidir isso os mineradores tinham que fazer uma assembleia, e eles não queriam fazer. Mas depois nós descobrimos que o Barata, que era o presidente do sindicato deles, tinha interesse também na modificação na estrutura dessa organização, [então] nós tínhamos que convencer eles a se reunir pra discutir isso. Nisso, os mineiros entraram em greve, também, e aí como eles entraram em greve, os mineradores radicalizaram a greve, não aceitaram a proposição dos mineiros, bateram nos mineiros, a polícia bateu e tal. E como os mineiros estavam impedidos de fazer movimento, os mineiros falaram com suas mulheres⁵¹, [e combinaram] que a ação do outro dia não seriam eles que estariam à frente, e sim as mulheres, e nessa nós fomos juntos.

E qual era a estratégia? Mexer nos bolsos dos mineradores, era impedir que o carvão escoasse. E a gente foi às 4h da manhã com um pano branco na cabeça, deitamos nos trilhos, pra impedir que o carvão escoasse. Não escoando o carvão, eles estariam não só deixando de ganhar, como teriam que pagar uma multa muito grande pras usinas. Mesmo assim os mineradores não se reuniram, levou mais ou menos uns 15 dias, até que se reuniram e decidiram afastar o Voimer por 15 dias, disseram que iam estabelecer uma sindicância, acertaram as reivindicações dos mineiros.

A sensação daquele momento... a gente foi pra aquela ação com tudo muito incerto, porque nós não sabíamos o que ia acontecer. Na saída do trem tinha bandeiras brancas, ao longo da trajetória do trem, quando chegou uma distância, os mineiros, dois ou três que puderam participar, faziam sinal pro maquinista, mas a gente não sabia se [o trem] ia parar. Eu lembro que, quando nós chegamos, o pessoal dizia “Lurdinha”, eles estavam com bebida, “bebe, porque nós não vamos ter coragem de deitar se a gente tiver totalmente sóbrio”, isso foi entre nós, né, movimento, aí eu disse: “Não, não, eu não vou beber, eu vou deitar com todas as minhas emoções, com todos os meus sentidos bem alertas, porque é assim que tem que se viver esse momento assim”. E foi assim. E quando o trem chegou muito próximo⁵², conseguiu parar, eles vinham ameaçando não parar, mas chegou muito próximo e ele paralisou. Eu acredito que a gente atrasou mais ou menos, porque eu lembro que a gente ficou ali sentadas nos trilhos. Não lembro exatamente, mas tenho certeza de que foi à tarde, mas não sei em que

⁵¹ Sobre a greve que Lurdinha traz, ver mais em “O Homem da Mina”:

<<https://www.youtube.com/watch?v=639IhiXCAEE>> última data de acesso em 21 de janeiro de 2022.

⁵² Aqui ela fez outra ressalva, lembrou que foram para os trilhos às 4h da manhã.

horário. O fato foi esse.

Findamos o áudio, mas continuamos a falar desse sentimento que é colocar corpo e mente na luta, da sensação de medo, mas também de coragem, porque nada garantia que o trem iria parar. Algo maior a empurrava para o desafio, e sobriamente.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SABERES EMANCIPADORES DE LURDINHA:

“PORQUE É ASSIM QUE TEM QUE SE VIVER ESSE MOMENTO”

Cito Lurdinha neste título, porque é assim que sinto esse momento. E começo pela produção de dados, mais propriamente pelas entrevistas, fazendo uma analogia com uma receita de bolo. A receita nos dá as medidas, ou seja, o método para chegar ao bolo pronto, porém a pesquisa, assim como a gente em casa, por vezes somos pegadas de surpresa: poxa, não tenho como medir 100 gramas de fermento, e agora? Na pesquisa os desvios acontecem, e temos que estar preparadas para ao final tirar do forno aquele bolo bonito e gostoso que vai saciar a vontade de muita gente. Pude, ao analisar as entrevistas com a Lurdinha, perceber que o método possibilitou, como disseram Jovchelovitch e Bauer (2002), buscar a extrema fidelidade em reproduzir as narrativas, como um dos indicadores de qualidade da entrevista. E quero ressaltar que foi.

Cada repetição de palavras, palavras subtraídas, risos, emoções, só colaborou para que eu entendesse que a forma, o método, aponta os caminhos do trabalho, e se ele, por exemplo, precisará de continuidade. E foi isso que aconteceu: na minha crença inicialmente não amadurecida, eu iria “dar conta” de questões que eram de suma importância para mim, e acredito que para ela também, mas essas não foram o ponto auge da entrevista. Percebi que a estrada para alcançar, por exemplo, o tema dos Quilombos e da relação entre Lurdinha e o MNU, necessita de muito mais fôlego, de mais personas, muito mais falas, de entrar na encruzilhada, literalmente, para fechar esse elo: Lurdinha > MNU > CRQ’s.

Como traz o autor A. Hampaté Bâ (2010), a fala é movimento, e para esse movimento eu trouxe - de forma muito breve, pois ainda que pudesse, se a conjuntura fosse favorável, buscaria os quatro cantos da encruzilhada - uma voz incansável na luta pela educação, pelas políticas públicas voltada ao povo negro desta sociedade catarinense, bem como a população quilombolas. População esta que possui como componente importante a oralidade, que se constitui dessa história alimentada pela tradição oral, dessa forma:

Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.168).

Conforme sugeriu Magalhães (2012), o trabalho aqui foi o de tentar “agregar” tudo que a Lurdinha apresenta, inclusive aquilo que ela achava que não era pertinente a essa pesquisa. Oras! A pesquisa é sobre ela, sobre o fazer pedagógico dela. Como as histórias do menino roxo e do menino que viu o mundo colorido não seriam pertinentes? A narração dessas duas histórias foi uma das experiências mais exitosas da Lurdinha que eu pude registrar, meus olhos aguaram ao escutar cada uma dessas histórias.

A Educação Escolar Quilombola também foi uma questão cara a esta pesquisa, mas avalio agora que ela é muito mais para a Lurdinha contar, do que para mim. Ela sempre fala, e reafirmou em uma das nossas conversas fora do gravador, o desejo de registrar todo o processo histórico dessa luta. E aqui novamente compreendo a importância do respeito aos registros, narrativas, histórias que nascem de uma luta coletiva: é preciso respeitar o desejo, e inclusive a forma como ocorrerá tal registro. Logo compreendi que não seria essa dissertação o melhor lugar para desenvolver um relato da luta da Educação Escolar Quilombola no estado de Santa Catarina. O desejo da Lurdinha é de autoria, juntamente com as comunidades, aliás não haveria outro lugar para ela que não esse.

Contudo, é para a compreensão a respeito da Educação Quilombola e da luta pela Educação Escolar Quilombola no estado que se encaminha o esforço de Lurdinha e da coletividade de que ela faz parte. Este trabalho só está sendo realizado porque no processo de acompanhamento pude perceber o empenho para que tal política acontecesse, porque se faz necessária uma educação que dialoga com outras realidades e desejos. A Educação Escolar Quilombola é mobilizadora deste trabalho, é central também, porque ela vem dando respostas e retornos à sociedade, visto as turmas já formadas, visto ainda as/os educadoras/es da própria comunidade que estão atuando, trabalhando e fazendo exatamente aquilo a que se propõe essa educação: a luta das comunidades pelos seus territórios. Mas, cabe salientar mais uma vez que esse processo, escrever/falar como a EEQ foi pensada e elaborada, não é meu, ele será de quem sempre esteve à sua frente: as comunidades quilombolas e o MNUSC. Sendo assim a Professora Lurdinha, figura central neste trabalho, torna-se aqui alguém que traduz conceitos importantes para tais populações. Isto porque, como diz bell hooks:

Existem tantos contextos neste país em que a palavra escrita tem um significado visual mínimo, onde pessoas que não sabem ler nem escrever não encontram utilidade para nenhuma teoria publicada, seja ela lúcida ou opaca. Por isso, nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público (bell hooks, 2013, p.90)

O que pude trazer até aqui sobre a EEQ foram experiências minhas, acompanhadas de alguns registros, e uma descrição muito resumida de como se organiza tal Educação, há muito mais questões para emergir, e compreendo que isso deve ser feito dentro das possibilidades e tempo daqueles/as que detêm tal conhecimento. A fala de Lurdinha é movimento, pois ecoa de forma a trazer junto, na empreitada dessa política, muitas gentes: estudantes, as comunidades quilombolas, os professores/as e educadores/as, o movimento. E essas gentes, todas as suas vivências e narrativas são importantes para um capítulo da história da Educação em Santa Catarina, potencializando assim este registro. Este é mais um avanço nas lutas pelos direitos, pela garantia das políticas públicas para as Comunidades Remanescentes de Quilombos que, dentro da base legal, vigoram na Constituição Federal de 1988, como os artigos 215 e 216, o Artigo 68 do ADCT, além de outros marcos das resistências à opressão histórica vivida por estes povos, como a Convenção 169 da OIT, o Decreto 4.887/03, e o Decreto 6040/07. São essas e outras regulamentações que dão suporte aos avanços na luta contra uma educação hegemônica, tanto no âmbito das estruturas legais, institucionais, como nas produções de conhecimento das Comunidades Quilombolas. Podemos entender que:

Assim, a produção/sistematização do conhecimento das comunidades que participam das instâncias propositivas é mediada pela intenção ou, quem sabe, pela urgência imperiosa de demarcar lugares autônomos com respeito às formas em que a chamada sociedade estabelecida valida e reconhece um corpo de conhecimentos e saberes mais periféricos e menos coloniais (MIRANDA; RIASCO; QUIÑONEZ, 2014, p.203)

Logo, a travessia de várias décadas compiladas aqui em algumas páginas, apresenta uma Professora que cumpre seu papel diante de muitas dificuldades e se desafia na busca de alternativas na resolução de problemas no campo pedagógico. Ela atua com profundidade, e, como diriam Jovchelovitch e Bauer (2020) Lurdinha é essa pessoa “constitutiva de fenômenos sócio-históricos”.

Transitando na sua narrativa, é possível ver que a branquitude a afetou, mas que em determinado momento, até por necessidade de sobrevivência, ela se reencontrou naquilo que sabe fazer de melhor: lutar e lecionar. A crença na educação possibilitou a pavimentação da sua estrada, na sua história. Lurdinha fez aquilo que Magalhães (2017) aponta: trouxe o que era importante para ela, nos apresentou as subjetividades escolhidas por ela.

As perguntas que foram propostas nos encontros, na minha compreensão recriaram um roteiro que Lurdinha já havia me contado, parcialmente, muitas vezes, porém agora, materializando a metodologia, foi possível compreender que o roteiro das perguntas, e aquilo

que eu acreditava que conseguiria alcançar, superaram minhas expectativas, fazendo com que eu enquanto pesquisadora compreenda que a pesquisa não pode ser tão somente o desejo de quem pesquisa. A subjetividade da narradora foi respeitada, e pude perceber que não somente eu, mas também a própria Lurdinha em determinado momento sabia que estava trazendo questões muito importantes e me perguntava se podia ou não falar. Eu acenava que sim, e dizia que depois a transcrição da entrevista voltaria para o parecer dela. Assim, o roteiro não é somente meu, é dela também.

Desde o início, foi possível compreender que as memórias/narrativas/vivências/experiências da Professora são formas de conhecimento, e o meu trabalho aqui foi materializar essa forma de conhecimento, transpondo-as para um documento em Word, Times 12. Essa foi a melhor maneira que encontrei de registrar essas experiências, antes que elas sejam apagadas, negligenciadas ou até mesmo invisibilizadas. Este escrito quer partilhar, o trabalho de mestrado tem essa finalidade, a partilha de ações, falas, movimentações. Além de tudo, denunciar o racismo que ainda pauta a vida da população negra na luta contra uma cultura hegemônica, sendo a educação contra-hegemônica uma das saídas, pois, conforme nos aponta Antonacci, é importante refletir:

Difícilmente herdeiros do letramento ocidental, com um conhecer universal, de racionalidade acadêmico-disciplinar, alcançam formas de expressão intertextuais, interculturais, de comunitários diálogos locais. Memórias e tradições silenciadas, individualizadas, relegadas ao folclore; latências históricas subterrâneas; culturas desmoralizadas e racializadas, desvirtuadas em suas singularidades históricas, manifestando-se em seus pluriversais modos de ser, pensar, viver, abalam o eurocêntrico e o euromórfico da história, das ciências sociais e estudos de humanidades. (ANTONACCI, 2016 p. 245/246)

Transpor as narrativas de Lurdinha, as suas memórias, espero, contribuirá para a identidade de uma luta que é pessoal, mas que avança para a coletividade. É compreender o testemunho como um comprometimento. Sua narrativa tem elementos importantes para apresentar toda a sua caminhada até os dias atuais, em um movimento de (re)lembrar, de re(ligar) o passado ao presente, de que também é constitutivo. Quem escutá-la/lê-la provavelmente sentirá despertar muitos conflitos e também poderá imaginar soluções para as problemáticas históricas das comunidades negras/periféricas e quilombolas, que constroem e solidificam parte importante dessa construção educativa emancipatória. Esta será uma construção importante, entendendo que:

A memória é sempre uma construção, na qual a lembrança é parte constituinte da nossa identidade, do nosso sentimento de pertencimento. Já o conhecimento histórico

traz a elaboração de arquiteturas de sentido que excedem os próprios recursos da memória coletiva através de processos de articulação entre acontecimentos, estruturas e conjunturas. A história pode ampliar, completar e até refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo. (MIRANDA; ARAÚJO, 2019,385)

Lembrar a si mesma talvez tenha sido também um exercício para a própria Lurdinha, a narradora, que apresenta a sua continuidade, a sua identidade por meio das suas memórias. Ela anunciou, promoveu essa oportunidade de sistematizar um legado que foi e ainda é construído coletivamente. No movimento de escrita para o trabalho de mestrado, trago um pequeno fragmento daquilo que será mais robusto talvez futuramente. Entendendo que,

Na história de vida, diferente do depoimento, quem decide o que deve ou não ser contado é o ator, a partir da narrativa da sua vida, não exercendo papel importante a cronologia dos acontecimentos e sim o percurso vivido pelo mesmo. Ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o ‘dizível’ da sua história, subjetividade e os percursos da sua vida (SOUZA,2006, p.29).

A ideia até aqui foi Lurdinha dizer quem é, ela mesma, em todos os processos e etapas da sua caminhada pessoal e coletiva, ela pode definir as suas narrativas. Eu, as gravações, o computador, o celular, o método, somos parte de um elo não menos importante para a materialização dessas narrativas, haja vista o trabalho envolvido para que essa dissertação se materializasse. Pesquisar é trabalhar, e como pesquisadoras precisamos reafirmar este lugar, ainda mais quando se fala de invisibilização de determinados corpos/histórias/vivências. Por isso, buscou-se aqui a fala, as narrativas, a experiência desta Professora Militante, Beatriz Nascimento (2018) nos aponta:

O que acontece é o seguinte: ninguém faz a história cotidiana do negro. A história individual não é escrita, não se escreve e é necessário ser escrita. Porque há outras ciências, como a comunicação, como o cinema que mostra o cotidiano, que mostra e faz o documento. [...] E é preciso escrever essa história do negro, essa história cotidiana. (NASCIMENTO, 2018, p. 264)

Não foi muito difícil constatar que quanto mais experiência Lurdinha adquiria passando pelas escolas, inclusive por aquelas que foram extremamente racistas, mais o debate racial e a sua consciência, desde o início de sua carreira, foram se aprofundando. Sua narrativa desencadeia uma progressão no entendimento de uma sociedade que foi forjada na luta das pessoas negras que chegaram neste país escravizadas, e que no que tange à luta de classe é a mais desfavorecida. Sagazmente, Lurdinha percebe essa questão dentro da SATC, e a problematiza para si, e para a instituição.

Essa parte da história de Lurdinha aponta a importância do nosso empenho enquanto profissionais da área, e que o diálogo tende a ser a melhor forma de auxiliar os múltiplos entraves pedagógicos: entre estudante e professor/a, entre estudante e instituição e entre

instituição e professor/a. A história de Lurdinha é parte dos anos de transformações sociais que o Brasil vinha passando no final da década de 70 e no começo da de 80, quando a CUT⁵³ se estabelece e o PT é criado na cidade de Criciúma. Essa busca pela construção coletiva é fruto da sua identidade, pois, como já sabemos Lurdinha tinha 10 irmãos, e trazia com ela na sua ancestralidade a responsabilidade para com os seus e suas. Este senso de responsabilidade tem a ver com o que diz Petronilha Gonçalves e Silva:

Parece incrível que o povo negro tenha eleito a escolarização como valor de refúgio e de construção, tendo em vista que a escola busca alienar africanos e descendentes das raízes originais (...). Entretanto, os conhecimentos aprendidos nos estabelecimentos de ensino são úteis para obterem meios de enfrentar a sociedade hostil, para prepararem-se como lideranças, para aprenderem qualidades e habilidades que contribuam para o progresso da família e da comunidade (SILVA, 2009, p.84).

Assim, Lurdinha, que foi a primeira da família a conquistar uma boa empregabilidade, que foi a primeira a finalizar um curso superior, sempre soube que tinha um dever. E no processo essa compreensão do seu dever, que começa com a família, se estende então para a luta de classe, se encontrando finalmente na luta racial.

Denota-se também na fala de Lurdinha o registro da luta das mulheres, quando ela diz que havia poucas mulheres na SATC por exemplo, ou que as mulheres dos trabalhadores das minas tomaram a frente da greve, dada a impossibilidade de os homens poderem se manifestar naquele momento. Lurdinha então, apresenta a luta daquelas mulheres, daquelas que passaram pela sua vida, da patroa à colega de trabalho ao qual ela abre seu primeiro empreendimento. Vemos a questão de gênero, a construção identitária de uma mulher negra, que forja seu papel enquanto trabalhadora, bem como militante. É extremamente importante que mulheres negras possam ter consciência do seu papel na sociedade, entendendo a dimensão social e racial em que corpos negros são negligenciados e aviltados. A “tomada” da consciência racial por uma mulher negra é fundamental para a manutenção do povo negro.

Ao escutar com atenção a narrativa de Lurdinha, pude pesquisar algumas fontes para confirmar fatos que ela relatava, como a greve dos trabalhadores das minas, a CUT e a fundação do PT na cidade de Criciúma, os estudantes que ela traz na memória, como Carlos Renato Carola, hoje Professor Doutor em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Certamente seria possível trazer mais fontes para contextualizar os fatos, porém os

⁵³ Para saber mais sobre a CUT e o PT na cidade de Criciúma: SILVA, Rafael Pereira da: **Autonomia aparente: educação popular, sindicalismo e política na década de 1980, Criciúma (SC)**. Revista Tempo e Argumento, vol. 2, núm. 2, pp. 223-239, 2010 ver mais em: <<https://www.redalyc.org/journal/3381/338130373012/html/>> último acesso em 27 de fevereiro de 2022.

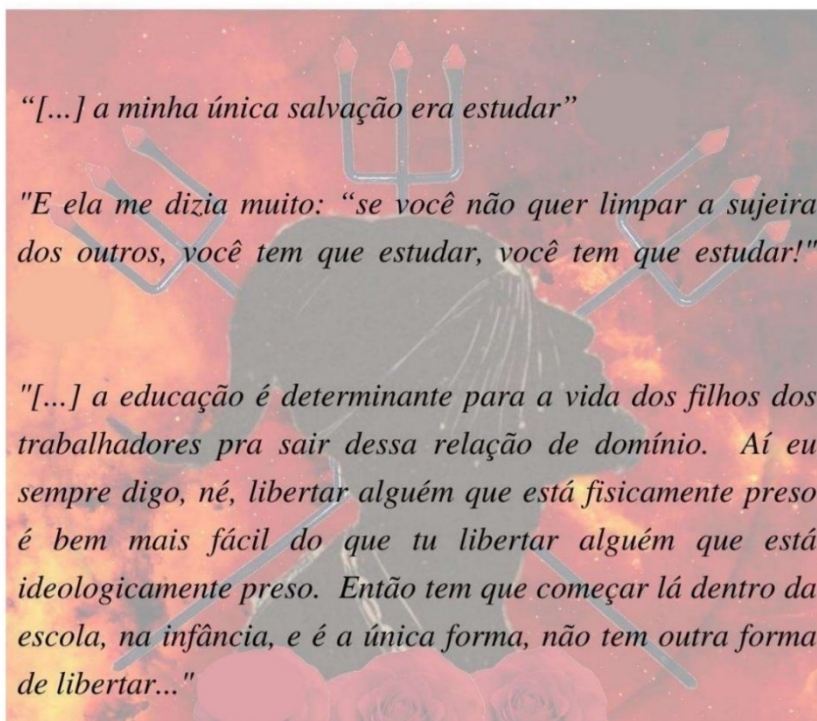
últimos anos não foram os mais fáceis, então fica aqui o desejo de um maior aprofundamento nas histórias que Lurdinha apresenta aqui, porque sua narrativa traz sua consciência histórica.

Sendo Lurdinha, na concepção africana, uma griô, ou seja, aquela que é qualificada para fazer as transmissões dos conhecimentos, ela é “memória” (A. Hampaté Bâ, 2010) de uma história que é dela, porém atravessada pela coletividade. E essa oralidade que anuncia e é anunciada por ela, apresenta a busca pela autonomia e pela emancipação que se fortalece principalmente no campo da educação.

Ainda me apoiei em A. Hampaté Bâ, quando diz que “antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo” (pág.168). Esse foi o meu percurso a partir de quando, movida pelos diálogos durante todos esses anos ao lado de Lurdinha e do movimento, percebi que deveria traduzir em palavras a capacidade organizativa dela. Esse processo potencializou o meu olhar enquanto pesquisadora para essa experiência, como dito antes, que anuncia e denuncia, essa voz que critica e que proporciona reflexões profundas sobre quais direcionamentos dar às práticas pedagógicas centradas em mudanças reais para as populações negras e quilombolas.

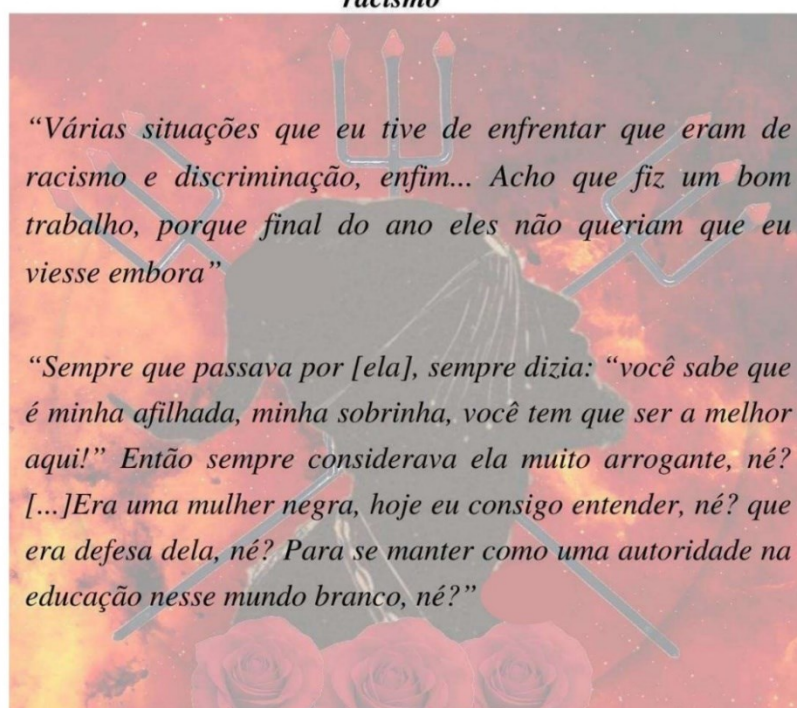
Diante de todo esse esforço, ao lado de teóricos/as, orientações, coorientações e da banca de qualificação e da própria narradora, foi possível apontar algumas categorias ou temas presentes na narrativa da Professora, percebendo que os **saberes para uma educação emancipatória** são centrais em seu pensamento.

A educação como emancipação, como saída da opressão



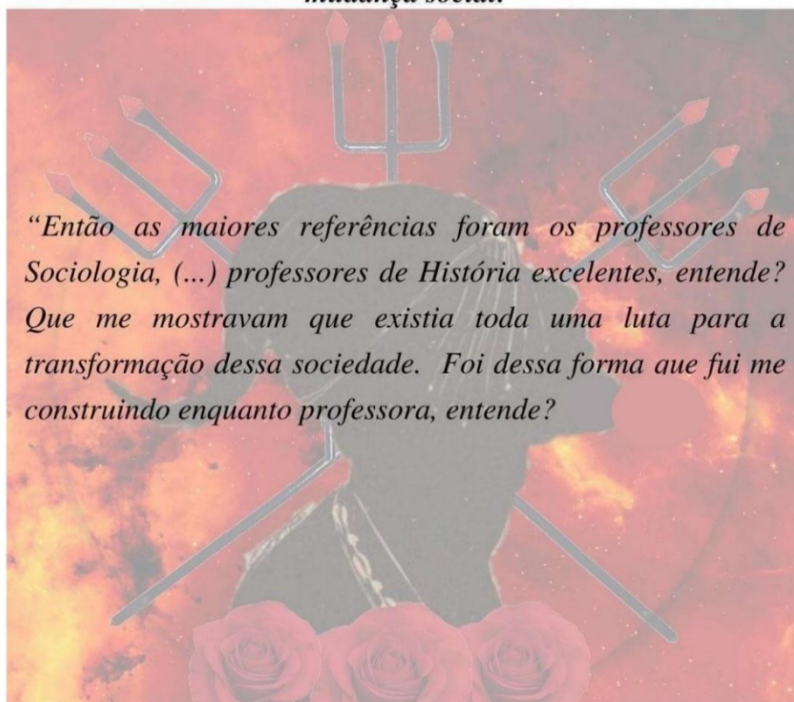
Citação EXU 1. Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA, 2021, p.52) / (MINA, 2021, p.57)/ (MINA, 2021, p.82).

Afirmção pela qualidade da ação como forma de enfrentar o racismo



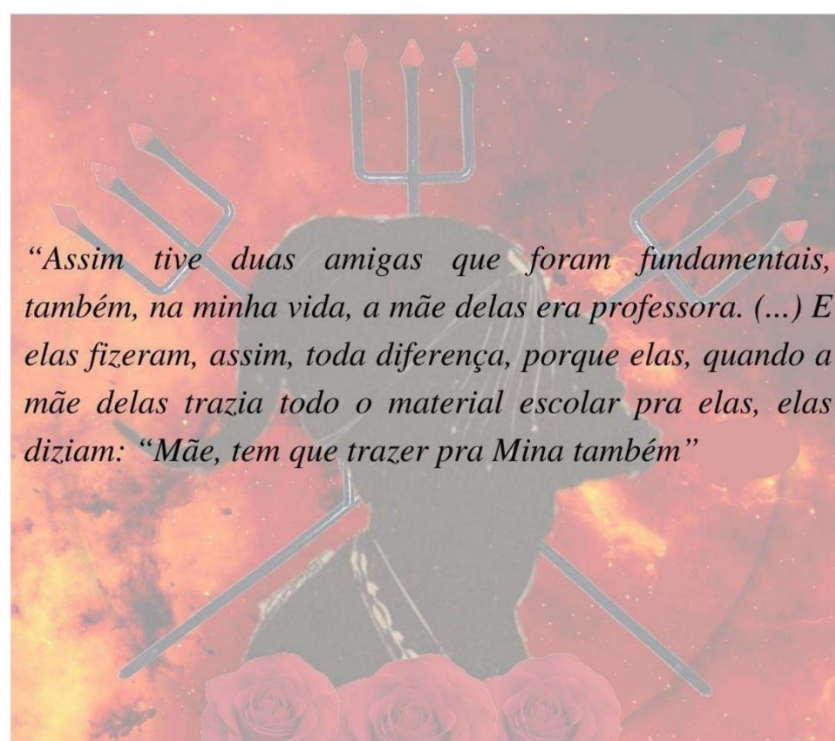
Citação EXU 2 Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA,2021, p.53) / (MINA, 2021, p.56)

O papel dos(as) professores(as) como referência para a mudança social:



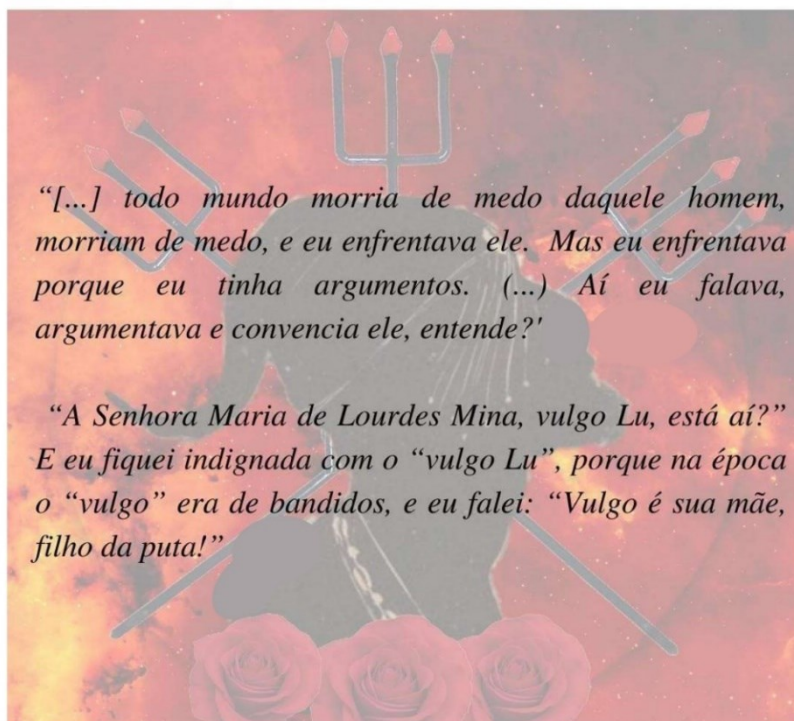
Citação EXU 3 Referência da citação (MINA,2021, p.58)

O valor das relações de afeto e solidariedade



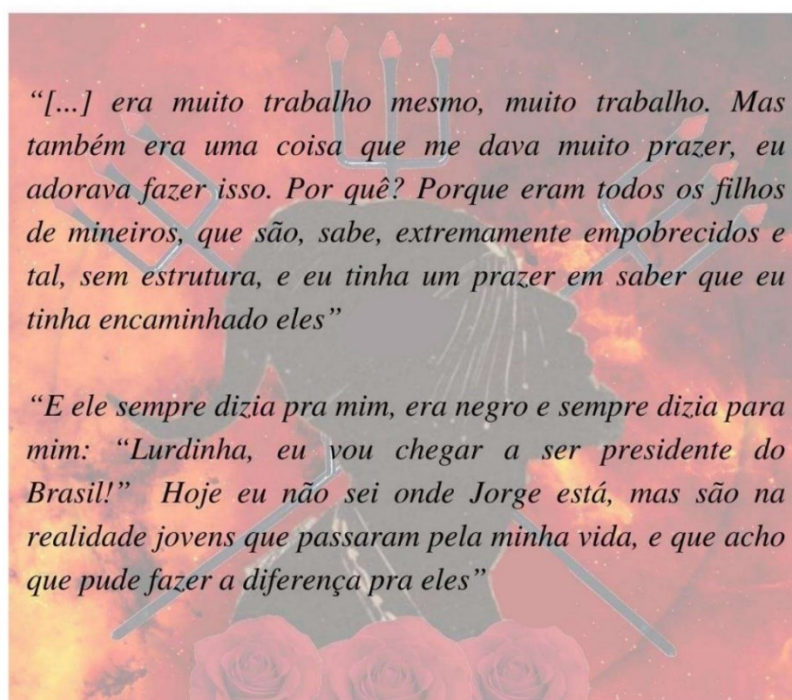
Citação EXU 4 Referência da citação (MINA, 2021, p.57)

A coragem fundamentada em argumentos



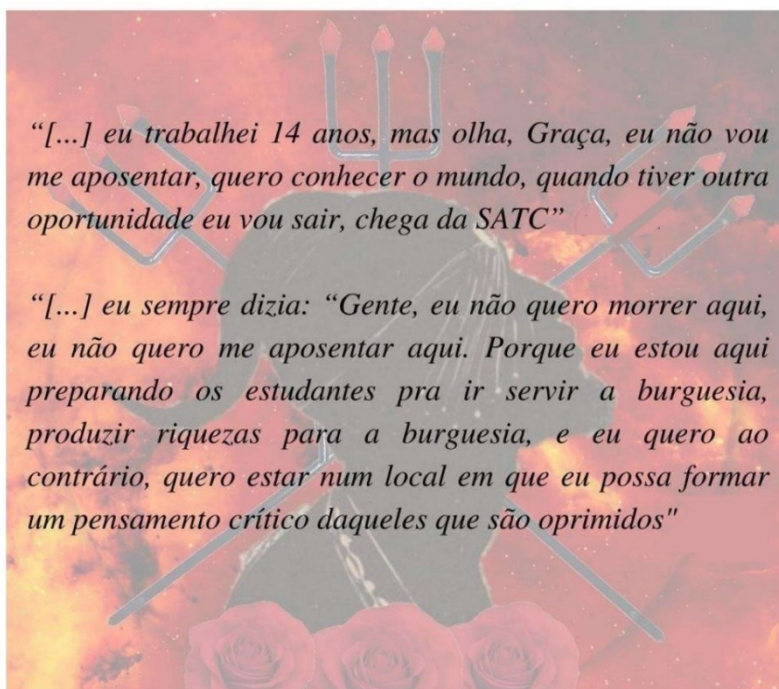
Citação EXU 5 Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA,2021, p.63) / (MINA, 2021, p.73)

O sentido de contribuir para a superação das injustiças



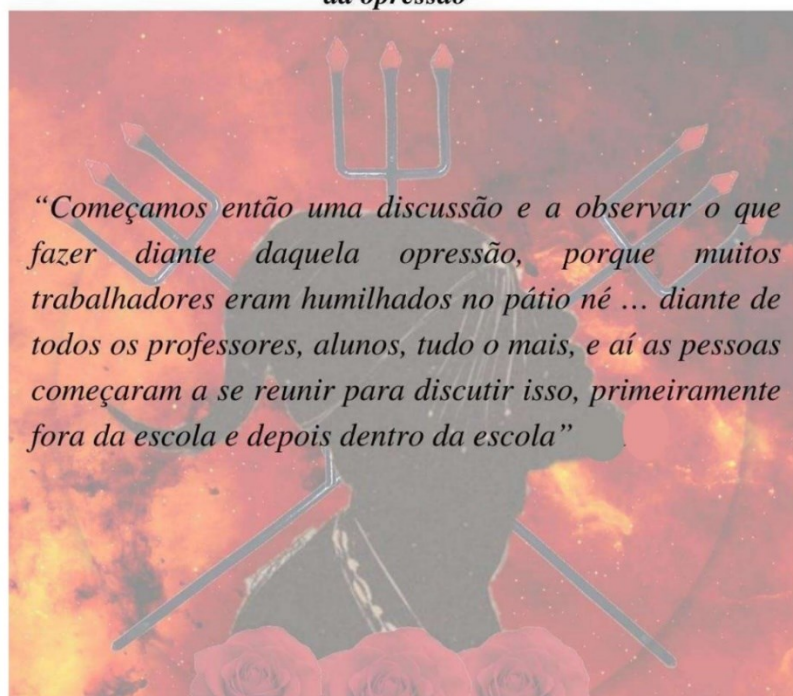
Citação EXU 6 Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA,2021, p.126) / (MINA, 2021, p.71)

Não-conformismo, busca de horizontes mais amplos



Citação EXU 7 Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA,2021, p.66) / (MINA, 2021, p.73)

A importância de ler coletivamente e criticamente a realidade da opressão



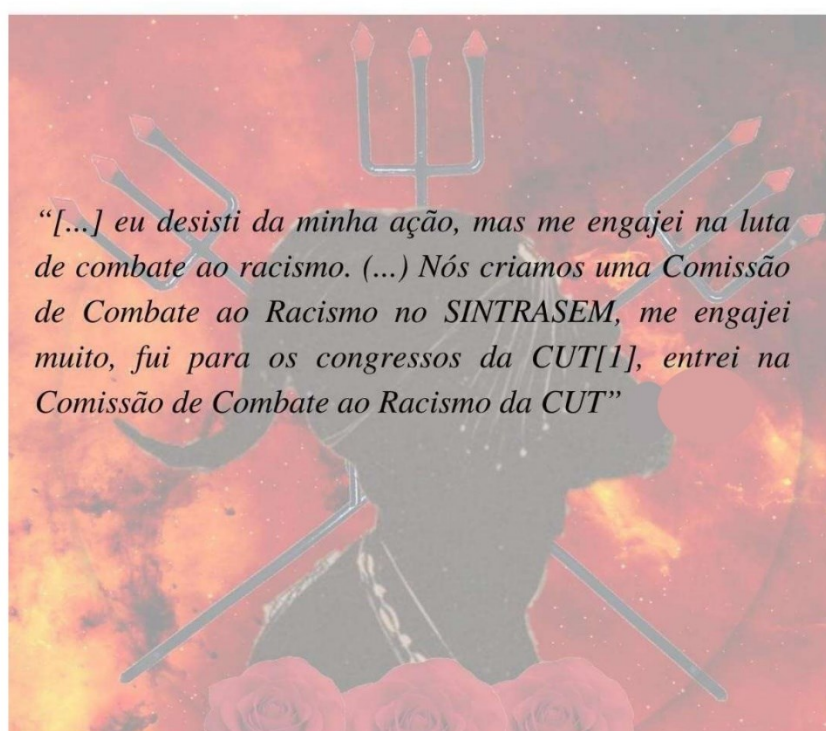
Citação EXU 8 Referência da citação (MINA, 2021, p.68).

A reivindicação da dignidade



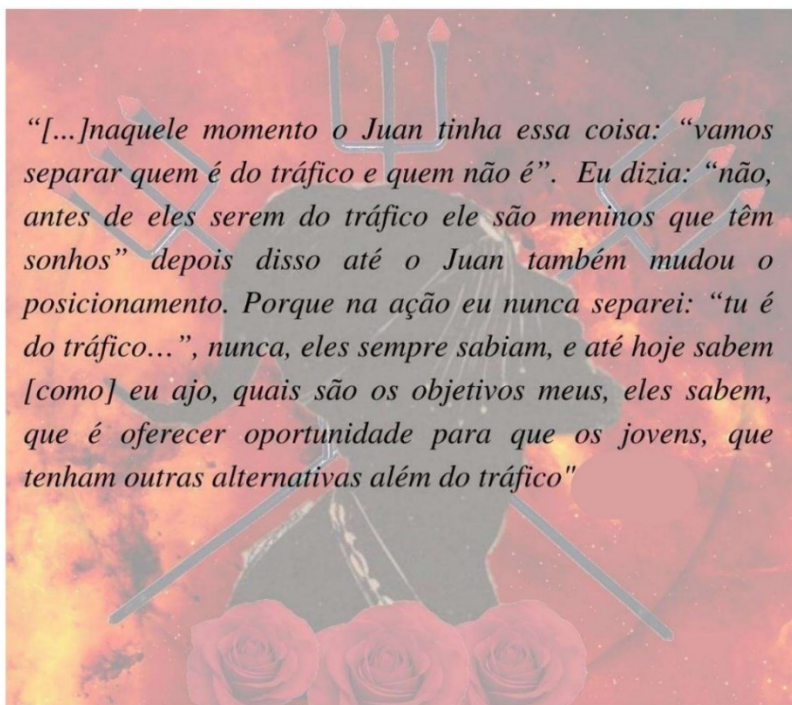
Citação EXU 9 Referência da citação (MINA, 2021, p.68).

A indignação diante do racismo, convertida em ação política.



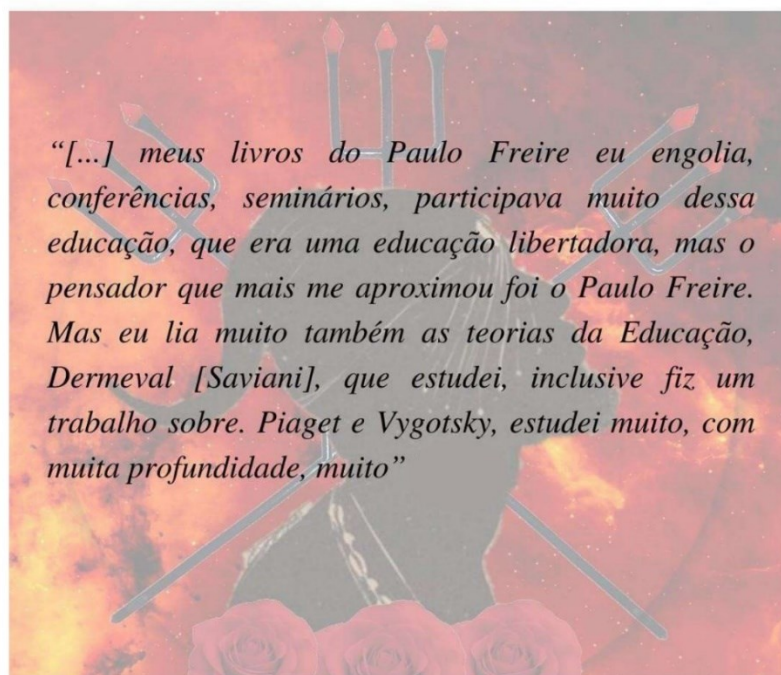
Citação EXU 10 Referência da citação (MINA, 2021, p.76).

A importância de não reforçar a exclusão



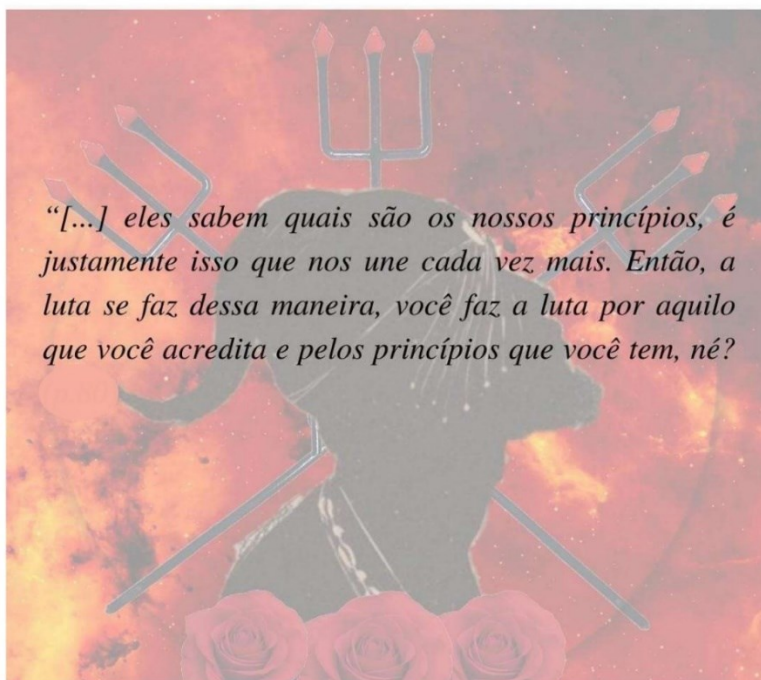
Citação EXU 11 Referência da citação (MINA, 2021, p.78).

O papel do aprofundamento no estudo



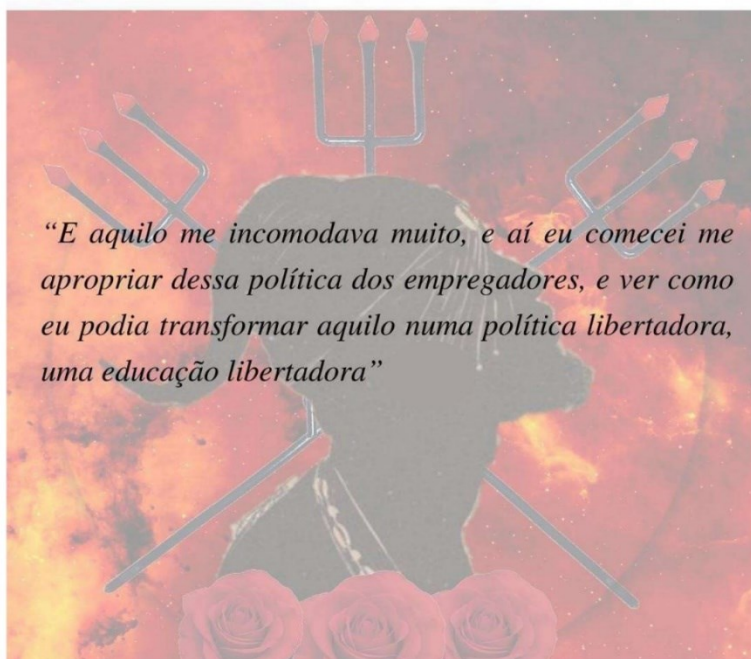
Citação EXU 12 Referência da citação (MINA, 2021, p.78).

Confiança do coletivo baseada na fidelidade aos princípios



Citação EXU 13 Referência da citação (MINA, 2021, p.82).

A necessidade de conhecer o discurso opressor para combatê-lo



Citação EXU 14 Referência da citação (MINA, 2021, p.82).

A valorização dos conhecimentos e culturas tradicionais das comunidades

“Então a educação pra gente foi o grande mestre, o grande condutor aliás, da consciência do direito ao território. Porque as comunidades tinham esquecido dos seus princípios, até tinha nas suas ações...eles estavam lá, os princípios da Cosmovisão africana...”

“Cada comunidade dessa, cada povo desse, tem seus princípios, sua forma de ver o mundo, e de respeitar isso, aprender com eles e também levar meus conhecimentos. Acho que isso fez diferença e faz a diferença”

Citação EXU 15 Referência da citação (MINA, 2021, p.86).

Prestar atenção no outro: olhar e ouvir cada um, envolver-se.

“Eu comecei a me incomodar e disse: “mas esse aqui, esse menino tem alguma coisa”. Era adolescente, tem alguma coisa, né? E chamei ele para conversar para saber”

“Comecei a conversar com o menino, propus ele ir para sala, os primeiros dias foram extremamente difíceis, porque ele realmente não parava na sala de aula, ele queria tá lá na minha sala. (...) Fomos levar no final para uma consulta oftalmológica, descobri que o Juliano não chegava a ter 10% de visão, quase cego. Então, como ele ia ficar na frente da televisão, se ele não tinha visão? Como ele ia ficar na sala de aula se ele não enxergava? E o pai e a mãe nunca tinham se dado conta disso”

Citação EXU 16 Referência da citação na ordem da esquerda para a direita (MINA,2021, p.126) / (MINA, 2021, p.109)

Repito aqui uma passagem-chave da narrativa de Lurdinha para que se possa melhor compreender seus saberes emancipatórios, aquela em que ela relembra o que disse diante de um impasse com o companheiro de militância, em diálogo direto com sua ação pedagógica: *Não, antes de eles serem do tráfico eles são meninos que têm sonhos*. Percebam que o diálogo aqui proposto pela Lurdinha é sobre a professora que luta pela educação para todos/as, mas também para determinadas categorias sociais que já trouxemos aqui. Na sua resposta, afirma que a Educação possibilita a compreensão e a saída para as relações de dominação existentes nesta sociedade do capital. Isso remete ao que bell hooks diz quando conhece a obra de Paulo Freire: “Eu nunca quisera abandonar a convicção de que é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação existentes.” (2018, p.31).

A leitura que faço é que Lurdinha se utiliza de estratégias, e sempre prima pelo diálogo, mesmo nas situações mais duras e difíceis, se voltando para as mediações, as convergências, e para pensar antes de organizar a luta. O que não a isenta de fazer as críticas sempre que necessário, ou de questionar e até se opor, se for preciso, na movimentação que busca em prol da construção e da coesão coletivas, principalmente para a garantia das políticas públicas. Ela salienta sempre que a educação é o método, o meio, o mecanismo de transformação desta sociedade.

Em uma reunião, neste início de 2022, específica sobre o início de uma Licenciatura Quilombola na Grande Florianópolis, passamos por um momento delicado no diálogo com a institucionalidade, em que nós professoras/es, educadoras/educadores e movimento, nos sentimos extremamente desconsiderados/as com o modo como foi recebida a nossa reivindicação. Lurdinha sabiamente tentou acalmar a questão para que a pauta fosse de fato encaminhada com êxito, e foi. A reunião acabou e nós “cobramos” da Lurdinha a linha de diálogo que ela tinha feito com a institucionalidade, que nos pareceu mais abrandada, então ela nos disse: *eu não poderia fazer isso, não é a minha vida, é a vida das comunidades*. Ou seja, para ela aquele era um momento de possibilidades, e o importante, reforçou ela, *é garantir a política* para depois ir fazendo os ajustes, as adequações que dialoguem com a realidade dos quilombos e do movimento social.

Figura 8- Cartaz de divulgação do Seminário de Licenciatura Quilombola



Fonte: Seminário Licenciatura Quilombola, 2013.

É legítimo o que Lurdinha diz, o sonho é nosso, mas preciso falar que o modo de ela fazer política não agrada a todes, e ela mesma reconhece o quanto isso é incômodo, porém falar com a institucionalidade ou com outros espaços que detêm o poder desta sociedade no que tange às políticas sociais requer muita estratégia e sangue frio. Cada passo na luta precisa ser calculado para que tudo saia como o previsto, porém sabemos que as vitórias não se apresentam do dia para a noite. Ainda mais num sistema que não foi construído por populações negras, então, professoras/es são peças importantes, e necessitam estar para além das salas de aulas, para além de se colocarem no campo progressista, precisam se posicionar no *front*, na luta pelas

modificações necessárias para acessar e ampliar as políticas. Lurdinha é essa Professora que durante essas quase quatro décadas vem se colocando a serviço das comunidades quilombolas deste estado na contramão de uma Pedagogia do Silêncio como ela mesmo fala, coletivamente construindo estratégias para oportunizar uma sociedade melhor para aqueles/as que aqui estão e para quem ainda há de vir.

Eu agradeço aos Orixás por me guiarem até aqui, mesmo quando eu não acreditava em mim mesma, pois o sistema impõe uma pressão nos corpos negros, e muitas e muitos de nós desistimos da caminhada, ou nem a começamos. Mas, a nossa ancestralidade está aqui, como os encantados, assobiando todos os dias nos nossos ouvidos: não desiste, não!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Artes da memória de povos em diáspora: História e pedagogia em “condições de enunciação”**. **Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v.18 | n. 31 | p. 244 - 256 | Jan. / Jun. 2016.**

AVIZ, Roselete Fagundes de: *Griot* ou Griô [Verbetes]. In: MEDEIROS, Fábio Henrique Nunes; MORAES, Taiza Mara Rauen: **Contaço de Histórias: tradição, poéticas e interfaces**. São Paulo: SESC, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Viveremos. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira: **Medo e Ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira: **Medo e Ousadia - O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIRARDELLO, Gilka: Um roteiro teórico-literário para pensar o papel da narração oral hoje. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 66, p. 3-21, jan./jun. 2014. Disp: <<<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>>>

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Apresentado na Reunião de Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África**, 2018. 486 páginas. 1 Edição.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; SOUZA, Marcia Lucia A. de: Etnografias na/e Educação: um olhar sobre quilombolas no Brasil e africanos em Portugal. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 26, jan/abr 2018 Disp. <<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/13651/pdf>>>

HAMPÂTÉ BÂ. A tradição viva. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, P.167- 212.**

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. Editora Martins Fontes, 2013.

INCRA. **Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo Toca /Santa Cruz**. 2016

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KILOMBA, Grada. **1968 - Memórias da Plantação** - Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: Leite, Ilka Boaventura(org). **Textos e Debates**. Nuer-Ufsc. 1991

LEITE, Ilka Boaventura. *Terras de Quilombo*. **Antropologia e direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Coordenação geral [de] Antonio Carlos de Souza Lima. – Brasília / Rio de Janeiro / Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia / laced / Nova Letra, 2012

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. [Online]. p. 333- 354 Santa Catarina: NUER/UFSC, 2000. Disponível em: < http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf> acesso 25de fevereiro de 2022.

LIMA Cruz, Angélica. Do fazer ao dizer e do dizer ao fazer MAGALHÃES, Maria José; Lima Cruz, Angélica & Nunes, Rosa Soares **Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida**, Lisboa: Ela por Ela, 2012.

LOPES, Nei. **Bantos e malês e Identidade negra**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1988.

LOPES, Nei; MACEDO, Rivair José. **Dicionário de história na África**: Séculos VII a XVI. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LUTTRELL, Wendy (org.): **Qualitative Educational Research**: readings in reflexive methodology and transformative practice. New York; London: Routledge, 2010.

MAGALHÃES, Maria José. Construção do sujeito mulheres: subjectividade das vozes e do silêncio. MAGALHÃES, Maria José; Lima Cruz, Angélica & Nunes, Rosa Soares **Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida**, Lisboa: Ela por Ela, 2012.

MIRANDA, Claudia; ARAUJO, Helena Maria Marques. **Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais**: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 378-397, abr./jun.2019.

MIRANDA, Claudia; RIASCO, Fanny Milena Quiñonez; QUIÑONEZ, Jhon Henry Arboleda. **Discursos e propostas etnoeducativas no Brasil e na Colômbia**. Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada- UFRJ. www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm - ISSN: 1981-383X. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 189-211, 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. - 1º. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MNU. **30 anos de história**. Disponível em: <https://agenciapanfletaria.files.wordpress.com/2011/04/panfleto_mnu_30_anos-1.pdf>. Acesso em 15 mar. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. – 3.ed.- Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documento de militância pan-africanista**. 3º. ed.-ver.-São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. **Diásporas Africanas**: Editora Filho da África, 1º Edição, 2018.

NICHOLLS, Tracey. “Introduction: bell hooks’ Contributions to Emancipatory Thought.” *The CLR James Journal*, vol. 17, no. 1, Philosophy Documentation Center, 2011, pp. 2–9, <http://www.jstor.org/stable/26758831>.

OBAMA, Michelle: **Becoming**. New York: Crown, 2021

O’DWYER, Eliane Catarino (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro; FGV/ABA, 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de; SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa (Auto) biográfica, cultura e cotidiano escolar: Diálogos teóricos-metodológicos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V.2.N. Especial - pág. 182-203 (jun- out 2016)” Vozes da Educação”

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: CES, 2009.

SANTA CATARINA. **RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 086**, de 15 de julho de 2019. <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-escolar-quilombola-456/legislacao-458>> Acesso em 15 fev 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES Flávio dos Santos (ORGS.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos** — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Dimensões e sobrevivências de pensamentos em educação em territórios africanos e afro-brasileiros. LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sonia Maria: **Negros, territórios e educação**. Florianópolis: Atilênde/Núcleo de Estudos Negros, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Annete; GOMES, Nilma Lino (org). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-

metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006

SOUZA, Roselete Fagundes de Aviz de: **Khilá (des)encontros da voz na travessia Brasil - Moçambique**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

UFSC, SEMINÁRIO LICENCIATURA QUILOMBOLA: Proposta Pedagógica <https://nuer.paginas.ufsc.br/files/2014/04/Educa%C3%A7%C3%A3o-Quilombola-NUER.pdf>>. Acesso em 15 fev 2021.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS ORAIS:

Paulo Cesar Malaquias [Entrevista cedida a atividade de campo da EEQ] Luciana de Feitas Silveira. Florianópolis/SC, 2018.

REFERÊNCIAS DE LEGISLAÇÃO:

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012**, aprovado em 5 de junho de 2012^a. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 fev 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012b**.
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em 15 fev 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.


BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 92 de 12/07/2016). Art. 68 (ADCT). 1968. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp. Acesso em 15 mar. 2019.

REFERÊNCIAS DE AUDIOVISUAIS:

Paulo Cesar Malaquias [Entrevista concedida a Luciana de Freitas Silveira, em atividade de campo da EEQ]. Florianópolis/SC, 2018

ANEXOS

ANEXO I: Plano de aula UD Morro da Queimada/Mocotó 2021/2

	CEJA- CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FLORIANÓPOLIS RUA: General Bittencourt, 234 – Centro – FPOLIS/SC – CEP 88020-100 FONE: (48) 3665.5637/3665.5638 Email: ceja01@sed.sc.gov.br	
	Áreas : Linguagens, Ciências da Natureza, Saberes e Fazeres e Ciências Humanas Professoras: Ensino Fundamental (7º ano) – Educação Quilombola Morro da Queimada Coordenadora: Lurdinha	
	Estudante: _____ Entrega: 30/08 Devolução: _____	Turma: 3º Atividade: 2º semestre

Planejamento Aulas Remotas

A Educação Quilombola está fundamentada na Pedagogia da Alternância que se divide em dois tempos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. Organizada por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva das áreas de conhecimentos de forma interseccionada. Contudo, a Educação Escolar Quilombola deverá ir mais além: dialogando, inserindo os conhecimentos científicos em comunicação com o conhecimento tradicional e cultural, da comunidade.

Considerando este fundamento da Educação Escolar Quilombola, as aulas em sistema remoto, isto é, aulas a distância só serão possíveis no Tempo Comunidade. A estratégia de ensino será a elaboração e execução de Projetos de Pesquisa individual ou Projetos coletivos, isto é, por turma. A Proposta da Educação Quilombola está fundamentada na coletividade, por isto as 4 áreas de conhecimento devem inter-relacionar-se. Portanto realizamos o planejamento quinzenal de forma coletiva. Nosso tempo de trabalho será operacionalizado nas segundas, terças, quartas e quintas.

Segundas - Elaboração dos Planejamentos.

Terças e Quintas - Professoras (res) e Educadoras(es) contatos com os/as estudantes, através do Whatsapp ou ligações telefônicas para dúvidas ou contatos com os/as estudantes que não estão realizando as atividades.

Quartas - Formação – Estudos das questões Quilombola.

Objetivo geral

Verificar os conhecimentos prévios das e dos estudantes, na direção de construir um subsídio para as professoras conhecerem as suas realidades, bem como a da comunidade que está inserido/a.

Objetivos específicos

1. Identificar as habilidades e as dificuldades do/a estudante no processo de ensino e aprendizagem;
2. Refletir sobre as causas das dificuldades específicas dos/as estudantes, que serão apresentados neste processo, buscando uma metodologia pedagógica inclusiva que dialogue com as subjetividades de cada um/a;
3. Identificar a realidade social, econômica, racial e espacial das e dos estudantes;
4. Conhecer a dinâmica social da/do estudante na sua comunidade, que surgirão por meio dos detalhamentos que virão a partir deste diagnóstico;
5. Resgatar os conhecimentos dos estudantes a partir dos seus ancestrais garantindo o etnodesenvolvimento da comunidade;
6. Compreender a culinária das comunidades quilombolas rurais e urbanas através de cálculos de soma e regra de três e aprender a analisar e extrair os dados em uma tabela.

Metodologia

Considerando o isolamento social imposto pela pandemia, as atividades serão entregues aos estudantes de forma impressa e estarão, também disponíveis de forma online, devendo considerar o contexto. As pesquisas devem ser feitas por observação na comunidade, pesquisas na internet, pesquisa individual na comunidade, em livros, revistas, internet e leitura dos textos referentes enviados juntamente com as atividades. A metodologia da elaboração dos Projetos Coletivos está sendo construída em 3 partes: 1 – Diagnóstico da Comunidade, 2 – Escolha do tema, 3 – Elaboração do Projeto.

A turma do ensino fundamental 6º ano vai desenvolver nas quinzenas 8º e 9º a primeira e segunda parte dos projetos da Educação Escolar Quilombola para computar as horas do tempo comunidade. Esse projeto tem como objetivo ampliar o conhecimento, fazendo um link entre o conhecimento da escola e o conhecimento da comunidade; Cumprir com o compromisso do conhecimento adquirido na escola e assim retornar para a comunidade ajudando no desenvolvimento da mesma.

Esse projeto inicia com o diagnóstico que é onde o estudantes contam sobre como é a comunidade em que vivem, onde ela se localiza, como é a cultura, os costumes, o cotidiano das pessoas, às relações com as pessoas mais velhas na comunidade, os espaços de lazer, como surgiu a sua comunidade, as organizações sociais, as atividades produtivas, enfim tudo aquilo que faz parte da história do lugar onde você vive. E, a partir do diagnósticos e do olhar para a comunidade, cada estudante escolherá um tema baseado naquilo que gostaria de contribuir ou melhorar na comunidade.

Recursos e estratégias

Utilização de recursos da rede de internet, aulas em vídeos, áudio, fotos e celulares.

Avaliação

Análise das devolutivas do diagnóstico.

QUILOMBOS URBANOS E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE E ETNOSSUSTENTABILIDADE⁵⁴

As tradições herdadas dos povos Africanos se manifestaram aqui no Brasil, principalmente dentro dos quilombos. Ao longo do tempo essas manifestações foram se transformando, porém sempre cultuando suas raízes, como a valorização do território como espaço de vida fundamentada no saber trazido dos Ancestrais Africanos.

Quilombos urbanos são territórios nas periferias e morros das cidades que foram ocupados por negros no período escravista e pós escravidão onde os remanescentes destas famílias permanecem até os dias atuais. Por isso, a população negra é maioria nesses territórios. A formação dos Quilombos urbanos se deu no período histórico com a formação dos ricos fazendeiros que ocuparam as áreas centrais com o objetivo de negociar seus produtos e com eles trouxeram seus escravizados.

Estes burgueses construíram suas casas ou mansões e os negros e negras que trabalham nestas casas foram ocupando o entorno destas casas. A concentração destas áreas ocupadas pelos ricos onde negociavam e comercializavam, juntamente com as áreas chamadas de periferia, onde moravam os negros escravizados e libertos, formam as cidades. Esta dependência das cidades para a sobrevivência vinculada ao trabalho escravo, levou as famílias negras a perder suas práticas de sustentabilidade, através dos seus plantios, suas hortas e produção de alimentos que possibilitaram a sua sustentabilidade. Portanto sustentabilidade é a forma que a população busca para sobrevivência, isto é, onde compram ou produzem seus alimentos, o modo de usar a água, compram ou produzem suas roupas, praticam sua fé, seu lazer e sua saúde.

Conhecendo a história dos nossos ancestrais, avós, tios e parentes, percebemos que eles não eram tão dependentes do que era vendido ou produzido nas cidades. Sobreviviam do que produziam ou do que os vizinhos ou parentes produziam, existindo ali uma coletividade de troca compartilhada. A produção era feita de acordo com sua cultura, que era definida pela necessidade das famílias. Isto é a ETNOSSUSTENTABILIDADE.

Esta prática cultural dos Quilombos Urbanos é que devemos potencializar nas nossas comunidades. Por ser um local de partilha e troca entre as vizinhanças e, que para além dos alimentos, há também a troca de conhecimentos. São práticas de trocas de sementes, de mudas

⁵⁴ Texto produzido pelos/as Professores/as e Educadores/as da Educação Quilombola do Morro da Queimada/Mocotó. julho/21.

e do conhecimentos práticos das produções de alimentos, e das formas de criar os animais e inclusive na produção de artesanatos. Portanto, a melhor maneira de guardar a produção é distribuir entre a vizinhança.

ATIVIDADES

Estudantes, sobre quilombos urbanos o texto acima nos traz o conceito “*Quilombos urbanos são territórios nas periferias e morros das cidades que foram ocupados por negros no período escravista*”, ou seja são espaços/lugares nas cidades. Porém, precisamos falar também dos Quilombos Rurais que, ao contrário das cidades, estão ou foram construídos nos campos e são muito ligados às atividades agrícolas por conta da relação direta com a terra.. Isso não significa que os quilombos urbanos não plantam, mas que os rurais possuem uma possibilidade maior, contudo a luta por terra em ambos os casos é central, pois quilombos são constituídos de terra e território.

1) *Ciências Humanas. Prof. Luciana.* Nesta atividade a leitura é importante, observe as duas imagens abaixo e identifique o quilombo urbano e o quilombo rural.

A



A imagem A da Comunidade Remanescente da Invernada dos Negros, que fica em Campos Novos em Santa Catarina. Eles possuem uma grande extensão de terras, tendo a agricultura um modo de subsistência.

R: _

B



A imagem **B** da Comunidade de Toca Santa Cruz, que situa - se em Paulo Lopes em Santa Catarina. Eles ainda não possuem a titulação das terras, e sua localização em relação ao centro da cidade é de uns 20 minutos.

R: _

2. *Linguagens. Professora Gilvana.*

No texto **Quilombos urbanos e sua relação com a cidade e a etnosustentabilidade**, diz que : "Sustentabilidade é a produção de alimentos que possibilitam a sua sustentabilidade. Portanto, sustentabilidade é a forma que a população busca para sobreviver, isto é, onde compram ou produzem seus alimentos, o modo de usar a água, se compram ou produzem suas roupas, onde praticam sua fé, seu lazer e sua saúde."

Agora que você compreendeu sobre o que são quilombos urbanos e rurais responda essas perguntas:

Como você contribui com a sustentabilidade em sua comunidade ?

3. *Ciências da Natureza e Matemática. Prof. Bianca.* A culinária dos Quilombos varia bastante entre as comunidades e de acordo com o clima da época. Nos quilombos rurais existe a possibilidade da construção de hortas, porém com a limitação do espaço, nos quilombos urbanos isso muitas vezes não é possível. Muitas plantas alimentícias utilizadas pelos quilombolas são de origem africana, como feijão, milho, café, côco e o inhame. A culinária

quilombola também sofreu influência dos povos indígenas, como os alimentos nativos do Brasil que já eram cultivados pelos povos originários, como a batata-doce, a mandioca, a cana. Contudo, a alimentação nos quilombos urbanos sofre influência por estarem próximos da cidade e faz com que transformemos nossa alimentação. Na Comunidade do Morro do Mocotó, existe a produção quilombola de origem africana que é o alimento chamado Mocotó, que dá nome a comunidade.

Observe a tabela abaixo com os alimentos, a quantidade em gramas e as calorias.

Alimento	Quantidade	Calorias
Mocotó	100g	214
Inhame	100g	118
Milho	Uma espiga	100
Feijão-preto cozido	1 colher de sopa (20g)	14
Café sem açúcar	40 ml	3
Leite de coco	120ml (½ copo)	132

Faça os cálculos abaixo:

- a) Você já comeu Mocotó? Se sim, escreva na segunda linha da tabela qual ingrediente você mais gostou ao provar a receita do Mocotó, pesquise na internet e preencha com a quantidade e as calorias.
(Exemplo: Alho 1 dente 7 calorias)

- b) Quantas gramas possui o prato típico do Mocotó?

- c) Quantas calorias possui o prato típico do Mocotó?

- d) Calcule quantas calorias possui 200g de Mocotó:

e) Quantas calorias possui 100g de inhame?

f) Calcule quantas calorias possui 200g de inhame:

g) Some todas as calorias da tabela

h) Se 1 mL = 1g, então 40mL de café sem açúcar será quantas gramas?

4) *Saberes e Fazeres. Prof Estefani.* Os alimentos e pratos de origem africanas estiveram presentes em tempos passados, logo faz parte da nossa cultura alimentar. Sendo assim, resgate essa cultura junto com os mais velhos e assinale quais desses alimentos e pratos abaixo ainda permanecem na comunidade.

REFEIÇÕES:

a) Feijoada ()

b) Arroz doce ()

c) Mungunzá (ou canjica) ()

d) Cuscuz ()

e) Angu ()

ALIMENTOS:

a) Amendoim ()

b) Batata-doce ()

c) Mandioca ()

d) Feijão ()

e) Milho ()

Imagem de Exu Utilizada nas Citações das Considerações Finais



Ilustração produzida por Meyre Hellen Antunes da Silva - @meyretunes